



Relatório e Contas 2002

Perfil do Grupo CIMPOR

A CIMPOR é um Grupo cimenteiro internacional – 10º lugar no *ranking* mundial, com uma capacidade instalada de 21,2 milhões de toneladas – cuja actividade se estende a oito países. É líder nacional nos mercados de Portugal e Moçambique e regional em Espanha (Galiza), Marrocos (Rabat), Egipto (Alexandria) e África do Sul (KwaZulu-Natal), ocupando ainda a 2ª e 3ª posições nos mercados da Tunísia e do Brasil, respectivamente.

O Cimento constitui o *core business* do Grupo. Betões, Agregados e Argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios, os quais, em termos consolidados, atingiram em 2002 o valor de 1.317,2 milhões de euros.

VISÃO ESTRATÉGICA

Assumindo-se como um dos principais protagonistas, a nível mundial, do movimento de consolidação do sector, a CIMPOR pretende prosseguir no caminho do crescimento e da internacionalização, mantendo a sua independência face aos outros grandes grupos cimenteiros e conservando o seu centro de decisão em Portugal.

VALORES

- Ao nível dos Accionistas – Defesa dos seus legítimos interesses, através da valorização intrínseca dos capitais investidos na Empresa e da sua correcta remuneração.
- Ao nível dos Clientes – Focalização na plena satisfação das suas expectativas, dentro dos princípios éticos de integridade e de cumprimento das normas aplicáveis.
- Ao nível dos Colaboradores – Remuneração adequada ao seu trabalho, criação de condições de valorização profissional e equidade no tratamento.
- Ao nível da Organização – Busca constante da Excelência, através do estabelecimento de objectivos ambiciosos e da escolha, a todos os níveis, de lideranças com capacidade de assumpção de responsabilidades e de cumprimento dos objectivos.
- Ao nível da Qualidade – Respeito pelos normativos nacional e internacional, designadamente no tocante à Certificação de Produtos e ao bom funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade.
- Ao nível do Ambiente – Integração harmoniosa no meio social e cultural envolvente, com base numa política activa de requalificação ambiental e de cooperação com as comunidades locais.
- Ao nível da Inovação – Prossecução de uma política de inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços, em colaboração com o meio académico e científico.

ESTRATÉGIA

- Consolidação das posições actuais, mediante crescimento orgânico – aumentos de eficiência e capacidade em várias unidades industriais – e uma maior penetração nos mercados onde o Grupo já está presente – expansão para negócios relacionados com a fileira do cimento (vg. betão pronto e exploração de pedreiras).
- Realização de novas aquisições, com prioridade para as áreas geográficas dos mercados emergentes em que o Grupo já actua, não esquecendo o necessário equilíbrio com a presença em mercados consolidados e maduros, cujo menor potencial de crescimento é compensado por inferiores níveis de risco.
- Optimização das operações, através do aproveitamento de sinergias, da redução de custos (designadamente energéticos), do aumento da produtividade do pessoal e de investimentos em I&D.
- Desenvolvimento da actividade de *trading* entre as empresas do Grupo, de forma a equilibrar picos de procura em certos mercados com os excessos de oferta noutras áreas.

Síntese de Indicadores

DADOS CONSOLIDADOS

	Unidade	2002	2001	Var.	2000
Capacidade Instalada (Cimento) ⁽¹⁾	10 ³ ton	21.225	18.230	16,4 %	17.770
Vendas do Grupo					
Cimento	10 ³ ton	16.469	16.604	-0,8 %	15.968
Betão	10 ³ m ³	5.989	5.974	0,2 %	5.331
Agregados	10 ³ ton	12.883	13.885	-7,2 %	12.292
Argamassas	10 ³ ton	418	379	10,2 %	287
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	1.317,2	1.385,7	-4,9 %	1.316,0
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	152,2	149,9	1,5 %	136,7
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	511,4	504,8	1,3 %	519,3
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	283,8	269,8	5,2 %	303,0
Custos Financeiros (Liq.)	10 ⁶ euros	23,3	56,3	-58,5 %	63,5
Resultados Correntes	10 ⁶ euros	260,5	213,6	22,0 %	239,5
Resultados Líquidos após Int. Minoritários	10 ⁶ euros	176,6	137,8	28,1 %	152,0
Activo Total	10 ⁶ euros	3.337,9	2.929,1	14,0 %	2.837,2
Capitais Próprios	10 ⁶ euros	949,6	1.091,1	-13,0 %	1.131,4
Interesses Minoritários	10 ⁶ euros	88,5	111,5	-20,6 %	100,7
Dívida Financeira Líquida ⁽²⁾	10 ⁶ euros	1.148,9	1.057,3	8,7 %	1.047,3
Capitais Empregues ⁽³⁾	10 ⁶ euros	2.465,5	2.442,5	0,9 %	2.400,7
Quadro de Pessoal (31 Dez.)	unidades	6.022	5.974	0,8 %	6.955
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	216,2	207,3	4,3 %	198,9
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	108,9	98,0	11,2 %	99,2
Investimento Líquido					
Goodwill	10 ⁶ euros	303,4	8,4	S.S.	364,0
Activo Fixo Corpóreo	10 ⁶ euros	401,2	202,8	97,8 %	230,6
CF Operacional / Vol. Negócios (Margem EBITDA)		38,8%	36,4%		39,5%
Result. Operacionais / Vol. Negócios (Margem EBIT)		21,5%	19,5%		23,0%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)		17,3%	12,4%		14,0%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁴⁾		10,1%	9,9%		11,7%
Dívida Financeira Líquida / Capitais Empregues		46,6%	43,3%		43,6%
Result. Operacionais / Custos Financeiros (Liq.)		12,2	4,8		4,8
Capitalização Bolsista (31 Dez.)	10 ⁶ euros	2.150,4	2.647,7	-18,8 %	3.575,0
Resultados por Acção ⁽⁵⁾	euros	1,24	1,06	16,5 %	1,10
Cotação (31 Dez.) / Resultados por Acção (PER)		12,9	18,5		24,1

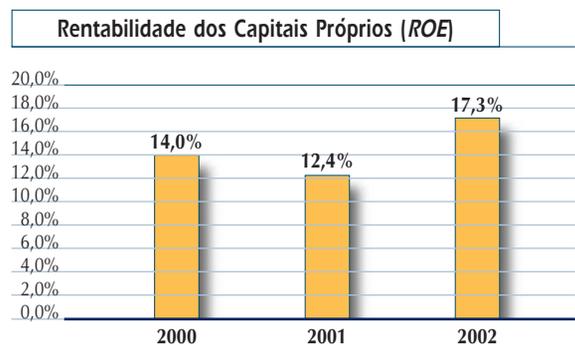
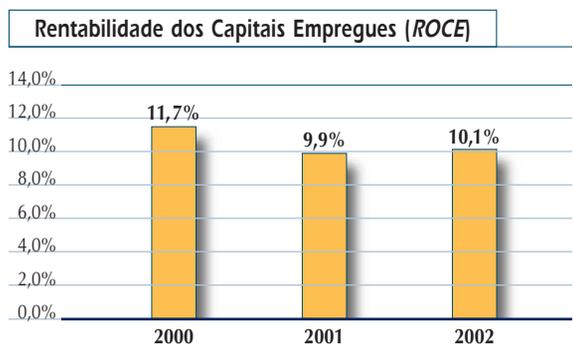
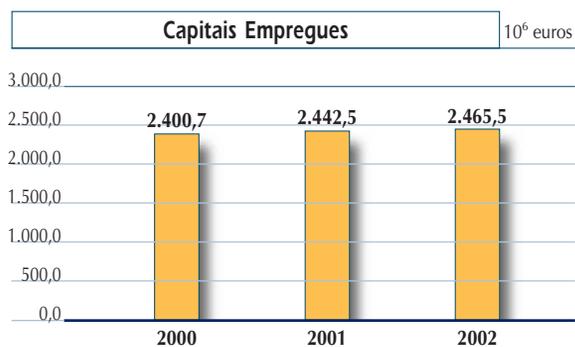
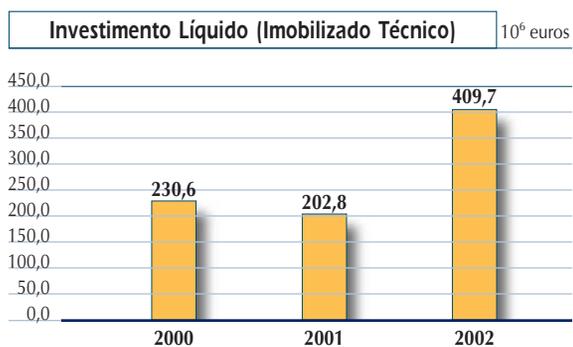
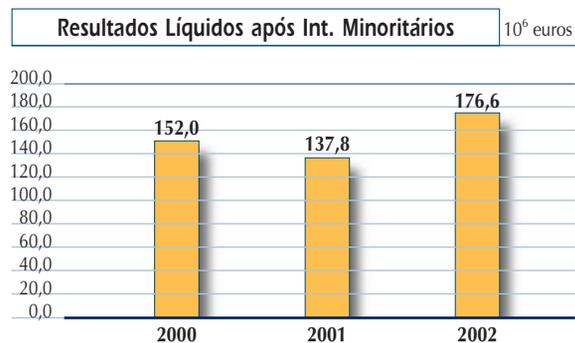
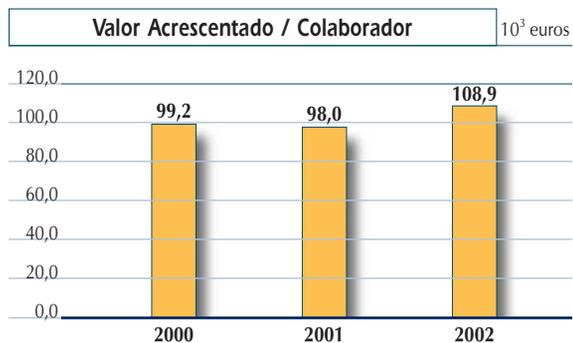
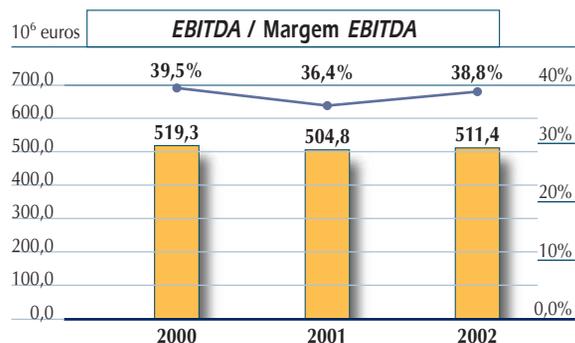
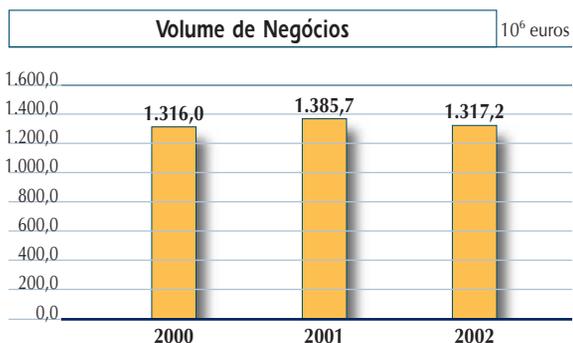
(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (no final do ano)

(2) Empréstimos Obtidos - (Empréstimos Concedidos + Disponibilidades)

(3) Considerando o Goodwill pelo respectivo valor bruto

(4) Resultados Operacionais Líquidos de Impostos (corrigidos das Amortizações do Goodwill) / Capitais Empregues

(5) (Resultados Correntes Líquidos de Impostos - Interesses Minoritários) / N^o médio de acções em circulação



Acontecimentos mais relevantes em 2002

- Constituição da sociedade de direito espanhol Cimpor Inversiones, S.L., detida a 100%, directa e indirectamente, pela *Holding*, e concentração na referida sociedade do controlo maioritário de todas as empresas do Grupo sediadas em Espanha, Marrocos, Tunísia, Egipto, Brasil e África do Sul.
- Constituição da Cimpor Reinsurance, S.A., com sede no Luxemburgo.
- Celebração, com o Grupo francês Lafarge, de um acordo de cooperação de âmbito industrial e técnico.



Aumento da participação da Cimpor Portugal, SGPS, S.A., no capital social da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., para 20,02%.

Aquisição, pela Cimpor Betão – Indústria de Betão Pronto, S.A., da totalidade do capital da sociedade Barbetão – Comércio e Distribuição de Betão, S.A..

Aquisição, pela Cecisa – Comércio Internacional, S.A., de uma participação de 35% na sociedade Nuno Mesquita Pires, SGPS, S.A..

Aquisição, pela Ciarga – Argamassas Secas, S.A., da totalidade do capital da sociedade Celfa – Sociedade Industrial de Transformação de Gessos, S.A..

Incorporação da Precimpor, SGPS, S.A., na Cimpor Portugal, SGPS, S.A..

Incorporação das sociedades Betazul – Sociedade Industrial de Betões Preparados, S.A., Betasa – Betões das Taipas, S.A., e Norbetão – Materiais de Construção, S.A., na Cimpor Betão – Indústria de Betão Pronto, S.A..



Constituição da Sociedad Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A., detida a 100% pela Corporación Noroeste, S.A., e aquisição, pela primeira, dos activos correspondentes a duas fábricas de cimento (Córdoba e Niebla), a uma instalação de comercialização de cimento (Sevilha) e a um conjunto de direitos mineiros, bem como da totalidade do capital da sociedade Cementos El Monte, S.A., detentora de uma moagem de cimento na província espanhola de Huelva.

Realização dos trabalhos de transformação do forno da fábrica de Oural, com o conseqüente aumento da respectiva capacidade de produção em 300 toneladas/dia.

Início da construção de um novo silo de cimento de 6.000 toneladas e arranque de uma instalação de queima de pneus usados, na fábrica de Oural.



Aumento da participação do Grupo no capital social da Asment de Témara, de 58,9% para 62,6%.

Obtenção da certificação de qualidade da fábrica da Asment de Témara segundo a norma ISO 9002 (versão 1994).

Início da exploração da central de betão de Casablanca, com uma capacidade de produção anual de 224.000 m³.



Aumento do capital social da Ciments de Jbel Oust, de TND 49.355.100 para TND 55.205.600.

Aumento da capacidade de produção de clínquer em 700 toneladas/dia.

Acontecimentos mais relevantes em 2002

Transição do sistema de certificação de qualidade para a norma ISO 9001 (versão 2000).

Entrada em exploração de uma nova instalação de britagem de gesso.

Arranque dos módulos comercial, financeiro e de gestão de *stocks* do novo sistema informático (J.D. Edwards).



Egipto

Aquisição aos trabalhadores, pela Amreyah Cement Company, de 5% de acções próprias.

Constituição da sociedade Amreyah Cimpor Cement Company e início do investimento numa nova linha de produção de cimento, dotada de uma capacidade de 1.450.000 toneladas/ano.

Prosseguimento do esforço de redimensionamento e optimização do quadro de efectivos.

Termo do contrato de assistência técnica com a ASEC.

Desenvolvimento do projecto de instalação das infraestruturas necessárias ao início da utilização de gás natural.

Confirmação das certificações de qualidade da fábrica e do ambiente segundo as normas ISO 9002 e ISO 14001, respectivamente.

Conclusão do projecto da rede de dados e início dos estudos conducentes à aquisição de um novo *software* de gestão.



Brasil

Aumento de capital da Companhia de Cimentos do Brasil em BRL 14.458.730,52, mediante a conversão em acções das “debêntures conversíveis” anteriormente emitidas em favor do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

Aquisição, pela Companhia de Cimentos do Brasil, da totalidade do capital da sociedade Cimentos Brumado, S.A., detentora de uma moagem de clínquer com uma capacidade nominal de 532.000 ton/ano (no estado da Bahia), de depósitos de armazenagem e venda de cimento (no mesmo estado) e de quinze centrais de betão pronto (dez no estado de São Paulo e cinco no estado da Bahia).

Incorporação da Cimentos Brumado, S.A., na Companhia de Cimentos do Brasil.

Início do investimento na nova linha de Campo Formoso, com uma capacidade de produção de clínquer de 2.000 toneladas/dia.



Moçambique

Reabilitação da britagem e entrada em exploração de uma nova moagem de cimento (Matola).

Obtenção da certificação de qualidade da Cimbetão segundo a norma ISO 9001 (versão 2000).



África do Sul

Aquisição da totalidade das acções, com direito de voto, representativas do capital social da Natal Portland Cement (Proprietary) Limited, detentora de uma fábrica de produção de clínquer (Simuma), de uma moagem de escórias (Newcastle) e de uma moagem de clínquer (Durban), com uma capacidade instalada de produção de cimento de 1.040.000 toneladas/ano.



Órgãos Sociais

Comissão Executiva



da esquerda para a direita:

Jean Carlos Angulo
Luis Filipe Sequeira Martins
Pedro Maria Teixeira Duarte (*Presidente*)
Manuel de Faria Blanc
Jorge Salavessa Moura

Conselho de Administração

Presidente

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Vogais

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo*

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura*

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins*

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc*

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte*

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

SECILPAR, S.L., que nomeou o Dr. José Alfredo de Almeida Honório,
para o exercício do cargo em nome próprio.

* *Comissão Executiva*

Conselho Fiscal

Presidente

Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Vogais

Dr. José Conceição Silva Gaspar

Freire, Loureiro & Associados - SROC, representado por Dr. Carlos Manuel Pereira Freire

Vogal Suplente

Dr. José Martins Rovisco

ROC Suplente

Dr. António Marques Dias

Assembleia Geral

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles

Vice-Presidente

Dr. José António Cobra Ferreira

Secretário da Sociedade

Secretário

Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom

Suplente

Dr. Adelino Ribeiro Duarte**

** *Entretanto falecido*

Índice

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2002 (GRUPO CIMPOR)

Perfil do Grupo CIMPOR	Capa
Síntese de Indicadores	v/capa
Acontecimentos mais Relevantes em 2002	1
Órgãos Sociais	4
I — Governo da Sociedade	9
1. Divulgação de Informação	10
1.1. Estrutura Organizativa do Grupo	10
1.2. Estrutura Organizativa da CIMPOR Holding	11
1.3. As Acções da CIMPOR na Bolsa de Valores	13
— 1.3.1. Comportamento das Acções na Bolsa	13
— 1.3.2. Estrutura Accionista	16
— 1.3.3. Acções Próprias	17
1.4. Política de Distribuição de Dividendos	17
1.5. Planos de Aquisição e Atribuição de Opções de Compra de Acções	17
1.6. Utilização de Novas Tecnologias para divulgação de Informação	19
1.7. Gabinete de Relações com Investidores	19
2. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	20
3. Regras Societárias	21
3.1. Códigos de Conduta da Sociedade	21
3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade	22
3.3. Limites ao Exercício dos Direitos de Voto	22
4. Órgão de Administração	23
4.1. Caracterização do Órgão de Administração	23
4.2. Comissão Executiva	29
4.3. Controlo da Vida Social pelo Órgão de Administração	30
4.4. Outras Comissões Internas do Órgão de Administração	30
4.5. Remunerações	31
II — Actividade do Grupo	33
1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial	34
1.1. Evolução da Economia Mundial	34
1.2. Envolvente Económica dos Países onde o Grupo Opera	35
— 1.2.1. Portugal	35
— 1.2.2. Espanha	36
— 1.2.3. Marrocos	36
— 1.2.4. Tunísia	37
— 1.2.5. Egipto	37
— 1.2.6. Brasil	37
— 1.2.7. Moçambique	38
— 1.2.8. África do Sul	38
1.3. Evolução do Sector Cimenteiro a Nível Mundial	39
2. Análise dos Resultados do Grupo	40
2.1. Síntese da Actividade Global	40
2.2. Contribuições das Diferentes Áreas de Negócio	44
2.3. Actividade do Grupo por Áreas de Negócio	48
— 2.3.1. Portugal	48
— 2.3.2. Espanha	53
— 2.3.3. Marrocos	58
— 2.3.4. Tunísia	60
— 2.3.5. Egipto	61
— 2.3.6. Brasil	63
— 2.3.7. Moçambique	65
— 2.3.8. África do Sul	67
— 2.3.9. Outras Actividades	68



3.	Inovação e Desenvolvimento	69
4.	Desenvolvimento Sustentável	73
	4.1. Política Ambiental	73
	4.2. Investimentos Efectuados	75
	4.3. A CIMPOR como membro do WBCSD (World Business Council for Sustainable Development)	77
	4.4. Relações com a Comunidade	78
5.	Recursos Humanos do Grupo	81
6.	Política Financeira e de Gestão de Riscos	83
	6.1. Gestão da Dívida Financeira	83
	6.2. Política de Gestão de Riscos	86
7.	Tecnologias de Informação	89
8.	Eventos Posteriores	91
9.	Perspectivas para 2003	92
10.	Nota Final	95
III —	Documentos de Prestação das Contas Consolidadas Parecer e Certificação	97
	Balanço	98
	Demonstração de Resultados por Naturezas	100
	Demonstração dos Resultados por Funções	101
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	102
	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	104
	Participações Sociais Qualificadas	144
	Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Órgãos Sociais	145
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	148
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	151
	Relatório de Auditoria	153
IV —	Informação Complementar	155
	Principais Empresas Operacionais – Dados Síntese	156
<hr/>		
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2002 (HOLDING)		
I —	Relatório de Gestão	171
	1. Síntese da Actividade	172
	2. Informações Legais	172
	3. Eventos Subsequentes	172
	4. Perspectivas para 2003	174
	5. Proposta de Aplicação de Resultados	174
II —	Documentos de Prestação das Contas da Holding Parecer e Certificação	177
	Balanço	178
	Demonstração de Resultados por Naturezas	180
	Demonstração dos Resultados por Funções	181
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	182
	Anexo às Demonstrações Financeiras	186
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	208
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	210
	Relatório de Auditoria	212







Relatório e Contas Consolidados
2002

I. — Governo da Sociedade



Constitui desde há muito preocupação da CIMPOR – como sociedade aberta ao investimento público e empresa com particular relevo institucional – a manutenção de uma posição de clara vanguarda e liderança no que concerne às melhores práticas de governo societário, bem como a divulgação periódica, junto dos seus *stakeholders*, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral, das posições e soluções adoptadas nesta matéria.

Esta posição de princípio tem vindo a ser publicamente reconhecida, devendo salientar-se, a este propósito, que, entre todas as empresas não financeiras cotadas no mercado nacional, a CIMPOR foi, em 2002, classificada pela CMVM precisamente em primeiro lugar quanto ao grau de cumprimento (77%) das recomendações emitidas por aquele organismo, em matéria de *corporate governance*.

O Conselho de Administração, à semelhança de anos anteriores, apresenta neste Relatório os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade e do Grupo, dando assim cumprimento ao Regulamento n.º 7/2001 da CMVM.

1. Divulgação de Informação

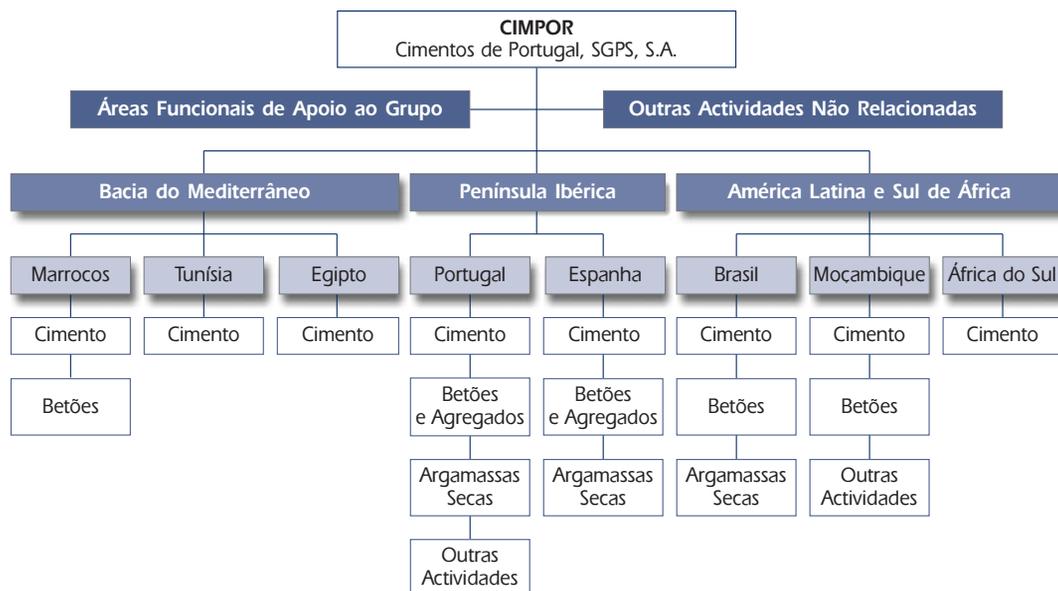
1.1.

Estrutura Organizativa do Grupo

Em termos organizacionais, o Grupo CIMPOR encontra-se estruturado por Áreas de Negócio, correspondentes aos diferentes países onde desenvolve a sua actividade, os quais se compreendem dentro de três grandes regiões: (i) Península Ibérica; (ii) Bacia do Mediterrâneo; e (iii) América Latina e Sul de África. Dentro de cada Área de Negócio, as diversas actividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a actividade principal a produção e comercialização de cimento.

Enquanto *holding* do Grupo, a **CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.**, é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico, designadamente no que respeita a todo o seu processo de internacionalização, bem como pela gestão global do conjunto das diferentes Áreas de Negócio, garantindo a respectiva coordenação em matéria de recursos financeiros, técnicos, humanos e outros, segundo os critérios e orientações que emanam do Plano Estratégico (a cinco anos), revisto e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, de acordo com os grandes objectivos do Grupo.

O acompanhamento, em maior profundidade, da gestão das Áreas de Negócio é assegurado pela **CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.**, no que respeita às actividades desenvolvidas em Portugal, e pela **CIMPOR Inversiones, S.L.**, uma *subholding*, com sede em Espanha, constituída em 2002 para servir de plataforma à expansão do Grupo na área internacional. No final do ano, a **CIMPOR Inversiones, S.L.**, na sequência de um processo de reestruturação que abrangeu as diversas participações do Grupo fora de Portugal (à excepção, apenas, de Moçambique), detinha já o controlo maioritário de todas as empresas do Grupo sediadas em Espanha, Marrocos, Tunísia, Egipto, Brasil e África do Sul.



A organização societária de cada Área de Negócio corresponde ao modelo considerado, em cada caso, mais conforme às características e condições de exercício da respectiva actividade, bem como ao sistema legal vigente no País em causa, visando o melhor aproveitamento de eventuais sinergias e o benefício de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável.

Cada uma das Áreas de Negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *Holding*, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interactiva, as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento e os objectivos e orçamentos anuais e se procede, periodicamente, à sua revisão e controlo. Procura-se que a administração de cada uma das diferentes Áreas de Negócio seja garantida tanto por quadros de nacionalidade local como por outros quadros do Grupo, visando uma gestão multicultural.

Nas sociedades dependentes, directa ou indirectamente, da **CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.**, as decisões mais importantes – v.g., as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico do Grupo – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da *Holding*. O mesmo acontece relativamente a decisões ou actuações que, quando tratadas a nível de Grupo, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

1.2. Estrutura Organizativa da CIMPOR Holding

Para o correcto exercício das suas funções, a **CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.**, dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, de apoio à gestão do Grupo e de cada uma das suas Áreas de Negócio, identificados no diagrama junto.



Em 2002, foi criado o **Centro Corporativo**, que absorveu a antiga Direcção Central Financeira, passando igualmente a integrar o Gabinete de Relações com Investidores. As suas funções essenciais consistem em: (i) através da nova **Direcção de Estudos e Desenvolvimento Estratégico**, contribuir para a concretização da estratégia de desenvolvimento do Grupo, assegurar os processos tendentes à aquisição de empresas e proceder à análise e avaliação de investimentos; (ii) por intermédio do **Gabinete de Relações com Investidores**, assegurar a comunicação regular com os diversos intervenientes no mercado de capitais, designadamente os accionistas, supervisores e demais organismos públicos, analistas financeiros e gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo; e (iii), no âmbito da **Área de Operações Financeiras**, garantir o acesso, nas melhores condições, aos recursos financeiros necessários à expansão do Grupo e ao seu funcionamento corrente.

O **Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial** tem como finalidade a prestação de assistência técnica e tecnológica às diferentes unidades produtivas do Grupo, visando a optimização, no respeito pelo meio ambiente, das respectivas *performances*. Em particular no domínio do cimento, compete-lhe também, em colaboração com os órgãos directamente envolvidos, a elaboração dos planos anuais e plurianuais de investimento, assim como o apoio à sua realização.

O **Gabinete de Auditoria Interna** é responsável, em todo o Grupo, pela realização e coordenação da actividade de auditoria interna, abrangendo as áreas financeira, patrimonial e operacional, mediante o exame e avaliação dos níveis de adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e da qualidade do seu desempenho.

A **Direcção de Relações Externas e Comunicação** garante a implementação das políticas de comunicação e imagem do Grupo.

À **Direcção Central de Planeamento e Sistemas de Informação**, compete o desenvolvimento e coordenação de todo o processo de elaboração e controlo dos planos e orçamentos das diferentes Áreas de Negócios, bem como dos sistemas de informação de gestão utilizados pelas empresas do Grupo.



* Entretanto falecidos



A **Direcção Central de Consolidação** assegura a definição e implementação das políticas e normas contabilísticas seguidas pelo Grupo, bem como a coordenação e execução dos processos de consolidação de contas.

Quanto ao **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, garante o respeito pela legalidade e a coerência, segurança e articulação das políticas e procedimentos jurídicos em todas as empresas do Grupo, prestando-lhes, em diversas áreas, serviços de assessoria, consultadoria jurídica, solicitadoria e patrocínio jurídico, coordenando e acompanhando a prestação, por terceiros, desses mesmos serviços.

1.3.

As Acções da CIMPOR na Bolsa de Valores

1.3.1. Comportamento das Acções na Bolsa

O mercado financeiro nacional ficou marcado, no ano de 2002, pela assinatura do acordo que ditou a integração da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLP) na Euronext. Resultado da fusão, ocorrida dois anos antes, entre a Société de Bourses Françaises (SBF), a Amsterdam Exchanges (AEX) e a Société de la Bourse de Valeurs Mobili  res de Bruxelles, a Euronext reúne mais de 1.500 empresas e um total de perto de 10 milhões de investidores particulares.

No dia 28 de Fevereiro de 2002, na sequência da revisão trimestral dos   ndices Euronext, a CIMPOR, juntando-se às 100 maiores empresas deste mercado, passou a integrar o   ndice Euronext 100, onde, no final do ano, apresentava um peso de 0,19%, correspondente    88   posi  o do respectivo *ranking*.

Caracteriza  o dos Títulos CIMPOR

T��TULO	CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Negocia��o de ac��es	Euronext Lisboa
Negocia��o de ADR's	Estados Unidos da Am��rica, Programa 144A ⁽¹⁾
Negocia��o de f��turos	Euronext Lisboa
C��digos	LISBON TRADING: CPR REUTERS: CMPR.IN BLOOMBERG: CIMP PL
N��mero de ac��es	Total – 134.400.000 ⁽²⁾ Admitidas �� cota��o – 120.894.498 ⁽²⁾
Valor nominal das ac��es	5 euros ⁽²⁾

⁽¹⁾ A 14 de Janeiro de 2003, foi solicitado o respectivo cancelamento.

⁽²⁾ O valor nominal das ac  es, conforme delibera  o da Assembleia Geral Extraordinária de 31 de Janeiro de 2003, foi entretanto alterado para 1 euro, pelo que o número total de ac  es passou a ser de 672.000.000, estando admitidas    cota  o 604.472.490.



O comportamento das acções CIMPOR ao longo de 2002, apesar de negativo, foi menos decepcionante que o da média do mercado, fortemente afectado pelas preocupações quanto à evolução da economia mundial e dos lucros futuros das empresas, pelas dúvidas sobre a fiabilidade da informação financeira prestada aos investidores, pelos elevados níveis de endividamento das empresas cotadas e pela deterioração da situação nos mercados emergentes. O índice Euronext 100 registou uma quebra de 32,5%, enquanto o índice PSI20, mesmo subindo 14,1% no último trimestre de 2002, sofreu uma desvalorização de 25,6% no conjunto do ano.

O título CIMPOR, após ter atingido um preço máximo de 23,49 euros no dia 10 de Maio e um mínimo de 15,70 euros no dia 5 de Novembro, fechou o ano a valer 16,00 euros, menos 18,8% que no final de 2001.

Contrariando a tendência de decréscimo do volume de transacções na Euronext Lisboa, foram transaccionadas, ao longo de 2002, um total de 34,6 milhões de acções CIMPOR, mais 22,7% que no ano anterior.

Em valor, enquanto a Euronext Lisboa registou uma queda de aproximadamente 30% no seu volume de transacções, o movimento gerado pelo título CIMPOR diminuiu apenas 6%, atingindo um total de 686 milhões de euros, correspondentes a cerca de 3% do montante global transaccionado naquele mercado e à sétima posição no respectivo *ranking*.

No dia 12 de Junho de 2002, foram postos a pagamento os dividendos relativos ao exercício anterior. O valor bruto do dividendo distribuído, 0,70 euros por acção (em termos líquidos, 0,6125 euros para accionistas residentes em Portugal e 0,5775 euros para investidores não residentes), representou um aumento de 2,9% relativamente a 2001 e correspondeu a um rendimento por acção de cerca de 3,6%. Considerando a totalidade dos dividendos distribuídos desde a sua admissão à cotação, a rentabilidade média anual das acções CIMPOR atinge os 13,4%.

Evolução das Acções CIMPOR e do Índice EURONEXT 100

(2002)





No quadro das suas relações com os investidores, a CIMPOR tem procurado manter uma estreita ligação aos diversos intervenientes no mercado, preocupando-se permanentemente em transmitir uma ideia clara, rigorosa, objectiva e actualizada da realidade da Empresa e da evolução dos seus negócios.

Esta linha de elevada qualidade e aperfeiçoamento constante da informação divulgada valeu à CIMPOR, em 2002 e pelo segundo ano consecutivo, a conquista do prémio para o melhor Relatório e Contas entre as empresas não financeiras, atribuído pela ex-Arthur Andersen, em parceria com o Semanário Económico.

Principais Marcos Societários do Exercício de 2002

- 28 de Fevereiro** – Entrada no índice Euronext 100.
 - 20 de Março** – Celebração do contrato para a aquisição de uma participação de 32,79% no capital da Natal Portland Cement Company (Proprietary) Limited (África do Sul).
 - 22 de Março** – Anúncio da operação de incorporação das empresas Betazul – Sociedade Industrial de Betões Preparados, S.A., Norbetão – Materiais de Construção, S.A., e Betasa – Betões das Taipas, S.A., na Cimpor Betão – Indústria de Betão Pronto, S.A..
 - 12 de Abril** – Divulgação dos resultados do exercício de 2001.
 - 18 de Abril** – Notificação da desistência, por parte da Holcim (Portugal), SGPS, S.A., dos processos de providência cautelar de suspensão e anulação das deliberações sociais tomadas na Assembleia Geral concluída a 31 de Julho de 2001.
 - 29 de Abril** – Divulgação dos resultados do 1º trimestre.
 - 30 de Abril** – Celebração do contrato para a aquisição da totalidade do capital da Cimento Brumado, S.A., (Brasil) pela CCB – Companhia de Cimentos do Brasil, S.A..
 - 14 de Maio** – Assembleia Geral Anual.
 - 24 de Maio** – Anúncio do aumento da participação no capital social da SEMAPA – Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS, S.A., para 20,02%.
 - 12 de Junho** – Pagamento dos dividendos.
 - 12 de Julho** – Celebração – com a Lafarge – de um acordo de cooperação de âmbito industrial e técnico.
 - 17 de Setembro** – Conclusão do processo de aquisição da participação de 32,79% no capital da Natal Portland Cement.
 - 25 de Setembro** – Divulgação dos resultados do 1º semestre.
 - 19 de Outubro** – Anúncio do aumento da participação no capital da Natal Portland Cement Company, de 32,79% para 98,1% (correspondentes a 100% dos direitos de voto).
 - 29 de Outubro** – Divulgação dos resultados do 3º trimestre.
 - 8 de Novembro** – Anúncio do processo de incorporação da Precimpor, SGPS, S.A., na Cimpor Portugal, SGPS, S.A..
 - 12 de Novembro** – Celebração, pela Corporación Noroeste, S.A., de contrato de aquisição dos activos cimenteiros detidos pela Lafarge Asland, S.A., na região da Andaluzia (Espanha).
 - 30 de Dezembro** – Transferência do controlo maioritário de todas as empresas do Grupo sediadas em Marrocos, Tunísia, Egipto e Brasil para a sociedade de direito espanhol Cimpor Inversiones, S.L., detida directa e indirectamente a 100% pela CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..
 - 30 de Dezembro** – Aquisição dos activos cimenteiros detidos pela Lafarge Asland, S.A., na região da Andaluzia (Espanha).
-



	2002	2001	2000
Em 31 de Dezembro:			
Capital Social (10 ³ euros)	672.000	672.000	672.000
Número de acções	134.400.000	134.400.000	134.400.000
Cotação (euros)	16,00	19,70	26,60
Capitalização bolsista (10 ³ euros)	2.150.400	2.647.680	3.575.040
Dividendos brutos * (euros)	0,80	0,70	0,68
<i>Dividend yield</i> **	5,00 %	3,55 %	2,56 %
Resultados líquidos após I.M. (10 ³ euros)	176.563	137.829	152.001
<i>Payout ratio</i>	60,9 %	68,3 %	60,1 %
Resultados correntes líq. impostos (10 ³ euros)	170.336	143.300	146.320
<i>Payout ratio</i>	63,1 %	65,7 %	62,5 %
Transacções			
Em volume (1.000 acções)	34.611	28.205	134.631
Em valor (10 ⁶ euros)	686	731	2.899
Quota de mercado	3,2 %	2,4 %	4,9 %
Valorização anual			
Euronext 100	- 32,5 %	- 19,7 %	
PSI 20	- 17,6 %	- 24,7 %	- 13,0 %
Acção CIMPOR	- 18,8 %	- 25,9 %	+ 61,2 %

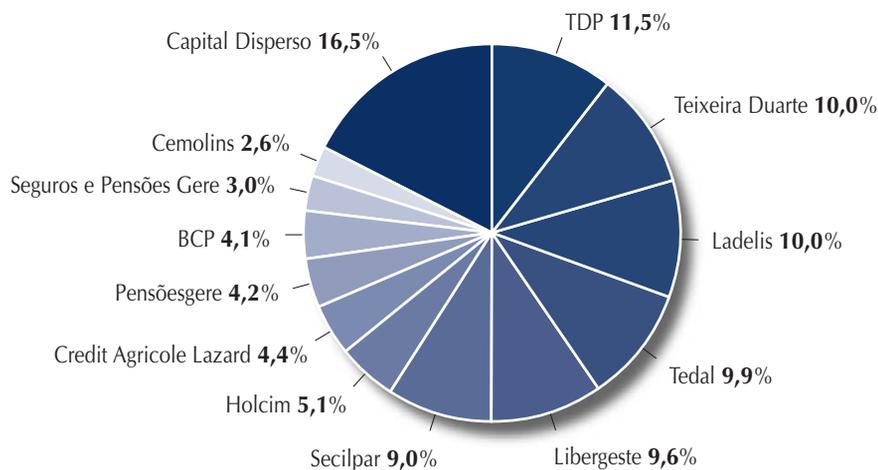
* Em 2002: conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral (por cada acção de valor nominal 5 euros)

** Relativamente à cotação de final de ano

1.3.2. Estrutura Accionista

Resumo da Estrutura Accionista

(Participações Sociais conforme comunicadas à sociedade até 31 de Janeiro de 2003)





1.3.3. Acções Próprias

Iniciando o exercício com 1.047.176 acções próprias, a CIMPOR alienou, ao longo do ano, a diversos colaboradores do Grupo, um total de 160.702 acções, ao preço médio de 16,76 euros, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.5. *infra*. Tendo adquirido, durante o ano, no âmbito da gestão corrente da sua carteira de acções próprias, um total de 310.437 acções, ao preço médio de 17,19 euros, a CIMPOR, no final de 2002, detinha em carteira um total de 1.196.911 acções próprias, representativas de 0,89% do seu capital social.

1.4.

Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pretende manter uma política de distribuição de dividendos que pondere (a) a desejável estabilidade do *payout ratio*; (b) a competitividade do *dividend yield* no contexto do mercado português e do sector cimenteiro internacional; e (c) as perspectivas de investimento futuro do Grupo, analisadas à luz das respectivas necessidades de financiamento por capitais próprios e da capacidade de libertação de meios das diferentes actividades desenvolvidas.

A proposta de aplicação de resultados constante do presente relatório segue as linhas de orientação da política acima descrita, correspondendo o dividendo proposto, no valor unitário de 0,16 euros (equivalentes a 0,80 euros por cada acção anterior ao *stock split* aprovado na Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2003), a cerca de 65% do resultado corrente líquido de impostos (após interesses minoritários) e a 60,9% do resultado líquido do Grupo.

1.5.

Planos de Aquisição e Atribuição de Opções de Compra de Acções

No âmbito da política de remunerações e incentivos aos colaboradores do Grupo, e visando uma maior correlação entre tais incentivos e o comportamento do título CIMPOR no mercado de capitais, a Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., realizada em Maio de 2002, aprovou a venda de acções próprias no âmbito da execução de um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* definido pelo Conselho de Administração para o ano de 2002 e do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo*, que viria a ser regulamentado pela Comissão de Fixação de Remunerações.

O *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* (Ano de 2002) – destinado aos administradores e quadros dirigentes das empresas do Grupo e à generalidade dos colaboradores com vínculo estável às sociedades do Grupo com sede em Portugal – consistiu na atribuição a cada beneficiário – conforme deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações, no



respeitante aos administradores da *Holding*, e do Conselho de Administração, nos restantes casos – do direito a adquirir, ao preço unitário de 17,50 euros, um determinado número de acções da própria CIMPOR, definido de acordo com a seguinte regra:

$$\text{Quantidade máxima de acções a adquirir} = \frac{\text{Remuneração base mensal} / 2}{17,50}$$

com arredondamento, por excesso, para um múltiplo de cinco ou de dez acções, consoante a aplicação da referida fórmula resultasse num valor inferior ou superior a 100, respectivamente.

De um conjunto de 1.888 colaboradores, a quem, de acordo com aquela regra, foi dada a possibilidade de aquisição de um número máximo de 78.945 acções, viriam a responder afirmativamente, durante o prazo concedido para o efeito (de 15 de Março a 15 de Abril), 332 colaboradores, os quais adquiriram, a 17 de Maio de 2002, um total de 28.555 acções.

Quanto ao *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo*, teve como destinatários os administradores da *Holding* que a Comissão de Fixação de Remunerações entendeu designar como beneficiários, bem como os membros dos Conselhos de Administração das sociedades participadas e outros quadros dirigentes do Grupo que, para o mesmo efeito, foram designados pela Comissão Executiva.

As características essenciais deste Plano são as seguintes:

- Anualmente, é atribuída a cada beneficiário a faculdade de adquirir um determinado número de acções da CIMPOR (opções iniciais), a um preço pré-definido pela Comissão de Fixação de Remunerações (dentro dos trinta dias seguintes à data da reunião da Assembleia Geral Anual de aprovação das contas), o qual não deverá ser inferior a oitenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data;
- Por cada opção inicial efectivamente exercida, é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir, ao mesmo preço unitário, e em cada um dos três anos seguintes, uma nova acção (opções derivadas); o conjunto formado pelas acções adquiridas no exercício das opções iniciais e pelas correspondentes opções derivadas constitui uma série;
- O número de opções iniciais atribuídas a cada beneficiário é definido pela Comissão de Fixação de Remunerações, no caso dos membros do Conselho de Administração da *Holding*, e por este último (ou pela Comissão Executiva), nos restantes casos;
- O número de opções derivadas a exercer anualmente por cada beneficiário não poderá exceder, no seu conjunto, o número de acções por ele detidas em 28 de Fevereiro do ano em causa, independentemente de as mesmas terem sido ou não adquiridas ao abrigo do Plano;
- O período durante o qual podem ser exercidas as opções iniciais é fixado pelo Conselho de Administração (ou pela Comissão Executiva) da *Holding*; o período para o exercício das opções derivadas é o mês de Março de cada ano;



- O Plano e respectivo Regulamento podem ser revogados ou alterados a qualquer momento, por decisão do Conselho de Administração (ou da Comissão Executiva) da *Holding*, ou ainda por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações (no âmbito das suas competências específicas nesta matéria), sem prejuízo da manutenção das opções já atribuídas.

Em 2002, no âmbito deste Plano, com um período de exercício que decorreu entre 27 de Junho e 15 de Julho, foram atribuídas 35.750 opções iniciais, contemplando 113 administradores e quadros dirigentes do Grupo. Destes, 100 exerceram parte ou a totalidade dos seus direitos de opção, ao preço unitário de 18,50 euros, num total de 30.717 acções. Assim, nos anos de 2003 a 2005, inclusive, e relativamente a esta primeira série, poderão vir a ser exercidas, àquele mesmo preço, um máximo de 92.151 opções derivadas.

Relativamente ao Plano de *Stock Options* cujo período de exercício de direitos terminou em 31 de Dezembro de 2001, foram ainda alienadas, a 3 de Janeiro de 2002, um total de 101.430 acções próprias, ao preço médio de 16,02 euros, correspondentes a outras tantas opções exercidas dentro daquele prazo.

1.6.

Utilização de Novas Tecnologias para Divulgação de Informação

A CIMPOR, através da sua *webpage* www.cimpor.pt, disponibiliza aos seus accionistas e investidores em geral a convocatória para as assembleias gerais, bem como resumos dos documentos de prestação de contas, comunicações de factos relevantes e outras informações de interesse relacionadas com a actividade do Grupo.

1.7.

Gabinete de Relações com Investidores

Procurando assegurar um relacionamento estreito com o mercado de capitais, a CIMPOR dispõe, desde o primeiro ano da sua admissão à cotação (1994), de um Gabinete de Relações com Investidores, ao qual compete manter a comunidade financeira informada sobre a evolução da actividade do Grupo e apoiar os Accionistas da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tanto actuais como potenciais, na sua relação com a Empresa.

O contacto deste Gabinete com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais é mantido através de apresentações (ao vivo ou na *Internet*), reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, *e-mail* ou correio tradicional. Paralelamente, os comunicados oficiais, os Relatórios e Contas e a evolução da cotação das acções CIMPOR na Euronext são divulgados através do *site* www.cimpor.pt.



O Dr. Raúl Tito Rodrigues Caldeira, responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores e pela Direção de Estudos e Desenvolvimento Estratégico é também, desde 1994, o Representante para as Relações com o Mercado de Capitais, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários.

Vias de acesso ao Gabinete de Relações com Investidores

Morada	Gabinete de Relações com Investidores CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa PORTUGAL
Contactos Pessoais	Dr. Raúl Caldeira Dra. Filipa Mendes
Telefones	21 311 81 00 21 311 88 89
Fax	21 311 88 67
e-mail	gri@cimpor.pt
Internet	www.cimpor.pt

2. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas

A Sociedade sempre incentivou o exercício activo dos direitos de voto, quer facilitando o voto por correspondência por parte dos seus accionistas, quer estimulando a sua participação nas reuniões da Assembleia Geral.

No que se refere ao voto por correspondência, a CIMPOR tem vindo a disponibilizar, através da *Internet*, um modelo para o exercício dos referidos direitos, aceitando, no entanto, qualquer declaração de voto que manifeste clara e inequivocamente a vontade do accionista. Para este efeito, os procedimentos a adoptar e os prazos a respeitar têm sido claramente definidos em todas as convocatórias de Assembleias Gerais.

Com vista a estimular a participação dos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral, têm vindo a ser igualmente inseridas no texto das respectivas convocatórias as diversas regras, constantes da lei ou do contrato de sociedade, relativas a tal participação e ao exercício do direito de voto. Designadamente (segundo a nova redacção dos Estatutos, derivada da alteração do valor nominal das acções, de cinco euros para um euro, aprovada na Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2003):



- Podem assistir à reunião da Assembleia Geral os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada quinhentas acções;
- Podem fazer parte da Assembleia Geral, e podem votar por correspondência, os accionistas que detenham pelo menos quinhentas acções, as quais devem estar inscritas em seu nome até quinze dias antes da data da realização da Assembleia Geral e manter-se inscritas nesse mesmo nome até ao respectivo encerramento; para este efeito, os accionistas deverão fazer chegar ao Presidente da Mesa, até oito dias antes daquela data, a declaração emitida pelo respectivo intermediário financeiro;
- Nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades que, para esse efeito, lhe são legalmente equiparadas, pode emitir votos contáveis, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral, são colocadas à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e durante as horas de expediente, as informações referidas no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais, facto que tem sido igualmente mencionado na respectiva convocatória.

Dado o actual grau de concentração da estrutura accionista da CIMPOR, não se tem mostrado necessário o recurso à utilização de outros meios electrónicos, para além dos mecanismos disponibilizados via *Internet*, para votação nas Assembleias Gerais.

3. Regras Societárias

3.1.

Códigos de Conduta da Sociedade

Além das disposições legais aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, existe uma cultura e prática da Empresa que dá ênfase às regras de boa conduta nas situações de conflitos de interesses entre os membros dos órgãos de administração e a sociedade e às principais obrigações resultantes dos deveres de diligência, lealdade e confidencialidade dos membros do órgão de administração, nomeadamente no que toca à prevenção da utilização indevida de bens societários e de oportunidades de negócio.

O Conselho de Administração tem igualmente velado pela aplicação destes princípios em todas as sociedades do Grupo.

Em 2002, e na sequência das melhores práticas internacionais de *corporate governance*, foi constituída uma Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração sobre Governo da Sociedade, destinada a estudar, preparar e aconselhar este órgão sobre as normas e procedimentos a adoptar com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de



conduta e de governo societário, incluindo no que concerne ao relacionamento interno do próprio Conselho e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação (vide ponto 4.4. *infra*).

O regime que decorre da lei e dos diversos instrumentos referidos tem-se revelado adequado para contemplar a matéria relativa a conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades, não se tendo mostrado necessário implementar outros instrumentos complementares para disciplinar tais matérias.

3.2.

Controlo do Risco na Actividade da Sociedade

A estrutura organizativa da CIMPOR compreende um Gabinete de Auditoria Interna incumbido de zelar pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas do Grupo, bem como pela qualidade do respectivo desempenho.

A gestão dos riscos de carácter financeiro, operacional e patrimonial é assegurada no âmbito do Centro Corporativo, de acordo com as políticas enunciadas em capítulo próprio do presente relatório.

No que respeita aos riscos económicos, relativamente aos quais não existem no mercado instrumentos específicos de cobertura, a política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação geográfica dos seus investimentos de expansão, de forma a equilibrar a presença do Grupo em mercados maduros e emergentes e a possibilitar a existência de negócios em diferentes estádios de crescimento e com níveis de preços distintos. Nesse sentido, não apenas os alvos para possíveis aquisições são definidos tendo em atenção a necessidade de uma carteira equilibrada de negócios, como, individualmente, as avaliações dos activos a adquirir são realizadas incorporando prémios de risco adequados à situação de cada país, tal como definidos por agências de *rating* internacionais.

3.3.

Limites ao Exercício dos Direitos de Voto

Conforme referido no ponto 2. *supra*, a CIMPOR mantém nos seus Estatutos – com recente reafirmação largamente maioritária (correspondente a 65% dos votos expressos) em Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2003 – uma norma de limitação de contagem de votos que, para além de constituir um importante mecanismo de ampliação da democracia accionista, se traduz, também, num incentivo a que eventuais operações tendentes à aquisição de controlo tenham de reunir condições de muito ampla e generalizada atractividade junto do corpo accionista.

Assim, de acordo com o nº 5 do artigo 7.º do Contrato de Sociedade, “nenhum Accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social”.



Uma vez que, estando concluído o processo de privatização da CIMPOR, tal disposição deixou de ter sentido, foi, entretanto, revogado, por deliberação da Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2003, o antigo artigo 22.º dos Estatutos, o qual dispunha que “enquanto o Estado for titular de acções da sociedade sujeitas ao regime da Lei nº 11/90 de 5 de Abril, não se consideram tomadas contra o voto expresso do accionista Estado, as deliberações sobre alteração do contrato da sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou limitação do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital social”.

Não se conhecem quaisquer acordos parassociais entre os accionistas da CIMPOR.

4. Órgão de Administração

4.1.

Caracterização do Órgão de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze administradores, sendo um presidente e os restantes vogais. O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, que designa também o seu presidente. À semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de quatro anos, podendo ser reeleito.

Considerando a conveniência para o interesse social em instituir um sistema estatutário próprio de designação de administrador por iniciativa de minorias, a Assembleia Geral de 31 de Janeiro de 2003 deliberou remover a aplicabilidade do mecanismo supletivo previsto no nº 6 do artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais – o qual é estritamente baseado num processo de divergência absolutamente dependente de ter existido oposição à lista majoritariamente sufragada – substituindo-o por um sistema próprio alternativo, com as seguintes regras, estabelecidas de acordo com o disposto nos nºs 1 a 5 do mesmo artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais:

- Independentemente de ter ou não sido emitido voto contra a lista que fez vencimento, um dos administradores terá sempre de ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por um grupo de accionistas, desde que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% e menos de 10% do capital social, salvo se tais listas não forem apresentadas;
- Esta eleição, caso seja apresentada proposta nesse sentido, será efectuada isoladamente e antes da eleição dos demais administradores;
- O mesmo accionista não poderá subscrever mais de uma lista e cada lista deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o cargo a preencher;
- Se forem apresentadas listas por mais do que um grupo, a votação incide sobre o conjunto das listas.



O actual Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral que terminou em 31 de Julho de 2001, para o quadriénio de 2001 a 2004, é integrado pelos seguintes elementos:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
- Dr. João Salvador dos Santos Matias
- Dr. Manuel Ferreira
- Secilpar, S.L., que nomeou o Dr. José Alfredo de Almeida Honório para o exercício do cargo em nome próprio.

Relativamente aos membros que integram o órgão de administração em funções, cumpre relevar os seguintes aspectos:

a) Com a única excepção referida na alínea b) *infra*, todos os administradores foram propostos e eleitos em Assembleia Geral a título individual, não tendo sido propostos ou designados em representação de qualquer accionista particular, considerando-se, neste sentido, administradores independentes;

b) Por iniciativa dos accionistas Holderbank (Portugal) SGPS, Lda. e Secilpar, S.L., efectuada ao abrigo do disposto no artigo 392º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, foi esta última accionista designada administrador, tendo nomeado para o respectivo exercício de funções o Dr. José Alfredo de Almeida Honório, que poderá, assim, no sentido representativo referido em a) *supra*, considerar-se como administrador não independente;

c) Na Sociedade não há accionistas dominantes, pelo que não existem também administradores ligados a accionistas dominantes;

d) A maioria dos administradores (seis num total de onze), incluindo o Presidente do Conselho de Administração, é composta por administradores não executivos;

e) Constituem a Comissão Executiva os restantes cinco administradores, a saber:

- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte – Presidente
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

Verifica-se, pois, uma maioria de administradores independentes e não executivos no órgão de administração, tal como recomendado pelas mais modernas orientações internacionais sobre *corporate governance*.



Cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2002, as funções exercidas pelos membros do órgão de administração noutras sociedades eram as seguintes:

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Presidente do Conselho de Administração da CIRES, S.A.;
Presidente do Conselho Fiscal do Banco Comercial Português, S.A.;
Presidente do Conselho Fiscal do Banco Comercial Português de Investimento, S.A.;
Presidente do Conselho de Administração da Atlansider, SGPS, S.A..

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Presidente do Conselho de Administração da Eurovida-BNC-CGU, Companhia de Seguros de Vida, S.A.;
Presidente do Conselho de Administração da ADI – Administração de Investimentos, S.A.;
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bayer Portugal, S.A.;
Gerente da Silva & Barbosa – Consultores Internacionais de Gestão, Lda.;
Presidente do Instituto Humanismo e Desenvolvimento.

Dr. Jacques Lefèvre

Presidente do Conselho de Supervisão da Compagnie Fives Lille;
Vice-Presidente não executivo do Grupo Lafarge;
Administrador da Lafarge North America;
Administrador da Cementia Holding AG;
Administrador da Lafarge Asland, S.A.;
Administrador da Cementos Molins, S.A.;
Administrador da Société Nationale d'Investissements au Maroc;
Administrador da Hurricane Hydro Carbons, Ltd.;
Co-Presidente do France – Philippines Business Council;
Co-Presidente do France – Morocco Business Council.

Eng. Jean Carlos Angulo

Director Geral Adjunto do Grupo Lafarge, responsável pela Europa Ocidental e Marrocos;
Vice-Presidente da Lafarge Ciments;
Administrador da Lafarge Asland, S.A.;
Administrador da Readymix Asland, S.A.;
Vice-Presidente da Lafarge Maroc;
Administrador da Lafarge Adriasebina;
Administrador da Cementos Molins, S.A.;
Presidente das organizações profissionais Syndicat Français de l'Industrie Cimentière, ATILH e Cimbéton;
Administrador do CEMBUREAU.

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.;
Administrador da CIMPOR Inversiones, S.L.;
Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.;
Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.;



Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Geofer – Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Cecisa – Comércio Internacional, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Imobiliária, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração dos Estabelecimentos Scial do Norte, S.A.;

Gerente da MECAN – Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda.;

Gerente da KANDMAD – Prestação de Serviços e Comércio de Importação e Exportação, Lda.;

Presidente do Conselho de Administração da SACOPOR – Sociedade de Embalagens de Sacos de Papel, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A.;

Gerente da Vilaje – Vigas e Lajes Pré-Esforçadas, Lda.;

Presidente do Conselho de Administração da Prediana – Sociedade de Pré-Esforçados, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Asment de Témar, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Betocim, S.A.;

Administrador da CJO – Sociéte des Ciments de Jbel Oust, S.A.;

Administrador da Amreyah Cement Company, S.A.E.;

Administrador da Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E..

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

Presidente do Conselho de Administração da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento.

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Administrador da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.L.;

Administrador da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.;

Administrador da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Betão Liz, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Ciarga – Argamassas Secas, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Betão, SGPS, S.A.;

Gerente da Ecoresíduos – Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos, Lda.;

Gerente da MECAN – Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda.;

Gerente da Vermoifeira – Extracção e Comércio de Areias, Lda.;

Gerente da KANDMAD – Prestação de Serviços e Comércio de Importação e Exportação, Lda.;

Administrador da Corporación Noroeste, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.;

Administrador da Asment de Témar, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CJO – Sociéte des Ciments de Jbel Oust, S.A.;

Administrador da Amreyah Cement Company, S.A.E.;

Administrador da Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E..

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

Presidente do Conselho de Administração da Ecometais – Sociedade de Tratamento e Reciclagem, S.A..

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Administrador da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.;

Administrador da CIMPOR Inversiones, S.L.;

Administrador da CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.;

Administrador da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.;

Gerente da KANDMAD – Prestação de Serviços e Comércio de Importação e Exportação, Lda.;



Administrador da Asment de Témar, S.A.;

Administrador da CJO – Societé des Ciments de Jbel Oust S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da CEC – Cimpor Egypt for Cement, S.A.E.;

Administrador da Amreyah Cement Company, S.A.E.;

Administrador da Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.;

Administrador da Companhia de Cimentos do Brasil;

Presidente do Conselho de Administração da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.;

Presidente do Conselho de Administração da Natal Portland Cement Company (Proprietary) Limited;

Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Reinsurance, S.A.;

Administrador da CIMPOR Finance, Ltd.;

Administrador da Penrod Investments Limited.

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Gestão de Participação e Investimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Macau), Lda.;

Administrador da TDI – Imobiliária, S.A.;

Gerente da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.;

Gerente da F+P – Imobiliária, Lda.;

Gerente da Hipus – Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.;

Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.;

Membro do Conselho Delegado da Recolte – Recolha e Eliminação de Resíduos, S.A.;

Membro do Conselho Geral de EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A..

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Administrador da TDO, SGPS, S.A.;

Administrador da Tedal, SGPS, S.A.;

Administrador da ESTA – Gestão de Hóteis, S.A.;

Administrador da Bonaparte – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.;

Administrador da CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.;

Administrador da EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.;

Administrador da Mercapetro – Produtos Petrolíferos, S.A.;

Administrador da Petras – Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Gás Natural, S.A.;

Administrador da Petrin – Petróleos e Investimentos, S.A.;

Administrador da Petrobeiras – Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.;

Administrador da S. Luís de Maranhão – Gestão Imobiliária, S.A.;

Administrador da Sinerama – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.;

Administrador da SM – Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.;

Administrador da Soprocine – Empreendimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da SPI – Sociedade de Petróleos Independentes, S.A.;

Administrador da Tratado – Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.;

Administrador da TDCIM – Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenagem de Cimentos, S.A.;

Administrador da TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.;

Administrador da VTD – Veículos Automóveis, S.A..



Dr. Manuel Ferreira

Administrador da Mercapetro – Produtos Petrolíferos, S.A.;

Administrador da Petras – Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Gás Natural, S.A.;

Administrador da Petrin – Petróleos e Investimentos, S.A.;

Administrador da Petrobeiras – Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.;

Administrador da SM – Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da Teixeira Duarte, SGPS, S.A.;

Administrador da Tedal, SGPS, S.A.;

Administrador da TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.;

Administrador da SPI – Sociedade de Petróleos Independentes, S.A.;

Administrador da V8 – Gestão Imobiliária, S.A.;

Administrador da TOPSPIN – Centro Desportivo de Ténis Internacional, S.A., da TOPSPIN – Investimentos Imobiliários, S.A., e da TOPSPIN, SGPS, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da TDO, SGPS, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da PTG – Sociedade Gestora de Participações, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da VTD – Veículos Automóveis, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Tratado – Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Bonaparte – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da SEIUR – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da EUROGTD – Sistemas de Informação, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.;

Gerente da Auto Garagem, Lda.;

Gerente da Angóimo – Empreendimentos e Construções, Lda.;

Gerente da Comércio de Automóveis, Lda.;

Gerente da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Angola), Lda.;

Gerente da Imoafo – Empreendimentos Imobiliários, Lda.;

Gerente de Afrimo – Empreendimentos Imobiliários, Lda.;

Gerente do Lisboa Ténis Clube, Lda..

Dr. José Alfredo de Almeida Honório

Administrador da Cimianto – Gestão de Participações, S.A.;

Administrador da CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.;

Administrador da CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A.;

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Hidrotuela – Hidroeléctrica do Tuela, S.A.;

Administrador da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.;

Administrador da Secil Investimentos, SGPS, S.A.;

Administrador da Secilpar, S.L.;

Administrador da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.;

Administrador da Ciminpart – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.;

Administrador da Parseinges – Gestão de Investimentos, SGPS, S.A.;

Administrador da Seinpart – Participações, SGPS, S.A.;

Administrador da Betopal, S.L.;

Managing Director da Parcim Investments, B.V..



4.2.

Comissão Executiva

Em 2001, foi deliberado pelo Conselho de Administração manter a tradição de existência de uma Comissão Executiva, elegendo uma comissão composta por cinco elementos, na qual foram delegados todos os poderes relativos à gestão corrente da Sociedade, com exceção apenas das matérias legalmente definidas como não passíveis de delegação, enumeradas no ponto 4.3. *infra*.

A Comissão Executiva – presidida pelo Dr. Pedro Teixeira Duarte, substituído quando necessário pelo Eng. Jorge Salavessa Moura – não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação de mais do que um administrador em cada reunião. As deliberações são tomadas por maioria dos presentes. Durante o ano de 2002, a Comissão Executiva reuniu 33 vezes.

Além das matérias que, nos termos da lei, constituem competências não delegáveis pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva entendeu, ainda, por sua iniciativa, em 3 de Agosto de 2001, reservar para o plenário do Conselho de Administração as deliberações finais sobre quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar com accionistas detentores de 2% ou mais do capital social da CIMPOR, sempre que, pela sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados de especial relevância.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas Áreas Funcionais, conforme seguidamente indicado:

- Relações Externas e Comunicação, Recursos Humanos, Auditoria Interna e Assuntos Jurídicos – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;
- Centro Corporativo, Consolidação e Planeamento e Sistemas de Informação – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

No que respeita à ligação às entidades externas abaixo indicadas, foi definida a seguinte distribuição:

- Associação Técnica da Indústria do Cimento (ATIC) e outras Associações Sectoriais – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- CEMBUREAU, “World Business Council for Sustainable Development” (WBCSD) e Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto (APEB) – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;
- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Euronext Lisboa e Conselho Fiscal – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.



4.3.

Controlo da Vida Social pelo Órgão de Administração

Conforme anteriormente referido, à Comissão Executiva encontram-se vedadas todas as matérias qualificadas como não delegáveis pela lei e, como tal, excluídas da delegação efectuada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, a saber:

- Escolha do Presidente do Conselho de Administração, quando aplicável;
- Cooptação de administradores;
- Pedido de convocação de assembleias gerais;
- Relatórios e contas anuais;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- Mudança de sede e aumentos de capital;
- Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre, sem prejuízo da realização de outras reuniões intercalares sempre que se torne necessário. Não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Durante o ano de 2002, o Conselho de Administração excedeu largamente a periodicidade mínima obrigatória, tendo realizado 12 reuniões.

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva, encontram-se criados os seguintes procedimentos:

- a) Distribuição aos membros do Conselho de Administração das actas das reuniões da Comissão Executiva;
- b) Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz regularmente um sumário dos aspectos considerados relevantes da actividade desenvolvida desde a última reunião, facultando aos administradores os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados;
- c) Encontra-se ainda regulamentada a possibilidade de solicitação, por parte dos administradores, de elementos ou informações à Comissão Executiva, fora das reuniões do Conselho.

4.4.

Outras Comissões Internas do Órgão de Administração

Conforme referido, em 2002, foi constituída no seio do Conselho de Administração uma Comissão Consultiva de Governo de Sociedade, a quem incumbe especialmente estudar, preparar e aconselhar na adopção e revisão pelo Conselho de Administração de normas



e procedimentos internos relativos ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e governo societário, incluindo o que concerne ao funcionamento e relacionamento internos do próprio Conselho e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.

Esta Comissão é composta por administradores (maioritariamente não executivos) sem qualquer vínculo a accionistas detentores de participações qualificadas, sendo a sua composição, actualmente, a seguinte:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura.

A comissão reúne sempre que se justifique e, em princípio, pelo menos uma vez em cada semestre.

4.5. Remunerações

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, bem como as modalidades e prestações do respectivo esquema complementar de reforma ou de invalidez, são determinadas pela Comissão de Fixação de Remunerações, composta por accionistas eleitos em Assembleia Geral, podendo tal remuneração incluir uma componente variável, estabelecida em função dos resultados do exercício (nos termos do artigo 16º do Contrato de Sociedade, a referida componente não poderá, globalmente, exceder 1% dos resultados líquidos, deduzidos da importância destinada à reserva legal).

O montante total de remunerações, prestações para o esquema complementar de reforma ou de invalidez e outros incentivos auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis
Administradores Executivos	1.196.048,07	521.907,30
Administradores Não Executivos	567.372,29	1.333,76
TOTAL	1.763.420,36	523.241,06





Relatório e Contas Consolidados
2002

II. — Actividade do Grupo



1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

1.1. Evolução da Economia Mundial

O comportamento da economia mundial em 2002 ficou muito aquém das expectativas que se desenhavam no início do ano. A tão esperada retoma do crescimento económico, particularmente na União Europeia e nos Estados Unidos, acabou por não se verificar, assistindo-se antes a uma série de sinais contraditórios sobre o desempenho das respectivas economias, com um impacto significativo nos níveis de confiança da generalidade dos agentes económicos.

A deterioração das condições financeiras a nível global, reflectindo a enorme volatilidade dos mercados e as importantes quedas dos mercados accionistas ao longo do ano, as dúvidas quanto à fiabilidade das demonstrações financeiras das empresas, o aumento dos níveis de desemprego e o agravamento das tensões político-militares terão constituído factores determinantes do adiamento da recuperação económica mundial.

Globalmente, o crescimento da economia não terá ido além de 1,7%, com o conjunto dos países industrializados a crescer cerca de 1,3% e os países emergentes perto de 3%.

Na **União Europeia**, fruto da debilidade do consumo privado e da FBCF, a actividade económica manteve a tendência de abrandamento iniciada em 2001, com o PIB a crescer abaixo de 1%, a taxa de desemprego a aumentar para cerca de 8,5% e o nível de confiança dos consumidores a atingir níveis anormalmente baixos.

A taxa de inflação manteve-se sob controlo (ter-se-á fixado em perto de 2,2%), o que abriu espaço para a redução da taxa directora do BCE, de 3,25% para 2,75%, embora já muito perto do final do ano. Do lado da política orçamental, os estímulos à actividade económica não foram igualmente relevantes, dado o empenhamento dos diversos governos no cumprimento dos objectivos impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O comportamento do euro foi de gradual apreciação em relação ao dólar norte-americano (quase 19% no espaço de um ano), reflectindo um deslocamento significativo de activos financeiros em favor de aplicações denominadas na moeda europeia.

Nos **Estados Unidos**, o PIB terá crescido cerca de 2,7% (quando, no ano anterior, não tinha progredido mais de 1%), mas a evolução verificada no quarto trimestre ficou muito aquém da dos meses anteriores. O consumo privado, cuja dinâmica vinha alimentando o crescimento da economia norte-americana, revelou-se mais frágil que o esperado, não reagindo significativamente quer aos estímulos fiscais lançados, por duas vezes, pela Administração Bush, quer à descida de 50 p.b. da taxa directora do FED, a qual, no final do ano, se cifrava já em apenas 1,25%.

As taxas de juro de longo prazo – tal como, aliás, na União Europeia – desceram acentuadamente até ao início do quarto trimestre, iniciando depois um movimento de subida, alimentado por algumas expectativas de consolidação da retoma da actividade económica em 2003, pelo aumento da instabilidade político-militar e pela recuperação, ainda que tímida, dos mercados accionistas.



No **Japão**, o ano de 2002 voltou a ser pouco animador, não sendo ainda detectáveis sinais claros de inversão da actual situação de contracção da economia. O PIB registou uma queda de 0,7%, os preços caíram cerca de 0,9%, as exportações e o nível do investimento diminuíram, o desemprego aumentou e, perante este quadro, as expectativas dos consumidores quanto ao futuro mantiveram-se bastante pessimistas.

As condicionantes negativas que marcaram a conjuntura internacional em 2002 não pouparam, igualmente, as economias dos países emergentes.

Na **América Latina**, à profunda crise da Argentina, iniciada em 2001, vieram juntar-se o clima de incerteza, motivado pela proximidade das eleições presidenciais, que se viveu no Brasil durante todo o ano e o agravamento das tensões sociais na Venezuela. A economia brasileira sofreu o efeito das expectativas criadas pelas profundas mudanças políticas que a eleição de Lula da Silva pressagiava, com a moeda a depreciar-se fortemente no segundo semestre (apesar da recuperação verificada no final do ano) e a inflação a aumentar de forma significativa. Situação bem mais sombria foi a vivida tanto na Argentina como na Venezuela, países que conheceram taxas de inflação elevadíssimas, em simultâneo com fortes quebras do produto e com graves problemas sociais.

Quanto aos países do **Norte de África** onde o Grupo está presente, registaram níveis de crescimento modestos, fortemente condicionados pelo clima de incerteza gerado em torno do provável agravamento dos conflitos no Médio Oriente.

1.2.

Envolvente Económica dos Países onde o Grupo Opera

1.2.1. Portugal

Em 2002, a actividade económica, em Portugal, manteve a tendência de abrandamento que já se verificara no ano anterior, estimando-se mesmo que, no segundo semestre, se tenha registado uma ligeira contracção do PIB, o que terá limitado o respectivo crescimento, no conjunto do ano, a um máximo de 0,5% e representado um passo atrás no processo de convergência real com a União Europeia.

O consumo privado, que, na segunda metade da década de 90, havia revelado um dinamismo assinalável, voltou a apresentar um crescimento modesto, não ultrapassando os 0,4%. O aumento da taxa de desemprego para níveis próximos dos 6% e o alto grau de endividamento das famílias, favorecido pelo ciclo de abaixamento das taxas de juro, constituíram dois factores determinantes para esta retracção do comportamento dos consumidores.

As restantes componentes da procura interna – cujo contributo para a variação do PIB terá sido, inclusive, negativo (o que já não sucedia desde 1993) – não tiveram igualmente um desempenho brilhante: o investimento sofreu uma contracção acentuada e o consumo público foi fortemente condicionado pela derrapagem do défice orçamental e pela prioridade atribuída pelo novo governo ao cumprimento das metas estabelecidas, nesta matéria, pela União Europeia.



Apesar do fraco crescimento económico, os preços no consumidor aumentaram, em média, cerca de 3,6% (ainda assim, menos que os 4,4% registados em 2001), evidenciando alguma aceleração, em termos homólogos, a partir de Maio, com o aumento da taxa do IVA em 2 p.p.. De tal forma que, no final de 2002, a taxa de inflação homóloga situava-se já em 4,0%, acusando um aumento de 0,3 p.p. relativamente a Dezembro de 2001.

Em ano de crise, o comportamento do mercado de capitais foi, naturalmente, bastante negativo: o PSI 20 registou uma quebra de 25,6%, acumulando, em três anos, perdas superiores a 50%.

1.2.2. Espanha

O crescimento económico em Espanha terá alcançado, em 2002, um nível próximo dos 2%, o qual, mesmo correspondendo ao nível mais baixo dos últimos seis anos, ultrapassa claramente a taxa média observada no conjunto dos países da Zona Euro (inferior a 1%).

Apesar do aumento do número de postos de trabalho, o crescimento da população activa não permitiu grandes reduções na taxa de desemprego, a qual, mantendo-se em cerca de 11%, continua a constituir um dos aspectos mais negativos da economia espanhola.

O investimento em bens de equipamento, depois de, em 2001, já haver baixado 1,2%, acusou uma quebra adicional de 2,3%. Em contraste, o sector da construção civil, apesar de evidenciar algum abrandamento, terá registado um crescimento da ordem dos 4,5%, fruto de importantes investimentos públicos em infraestruturas e de um sector imobiliário particularmente dinâmico, impulsionado pelo movimento descendente das taxas de juro e pela deslocação, para esse sector, da poupança aplicada nos mercados accionistas.

Quanto à taxa de inflação, terá atingido um nível próximo dos 3,5%, claramente superior à verificada em 2001 (2,7%), em grande parte devido ao “efeito arredondamento” derivado da introdução do euro.

1.2.3. Marrocos

Em Marrocos, o crescimento da actividade económica em 2002 foi de cerca de 4,5%, bastante abaixo dos 6,5% registados no ano anterior. O sector primário foi aquele que apresentou melhor comportamento, compensando de algum modo a importante redução das receitas do turismo, verificada na sequência dos acontecimentos de Setembro de 2001.

A taxa de inflação foi de aproximadamente 3%, muito influenciada pela subida (em 4,5%) dos preços dos bens alimentares. Por outro lado, verificou-se um crescimento significativo das exportações (7,9%), enquanto as importações aumentaram menos de 1%.

Do lado das contas públicas, há a registar uma quebra importante das receitas, fruto de uma menor cobrança de impostos e da quase ausência de receitas de privatizações. Neste contexto, as despesas públicas acusaram um decréscimo de quase 8%, com o investimento a diminuir na mesma ordem de grandeza.



1.2.4. Tunísia

Em 2002, o aumento real do PIB tunisino não terá atingido os 4%, o que, relativamente à taxa de crescimento verificada no ano anterior, representa uma diminuição de mais de 1 p.p.. Para tanto, contribuíram decisivamente a diminuição do número de entradas de turistas estrangeiros, a ausência de chuvas ao longo de todo o primeiro semestre e o fraco comportamento das indústrias exportadoras.

Em compensação, as remessas dos emigrantes cresceram fortemente, o que, em conjunto com o decréscimo das importações, contribuiu de forma significativa para o controlo das contas externas.

A taxa de inflação mantém-se contida abaixo dos 3% e o défice orçamental diminuiu de 4,3% do PIB, em 2001, para aproximadamente 3,8%, em 2002. Por outro lado, a relativa estabilidade da moeda (depreciação de cerca de 9% face ao euro, compensada por uma valorização de perto de 8% em relação ao dólar norte-americano), aliada aos benefícios decorrentes da descida das taxas de juro no mercado internacional, permitiram uma situação de alguma estabilidade nas condições de pagamento da dívida externa.

1.2.5. Egipto

A economia egípcia, em 2002, continuou a ser muito penalizada pelos efeitos decorrentes dos acontecimentos de Setembro do ano anterior, bem como da forte instabilidade política que se vive na região. A quebra das suas principais fontes de receita (turismo e canal do Suez), em conjunto com a debilidade da procura interna, determinaram um nível de crescimento que, no ano fiscal de 2002 (Julho de 2001 a Junho de 2002), não terá ido além de 0,8% em termos reais.

Por outro lado, a fixação administrativa da taxa de câmbio – finalmente eliminada, já em 2003 – conduziu a uma enorme escassez de moeda forte no mercado de divisas e à criação de expectativas (entretanto confirmadas) de uma desvalorização apreciável da libra egípcia, com todas as consequências daí decorrentes ao nível da concretização de intenções de investimento, tanto por parte de residentes como de empresas estrangeiras.

A taxa de inflação terá ultrapassado os 4% e os défices do sector público e das contas externas – apesar do excedente da balança comercial, explicado por uma forte política de restrição às importações – mantiveram-se relativamente elevados em percentagem do PIB.

1.2.6. Brasil

Em 2002, o desempenho da economia brasileira foi condicionado em larga medida pela aversão ao risco que caracterizou os mercados internacionais ao longo de todo o ano, agravada pela dimensão continental da economia brasileira, o seu grau de abertura ao exterior, a proximidade geográfica de importantes focos de instabilidade (Argentina e Venezuela) e a incerteza que rodeou o processo eleitoral, já no final do ano, do novo Presidente da República.



A forte depreciação da moeda (superior a 50% relativamente ao dólar norte-americano e quase 80% face ao euro) constituiu, sem dúvida, um dos factores essenciais que explicam o comportamento dos agentes económicos em 2002, tendo gerado uma enorme pressão sobre a política monetária, inibindo a tomada de medidas de carácter expansionista que permitissem estimular a economia.

A taxa de crescimento do PIB não terá, por isso, ido além de 1,5%, com a taxa de inflação, fruto da desvalorização do real, a atingir os 12,5%, aumentando quase 5 p.p. relativamente à registada no ano anterior.

Deve, no entanto, assinalar-se que, já no final do ano, além de uma clara melhoria das expectativas quanto à política económica do novo governo, começaram a surgir alguns indicadores bastante positivos sobre a evolução próxima da economia, dos quais se destacam o bom desempenho da balança comercial, a contenção das despesas públicas e o êxito obtido nas operações de rolagem da dívida pública.

1.2.7. Moçambique

Os elementos disponíveis sobre o desempenho da economia moçambicana, em 2002, apontam para uma taxa de crescimento do produto de 12% e para a contenção da taxa de inflação num valor próximo dos 9%, muito abaixo do verificado no ano anterior (22%).

A depreciação da moeda, factor crucial para o controlo da inflação importada, foi, ao contrário de anos anteriores, pouco expressiva relativamente ao dólar norte-americano (apenas 2,3%), embora muito acentuada face ao *rand* sul africano (quase 30%).

Apesar da ligeira melhoria do saldo da balança de transacções correntes, as contas externas, no seu conjunto, sofreram um agravamento substancial, em resultado da redução acentuada das entradas de capitais, tanto sob a forma de empréstimos como de investimento directo estrangeiro.

1.2.8. África do Sul

A taxa de crescimento do PIB na África do Sul, país onde o Grupo está presente desde o início do quarto trimestre de 2002, fixou-se em cerca de 2,7%, o que, sem constituir um nível muito elevado, compara favoravelmente com os 2,3% registados no ano anterior.

Os preços no consumidor tiveram, pelo contrário, um comportamento bastante negativo, com a taxa de inflação a subir de 7,8%, em 2001, para perto de 14%, em 2002.

No último trimestre do ano, o *rand* iniciou um forte movimento de apreciação, em grande parte explicado pelos importantes fluxos cambiais que envolveram o sector de extracção de ouro e diamantes, principal beneficiário do clima de incerteza que se foi acentuando nos mercados financeiros internacionais.



1.3.

Evolução do Sector Cimenteiro a Nível Mundial

O ano de 2002 ficou assinalado por uma certa estagnação do consumo de cimento a nível mundial, fruto da desaceleração da taxa de crescimento da economia e do comportamento menos positivo do sector da construção e obras públicas da generalidade dos países mais desenvolvidos. A implementação de políticas orçamentais restritivas, os cortes no investimento público, a suspensão ou adiamento de projectos e o abaixamento dos níveis de confiança dos consumidores, associados à instabilidade dos mercados financeiros e ao agravamento das tensões político-militares, conduziram a um clima de insegurança pouco propício ao investimento na construção.

Na Europa, nos países da metade leste, da Estónia à Grécia (com excepção apenas da Polónia), verificou-se, ainda assim, um aumento apreciável no consumo de cimento. Já na metade ocidental, a evolução foi menos uniforme: enquanto nos países nórdicos e do Benelux, na Alemanha, França, Suíça, Áustria e Portugal, se constatou um decréscimo de consumo, a Itália e Espanha registaram subidas mais ou menos significativas. No subconjunto dos países da União Europeia, o aumento do consumo terá sido sensivelmente igual ao do ano anterior (0,3%), com os preços a manterem-se bastante estáveis, à excepção da Alemanha, onde, na sequência de diversos problemas que afectaram o sector, os preços caíram mais de 50%.

No continente americano, o Canadá registou uma evolução menos negativa do que os Estados Unidos, enquanto o México retomou a tendência de crescimento interrompida em 2001. Na América do Sul, a evolução foi, em geral, no sentido da queda do consumo, reflectindo as dificuldades que alguns países atravessam, em particular a Argentina e a Venezuela.

Na região da Ásia-Pacífico, enquanto o Japão continuou a evidenciar um nível de procura bastante fraco, o Vietname, Tailândia, Índia e parte das Filipinas apresentaram fortes crescimentos no consumo de cimento. Na China, Coreia, Indonésia e Austrália – e ao contrário da Malásia – a evolução foi igualmente positiva.

No Médio Oriente, as taxas de crescimento da procura mantiveram-se estáveis, o mesmo acontecendo no Norte de África, com Marrocos a apresentar um aumento do consumo particularmente significativo. No restante continente africano, a evolução verificada na África do Sul e na costa leste foi bastante mais positiva que nos países da metade ocidental.

No respeitante ao movimento de fusões e aquisições no sector cimenteiro, assistiu-se, em 2002, a uma clara diminuição do volume de transacções, com os grandes grupos preocupados, sobretudo, em recompor os respectivos balanços, diminuindo os seus níveis de endividamento.

No total, estima-se que terão sido transaccionadas apenas 22 milhões de toneladas, o que compara com mais de 100 milhões de toneladas no ano anterior, 47 milhões de toneladas em 2000 e 130 milhões de toneladas em 1999.



Entre as principais transacções de que se tem conhecimento, destacam-se:

- a aquisição, pela Cemex, da Puerto Rican Cement, por USD 289 milhões;
- as aquisições efectuadas pela CIMPOR, num total de EUR 430 milhões – a Natal Portland Cement, na África do Sul; a moagem de Brumado, no estado brasileiro da Bahia; e os activos cimenteiros (duas fábricas, uma moagem e um terminal portuário) que a Lafarge Asland detinha na região espanhola da Andaluzia;
- a compra, pela Holcim, da única fábrica de cimento branco existente na Polónia;
- a aquisição, pela Lafarge, de uma fábrica na China;
- a tomada de controlo, pela Heidelberg, da Romcif (Roménia) e a compra, pela mesma empresa, de uma fábrica na Rússia; e
- as aquisições, pela Italcementi, de uma fábrica na Virgínia (EUA) e da empresa Sri Vishnu Cement (Índia), através das suas participadas Essroc e Zuari Cement, respectivamente, por um total estimado de EUR 178 milhões.

Os preços pagos, em termos de *Enterprise Value (EV)* por tonelada, foram claramente inferiores aos dos anos anteriores, dado que, contrariamente ao que vinha sucedendo, a oferta tendeu a superar a procura, com alguns dos principais grupos cimenteiros a procurarem desinvestir nos seus activos menos estratégicos, numa tentativa de realizarem a liquidez necessária à redução dos seus elevados níveis de endividamento.

Para este menor movimento de fusões e aquisições, terão igualmente contribuído a diminuição dos consumos de cimento nos países mais desenvolvidos e o agravamento do risco em alguns dos principais mercados emergentes: por um lado, os compradores estão relutantes em aceitar esse acréscimo de risco; por outro lado, os vendedores não se mostram disponíveis para reduzir o valor que atribuem aos seus activos.

A incerteza quanto ao *timing* da recuperação das principais economias mundiais e a cada vez maior escassez de alvos de aquisição atractivos fazem prever que a estratégia dos grandes grupos cimenteiros, nos próximos anos, passe mais pela racionalização dos seus aparelhos produtivos.

Por último, assinala-se que a CIMPOR, com as aquisições feitas em 2002, passou a ocupar o décimo lugar no *ranking* mundial das empresas do sector, em termos de capacidade de produção de cimento.

2. Análise dos Resultados do Grupo

2.1. Síntese da Actividade Global

Em 2002, após um período de mais de um ano em que se viu impossibilitada de prosseguir a sua estratégia de desenvolvimento, a CIMPOR retomou o seu anterior processo de crescimento e internacionalização, concretizando a aquisição de uma empresa na África do



Sul, de uma moagem no Brasil e de três unidades fabris em Espanha (duas fábricas e uma moagem), o que lhe permitiu elevar para 21,2 milhões de toneladas/ano a sua capacidade total de produção de cimento com clínquer próprio e ascender à décima posição no *ranking* mundial das empresas cimenteiras.

Apesar da queda de alguns mercados onde o Grupo está presente (em particular, o mercado português), do aumento da concorrência noutros mercados (sobretudo no Egipto) e da forte desvalorização, relativamente ao euro, sofrida pelas moedas brasileira e egípcia (superior a 30% e 20%, respectivamente, em termos de câmbios médios anuais), os Resultados Líquidos consolidados, após Interesses Minoritários, atingiram o valor de 176,6 milhões de euros, aumentando 28,1% em relação ao ano anterior (sem qualquer contributo, ainda, das unidades adquiridas em Espanha e com o impacto de apenas um trimestre da aquisição efectuada na África do Sul).

Demonstração de Resultados do Grupo

	(milhões de euros)			
	2002	2001	Var.	2000
Volume de Negócios	1.317,2	1.385,7	- 4,9 %	1.316,0
<i>Cash Costs</i> Operacionais				
Existências Vendidas e Consumidas	314,1	357,5	- 12,1 %	292,7
Fornecimentos e Serviços Externos	356,2	385,8	- 7,7 %	372,6
Custos com o Pessoal	152,2	149,9	1,5 %	136,7
Outros <i>Cash Costs</i> Operacionais (líq.)	- 16,8	- 12,3	S.S.	- 5,4
TOTAL	805,8	880,9	- 8,5 %	796,7
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	511,4	504,8	1,3 %	519,3
Amortizações e Provisões				
<i>Goodwill</i>	59,0	48,2	22,4 %	56,0
Outras Amortizações	150,7	170,9	- 11,8 %	144,5
Provisões	17,8	15,8	12,7 %	15,9
TOTAL	227,6	235,0	- 3,1 %	216,3
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	283,8	269,8	5,2 %	303,0
Resultados Financeiros	- 23,3	- 56,3	58,5 %	- 63,5
Resultados Correntes	260,5	213,6	22,0 %	239,5
Resultados Extraordinários	- 38,2	- 5,2	S.S.	8,9
Resultados antes de Impostos	222,3	208,4	6,7 %	248,4
Impostos sobre o Rendimento	40,6	63,6	- 36,1 %	89,9
Resultados antes de Int. Minoritários	181,6	144,8	25,5 %	158,5
Interesses Minoritários	5,1	6,9	- 26,9 %	6,5
Resultado Líquido do Grupo	176,6	137,8	28,1 %	152,0



As vendas de cimento, em quantidades, totalizaram 16,5 milhões de toneladas, diminuindo 0,8% relativamente ao ano anterior (2,4%, em base comparável). Em termos globais, o Volume de Negócios do Grupo cifrou-se em 1.317,2 milhões de euros, registando uma diminuição de 68,5 milhões de euros (4,9%) relativamente a 2001, devido, sobretudo, às quedas registadas em Portugal (menos 30,3 milhões de euros), no Egipto (menos 37,6 milhões de euros) e no Brasil (menos 13,4 milhões de euros), explicadas, no primeiro caso, pelo efeito simultâneo do decréscimo do consumo e do aumento das importações e, nos restantes, principalmente pela depreciação das respectivas moedas (agravada, no caso do Egipto, pela diminuição das quantidades vendidas).

Apesar deste decréscimo do Volume de Negócios, o excelente desempenho operacional da grande maioria das empresas do Grupo permitiu que o *Cash Flow* da Exploração registasse um ligeiro aumento (1,3%), atingindo 511,4 milhões de euros e fazendo subir a margem *EBITDA* de 36,4% em 2001 para 38,8% em 2002.

Com as Amortizações e Provisões a diminuírem 3,1%, os Resultados Operacionais aumentaram 14 milhões de euros (5,2%) e a respectiva margem em função do Volume de Negócios subiu de 19,5% em 2001 para 21,5% em 2002.

Assim, ao nível dos Resultados Correntes, os quais ultrapassaram os 260 milhões de euros, registou-se um aumento de cerca de 47 milhões de euros relativamente ao ano anterior (mais 22,0%).

Já os Resultados Extraordinários, de valor negativo, agravaram-se em 33,1 milhões de euros, em consequência da contabilização de uma amortização extraordinária de *goodwill* (no montante de, aproximadamente, 12 milhões de euros) e da constituição/reforço de um conjunto de provisões para investimentos financeiros de recuperabilidade duvidosa, para custos relacionados com liquidações adicionais de IRC (impugnadas judicialmente) e para outros riscos e encargos (sobretudo responsabilidades pelo pagamento de pensões e assistência médica), num total que ascendeu a mais de 60 milhões de euros.

Quanto à diminuição, em 23 milhões de euros, dos Impostos sobre o Rendimento (apesar do aumento dos Resultados Antes de Impostos), deveu-se ao efeito conjugado da poupança fiscal obtida com as menos valias realizadas na transferência da quase totalidade das participações internacionais do Grupo para uma nova *holding* constituída em Espanha (com base em avaliações efectuadas por uma entidade independente) e do provisionamento das já referidas liquidações adicionais de IRC.

O aumento dos Resultados Líquidos Consolidados, após Interesses Minoritários, em quase 40 milhões de euros, permitiu, por outro lado, subir a rentabilidade dos Capitais Próprios para 17,3% (quase 5 p.p.), confirmando a melhoria, ao nível do Grupo, de todos os principais indicadores de desempenho (vd. quadro junto).

Os Capitais Empregues praticamente não se alteraram, o mesmo acontecendo com a respectiva estrutura de financiamento. Saliente-se, no entanto, o total dos investimentos realizados, os quais, incluindo o *goodwill* pago nas aquisições efectuadas, ultrapassaram os 700 milhões de euros e, mesmo excluindo o referido *goodwill*, representaram, em termos líquidos, mais de 30% do Volume de Negócios.



Indicadores Económico-Financeiros

	2002	2001	2000
Volume de Negócios / Colaborador (10 ³ euros)	216,2	207,3	198,9
Valor Acrescentado / Colaborador (10 ³ euros)	108,9	98,0	99,2
Custos com o Pessoal / Volume de Negócios	11,6%	10,8%	10,4%
Margens s/ Volume de Negócios			
Cash Flow Operacional (Margem EBITDA)	38,8%	36,4%	39,5%
Resultados Operacionais (Margem EBIT)			
Antes de Amortizações do Goodwill	26,0%	23,0%	27,3%
Após Amortizações do Goodwill	21,5%	19,5%	23,0%
Resultado Líquido antes de Int. Minoritários	13,8%	10,4%	12,0%
Amortizações (1) / Volume de Negócios	11,4%	12,3%	11,0%
Investimento Líquido (2) / Volume de Negócios	30,5%	14,6%	17,5%
Existências (3) / Volume de Negócios	10,5%	10,4%	10,0%
Capital Circulante (líq.) (3) / Volume de Negócios	14,2%	14,0%	12,6%
Result. Operacionais / Custos Financeiros (líq.)	12,2	4,8	4,8
Dívida Financeira Líquida / Capitais Empregues	46,6%	43,3%	43,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	17,3%	12,4%	14,0%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) (4)	10,1%	9,9%	11,7%

(1) Excepto Amortizações do *Goodwill* (2) Em Activo Fixo Corpóreo (3) Saldo médio do ano (4) Depois de impostos

Capitais Empregues (Grupo)

(milhões de euros)

	2002	2001	2000
Activos Correntes	440,9	447,7	399,4
(Passivo Corrente não Financeiro)	(258,8)	(250,6)	(207,3)
Capital Circulante (líq.)	182,1	197,1	192,0
<i>Goodwill</i> (bruto)	1.256,5	995,6	1.168,8
Imobilizado Corpóreo (líq.)	1.300,1	1.279,7	1.054,6
Out. Activos (líq. Out. Passivos)	(273,1)	(29,9)	(14,7)
CAPITAIS EMPREGUES	2.465,5	2.442,5	2.400,7
Passivo de Financiamento	1.520,9	1.239,1	1.243,8
(Emprést. Concedidos / Disponibilidades)	(372,0)	(181,7)	(196,5)
Dívida Financeira Líquida	1.148,9	1.057,3	1.047,3
Provisões p/Riscos e Encargos	118,7	55,8	56,7
Interesses Minoritários	88,5	111,5	100,7
Impostos Diferidos Passivos (líq.)	(25,3)	32,9	(51,1)
Amortiz. Acumuladas do <i>Goodwill</i>	300,1	230,7	186,5
Capitais Próprios	949,6	1.091,1	1.131,4
Subtotal	2.580,5	2.579,3	2.471,5
(Activos não Afectos à Exploração)	(115,0)	(136,8)	(70,8)
CAPITAIS EMPREGUES	2.465,5	2.442,5	2.400,7



Apesar disso, e do significativo montante de dividendos distribuídos (quase 100 milhões de euros), a dívida financeira líquida aumentou pouco mais de 90 milhões de euros (ainda sem o impacto da compra das fábricas de Córdoba e Niebla), continuando a representar menos de 50% do total dos Capitais Empregues. O respectivo custo, em conjunto com outros encargos (líquidos de outros proveitos) de natureza financeira, manteve-se igualmente a um nível perfeitamente controlável, tendo inclusive baixado para menos de 10% do Resultado Operacional.

Origens e Aplicações de Fundos

(milhões de euros)

	2002	2001	2000
Resultados Operacionais *	187,1	191,0	197,0
Amortizações do Exercício	209,7	219,1	200,5
Provisões do Exercício	17,8	15,8	15,9
<i>Cash Flow</i> Operacional *	414,6	425,9	413,3
(Custos Financeiros (líq.)) *	(14,9)	(40,6)	(44,7)
Outros Fundos Libertos *	50,1	(16,5)	(1,0)
Total dos Fundos Libertos *	449,8	368,8	367,6
Venda/(Compra) de Acções Próprias	(2,4)	11,0	25,8
Aum./(Dim.) Interesses Minoritários	(28,1)	3,9	16,8
Aum./(Dim.) Dívida Financeira Líquida	90,4	10,0	289,0
Variação de Impostos Diferidos	(58,2)	84,0	15,7
ORIGENS DE FUNDOS	451,6	477,7	714,8
Resultados Distribuídos	98,7	99,8	79,1
Investimento Líquido em <i>Goodwill</i>	303,4	8,4	364,0
Investimentos Líquidos em Imobilizado Corpóreo			
Via Aquisições	213,5	4,3	88,9
Outros	187,7	198,5	141,7
Aum./(Dim.) Capital Circulante (líq.)	(25,0)	5,4	57,1
Aum./(Dim.) Out. Activos (líq. Out. Passivos) **	(326,7)	161,2	(16,1)
APLICAÇÕES DE FUNDOS	451,6	477,7	714,8

* Depois de Impostos

** Incluindo o efeito de variações cambiais

2.2. Contribuição das Diferentes Áreas de Negócio

As grandezas e indicadores-chave de desempenho, apresentados nos quadros e gráficos seguintes, permitem analisar a posição relativa das diferentes Áreas de Negócio, bem como a contribuição de cada uma delas para os valores globais/consolidados do Grupo.

Relativamente a 2001, salientam-se, para além do lançamento da nova Área de Negócio da África do Sul (com um contributo limitado aos últimos três meses do ano), as seguintes



alterações mais significativas: o aumento, de 8,1% para 12,5%, da importância relativa de Espanha no total da capacidade instalada (de produção de cimento com clínquer próprio) do Grupo (sem influência, ainda, na actividade de 2002); a diminuição do contributo da Área de Negócio do Egipto, tanto para o Volume de Negócios como para o *Cash Flow* Operacional; e o aumento, em 4,4 pontos percentuais, da contribuição relativa da Área de Negócio de Portugal para este último indicador.

Áreas de Negócio – Actividade em 2002

	Unidade	Portugal ⁽¹⁾	Espanha	Marrocos	Tunísia	Egipto	Brasil	Moçambique	A. Sul ⁽²⁾
ACTIVIDADE CIMENTO									
Capacidade Instalada ⁽³⁾	10 ³ ton	6.655	2.655	855	1.560	2.390	5.450	620	1.040
Vendas	10 ³ ton	6.073	1.548	739	1.471	2.203	3.693	486	271
Quota de Mercado ⁽⁴⁾		55,0%	48,5%	8,7%	25,6%	8,1%	9,8%	85,9%	9,6%
ACTIVIDADE GLOBAL									
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	652,8	170,2	49,3	57,6	73,8	255,4	37,7	13,5
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	78,4	27,6	4,7	3,3	5,3	17,5	3,7	1,3
<i>Cash Flow</i> Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	256,8	55,4	22,5	10,5	16,9	130,8	7,3	5,6
Resultados Operacionais (EBIT) ⁽⁵⁾	10 ⁶ euros	180,5	42,4	13,1	-0,7	-6,6	105,9	0,4	4,7
Resultados Líquidos antes de I.M.	10 ⁶ euros	115,7	28,2	10,2	2,5	-5,8	76,4	-4,2	3,4
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	1.867	720	262	241	832	1.095	572	296
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	344	234	190	243	79	250	65	45
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	176	114	105	58	24	145	19	23
Margem EBITDA		39,3%	32,5%	45,6%	18,3%	22,9%	51,2%	19,5%	41,3%
Margem EBIT		26,7%	23,6%	26,5%	neg.	neg.	40,7%	1,0%	34,5%
Rentab. Capitais Próprios (ROE)		34,1%	20,5%	14,6%	2,6%	neg.	23,2%	neg.	68,5%
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		37,9%	21,7%	14,0%	neg.	neg.	25,2%	0,5%	55,6%

(1) Excluindo as *Holdings* e Actividades não Relacionadas

(2) Actividade no 4º Trimestre

(3) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (no final do ano)

(4) Em Espanha: Quota de Mercado na Galiza

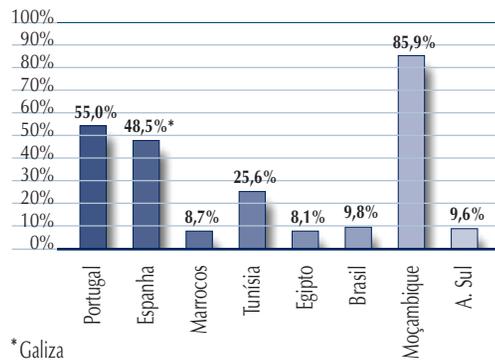
(5) Antes de amortizações de *Goodwill*



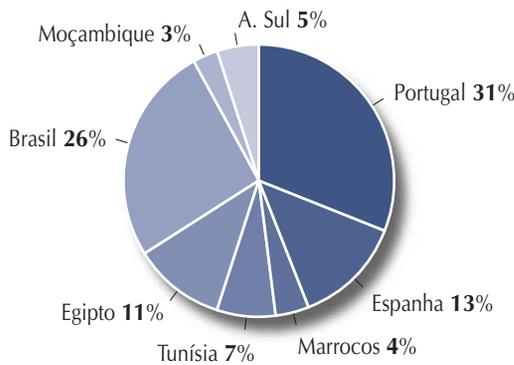
CONTRIBUIÇÕES DAS ÁREAS DE NEGÓCIO PARA O GRUPO EM 2002

(Gráficos dos Indicadores Principais)

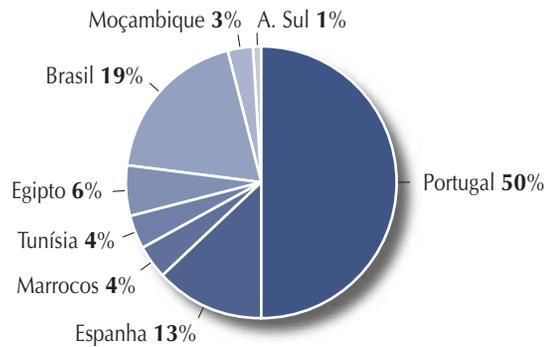
Quota de Mercado de Cimento



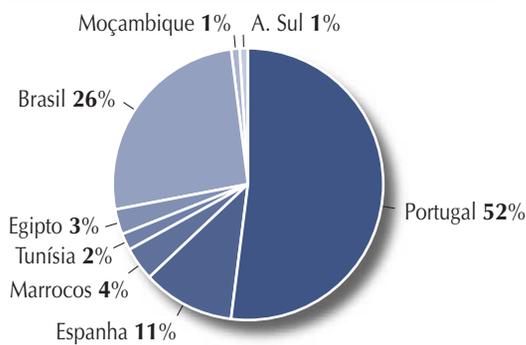
Repartição da Capacidade Instalada de Cimento



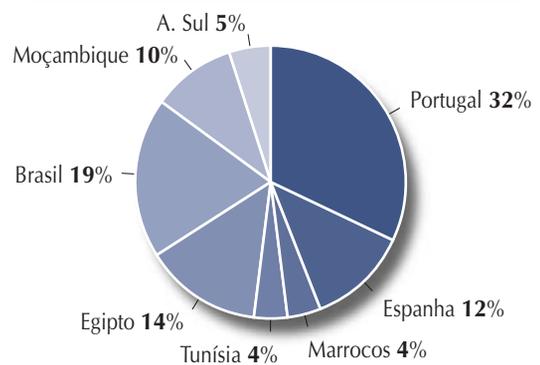
Contribuições para o Volume de Negócios



Contribuições para o Cash Flow Operacional



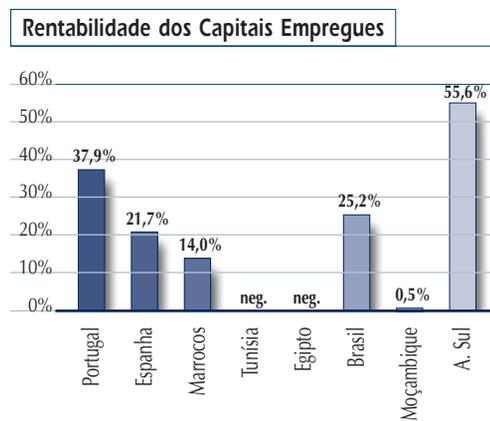
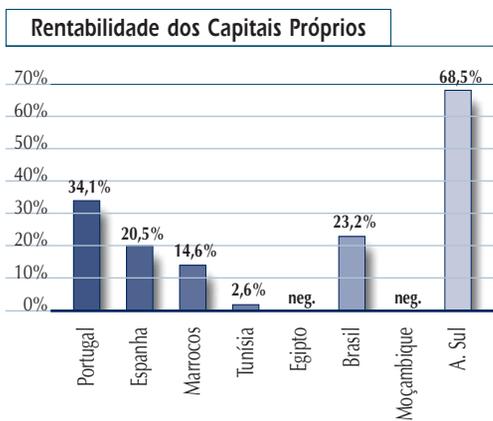
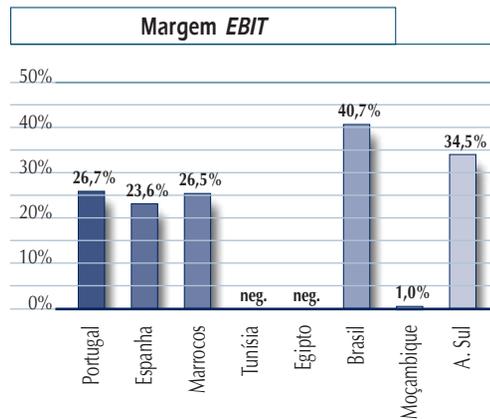
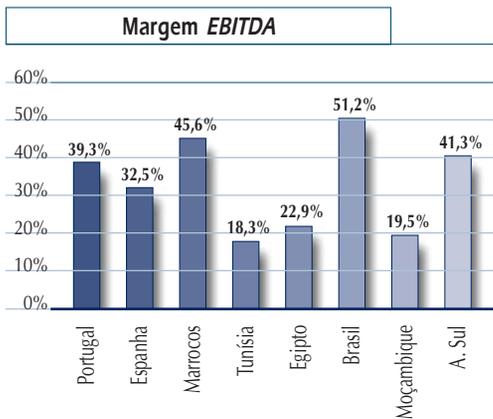
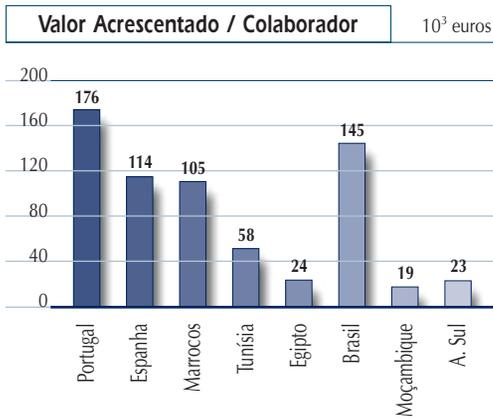
Distribuição do Número de Efectivos





POSIÇÃO RELATIVA DAS ÁREAS DE NEGÓCIO EM 2002

(Gráficos dos Indicadores Principais)





2.3.

Actividade do Grupo por Áreas de Negócio

2.3.1. Portugal

Em 2002, após sete anos de crescimento ininterrupto do consumo de cimento, este último terá caído, em Portugal, cerca de 2,6%, fruto do abrandamento da actividade económica – cujos efeitos se fizeram particularmente sentir no sector da construção civil, em especial no segmento da habitação – e da conclusão de importantes obras públicas, sem que outras, novas, tivessem surgido.

Ainda assim, Portugal, com um consumo global da ordem das 11 milhões de toneladas, mantém-se como um dos países com maior consumo *per capita* de cimento (cerca de 1.100 kgs), sendo apenas ultrapassado, neste indicador e no âmbito da *Cembureau* (Associação Europeia da Indústria do Cimento), pela Espanha e pelo Luxemburgo.

Em claro prejuízo da produção nacional, as importações de cimento cresceram mais de 40% relativamente a 2001, atingindo uma quota de mercado que se estima em perto de 12%, pelo que as vendas do sector registaram uma queda anual de 6,4%, particularmente significativa no segundo semestre (em que terá atingido os 13%).

No Grupo CIMPOR, Portugal continua a ser o país com maior peso: representou, em 2002, aproximadamente 50% tanto do Volume de Negócios como do *Cash Flow* Operacional totais (excluindo a *Holding* e actividades estranhas ao *core business*).

Em Portugal, o Grupo mantém a liderança dos mercados do cimento e do betão pronto, possuindo igualmente uma forte presença no mercado de agregados. No âmbito da actividade das argamassas secas, foi inaugurada uma nova linha de ensacagem na unidade fabril da Maia e alargou-se a presença do Grupo ao segmento do gesso projectado.

No exercício de 2002, o Volume de Negócios atingiu um total de 653 milhões de euros, menos 4,4% que no anterior. No entanto, o *Cash Flow* Operacional aumentou de 233 para 257 milhões de euros (um acréscimo superior a 10%), com a respectiva margem a subir mais de 5 p.p., para os 39,3%. Para tanto, contribuíram decisivamente o facto de o consumo de clínquer adquirido a terceiros ter sido praticamente nulo, bem como a redução do custo dos combustíveis sólidos a nível internacional, o que mais do que contrabalançou a subida dos encargos com o pessoal, onerados em cerca de 18 milhões de euros pela necessidade, ditada pela evolução fortemente negativa dos mercados de capitais, de reforçar naquele montante, para além das dotações normais, o Fundo de Pensões da CIMPOR Indústria.

Em consequência desta melhoria de desempenho, o Resultado Operacional passou de 151 milhões de euros, em 2001, para 174 milhões de euros, em 2002, e o Resultado Líquido consolidado de toda a Área de Negócio (antes de interesses minoritários) subiu 22,6%, para perto de 116 milhões de euros.

Neste ano, a CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., adquiriu mais cerca de 10% do capital social da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., aumentando para um nível superior a 20% a sua participação naquela empresa (passando, por isso, a consolidar as



respectivas contas por equivalência patrimonial), tendo alienado à Corporación Noroeste a posição accionista que detinha na empresa espanhola Cementos Antequera, S.A..

Na área dos betões, deu-se continuidade à reestruturação interna iniciada em 2001, envolvendo diversos processos de fusão e de transferência de participações dentro do Grupo, bem como algumas aquisições a terceiros.

ÁREA DE NEGÓCIO DE PORTUGAL

	Unidade	2002	2001	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	652,8	683,1	- 4,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	78,4	66,4	18,1%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	256,8	232,8	10,3%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	174,3	150,7	15,7%
Resultados Líquidos *	10 ⁶ euros	115,7	94,3	22,6%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	325,3	315,5	3,1%
Investimento (liq.) em Activo Fixo				
Via Aquisições / Alienações	10 ⁶ euros	81,1	10,4	683,0%
Investimentos Directos	10 ⁶ euros	54,7	64,6	- 15,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	1.867	1.890	- 1,2%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	344	358	- 4,1%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	176	157	12,4%
Margem EBITDA		39,3%	34,1%	
Margem EBIT		26,7%	22,1%	
Rentab. Capitais Próprios (ROE)		34,1%	31,7%	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		37,9%	31,0%	

* Antes de Interesses Minoritários

Cimento

- 3 Fábricas de Cimento
- 1 Instalação de Moagem de Cimento
- 1 Fábrica de Cal Hidráulica
- 12 Entrepósitos Comerciais

As vendas totais de cimento e clínquer, incluindo exportações, situaram-se 6,5% abaixo das registadas em 2001, tendo-se fixado em aproximadamente 6,1 milhões de toneladas, correspondentes a uma quota de mercado (nacional, incluindo importações) de cerca de 55% (menos 2,6 p.p. que no ano anterior).

Apesar de, paralelamente à reformulação da gama de produtos, se ter procedido, em Março, a uma subida de preços da ordem dos 2,5%, a alteração do *mix* dos produtos vendidos e o reajustamento das condições comerciais efectuado ao longo do segundo semestre conduziram a que, relativamente a 2001, o preço médio de venda não tenha aumentado mais que 0,6%.

Assim, o Volume de Negócios desta actividade ficou-se pelos 451 milhões de euros, acusando uma diminuição de 4,6% em relação ao ano anterior.



Cimento

	Unidade	2002	2001	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	6.615	5.875	12,6 %
Utilização da Capacidade Instalada (2)		93,9%	88,1%	
Vendas	10 ³ ton	6.073	6.495	- 6,5 %
Quota de Mercado		55,0%	57,6%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	450,8	472,5	- 4,6 %
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	49,4	40,6	21,7 %
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	215,5	184,9	16,6 %
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	161,8	122,1	32,5 %
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	14,6	22,1	- 34,1%
Correntes	10 ⁶ euros	24,3	26,4	- 7,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	857	858	- 0,1 %
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	517	550	- 5,9 %
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	304	262	15,9 %
Margem EBITDA		47,8%	39,1%	
Margem EBIT		35,9%	25,8%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada

A reentrada em funcionamento do forno 3 do Centro de Produção de Souselas, após os investimentos de aumento de capacidade efectuados em 2001, aliada ao bom desempenho, em geral, de todo o aparelho produtivo, levaram a uma redução, em cerca de 83%, das necessidades de compra de cimento e clínquer no mercado externo, o que contribuiu decisivamente para que, não obstante aquele decréscimo do Volume de Negócios, o *Cash Flow* Operacional tenha aumentado 16,6%.

Para tanto, contribuíram igualmente a significativa redução do custo dos combustíveis sólidos por tonelada produzida – influenciada pela diminuição do consumo calorífico, pelo incremento da percentagem de coque de petróleo no *mix* dos combustíveis utilizados e pela queda do respectivo preço nos mercados internacionais – e a redução do consumo específico de refractários e corpos moentes.

Com efeito oposto, há a assinalar o aumento, em cerca de 4%, do custo unitário da energia eléctrica – devido ao agravamento do preço do kWh, decorrente da revisão do tarifário nacional – e o significativo incremento dos custos com pessoal (quase 22%), em resultado da já referida necessidade de reforçar o Fundo de Pensões da CIMPOR Indústria.

Estes aspectos menos positivos não foram, no entanto, suficientes, para impedir os fortes aumentos tanto da margem EBITDA (de 39,1% para 47,8%) como da margem EBIT (de 25,8% para 35,9%).

Betão

— 67 Centrais de Betão

Globalmente, o ano de 2002 foi bastante positivo para esta actividade, estimando-se que a produção de betão pronto industrial, cuja taxa de penetração nos consumos totais de cimento



continua em crescendo, tenha atingido, em Portugal, perto de 12 milhões de metros cúbicos, aumentando cerca de 9% relativamente ao ano anterior.

No entanto, o aparecimento de novos operadores no mercado, com uma política comercial fundamentalmente assente no preço, levou a que as vendas do Grupo tenham caído ligeiramente: 3,1% em quantidades e 1,0% em Volume de Negócios. Tal como evidenciado por estas taxas, o preço médio de venda registou um pequeno acréscimo (1,5%), derivado, sobretudo, de uma alteração do *mix* de produtos, no sentido do aumento das classes correspondentes às maiores resistências.

Esta alteração implicou, naturalmente, um incremento no consumo de matérias primas, pelo que o *Cash Flow* Operacional diminuiu cerca de 10%, fixando-se em 23,3 milhões de euros, correspondentes a 10,2% do Volume de Negócios (uma margem inferior em quase 1 p.p. à registada no ano anterior). Quanto ao Resultado Operacional, prejudicado pelo montante das provisões efectuadas, não foi além de 9,4 milhões de euros, diminuindo 33% em relação a 2001.

Dando continuidade à política de racionalização desta actividade, procedeu-se a algumas reestruturações societárias e à aquisição de uma nova empresa (Barbetão – Comércio e Distribuição de Betão, S.A.).

Betão

	Unidade	2002	2001	Var.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	4.058	4.188	- 3,1 %
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	227,4	229,7	- 1,0 %
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	17,1	16,5	3,4 %
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	23,3	25,9	- 10,1 %
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	9,4	14,0	- 33,0 %
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	1,9	1,2	58,3%
Correntes	10 ⁶ euros	8,5	9,2	- 7,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	525	561	- 6,4 %
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	411	411	- 0,1 %
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	73	76	- 3,9 %
Margem <i>EBITDA</i>		10,2%	11,3%	
Margem <i>EBIT</i>		4,1%	6,1%	

Agregados

— 13 Centros de Exploração

Apesar da inexistência de indicadores standardizados para o sector da produção de inertes/agregados em Portugal, estima-se que o mercado do Continente, em 2002, tenha regredido cerca de 9% relativamente a 2001, não indo além das 100 milhões de toneladas.

Esta desaceleração do nível de actividade foi igualmente evidente ao nível do Grupo, tendo-se traduzido numa redução de 6,6% nas quantidades vendidas e de mais de 8% no Volume de Negócios (uma discrepância que se justifica, fundamentalmente, pela alteração da



estrutura das vendas). No entanto, fruto da optimização de custos entretanto operada, o *Cash Flow* Operacional diminuiu apenas 0,8 milhões de euros, com a respectiva margem a aumentar, inclusive, de 21,1% para 21,5%.

Também aqui, as provisões efectuadas prejudicaram significativamente os Resultados Operacionais, originando a sua redução em 33,8% e a queda da margem *EBIT* em 2,6 p.p..

No terceiro trimestre de 2002, arrancou uma nova instalação de britagem em Castelo Branco e iniciou-se a produção de areias mecânicas em Lamoso (Agregor).

Agregados

	Unidade	2002	2001	Var.
Vendas de Agregados	10 ³ ton	9.881	10.583	- 6,6 %
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	49,7	54,2	- 8,3 %
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	5,6	5,5	1,1 %
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	10,7	11,4	- 6,6 %
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	3,4	5,1	- 33,8 %
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	1,3	2,1	- 40,6%
Correntes	10 ⁶ euros	3,7	2,9	26,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	254	261	- 2,7 %
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	192	211	- 9,2 %
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	63	66	- 5,0 %
Margem <i>EBITDA</i>		21,5%	21,1%	
Margem <i>EBIT</i>		6,8%	9,5%	

Argamassas e Gesso

- 2 Fábricas de Argamassas
- 1 Fábrica de Gesso

Em 2002, o Volume de Negócios do segmento das argamassas totalizou 5,5 milhões de euros, aumentando cerca de 22% relativamente ao ano anterior. Este crescimento tem subjacente um acréscimo de 18,5% nas quantidades vendidas, totalmente explicado pela entrada em funcionamento da nova instalação industrial da Maia, já que, ao nível do país, esta actividade foi fortemente afectada pela quebra do sector da construção civil, sobretudo nos últimos meses do ano.

O *Cash Flow* Operacional, no montante de 0,9 milhões de euros, assim como a respectiva margem (15,7%), diminuíram acentuadamente em relação a 2001, devido ao aumento dos custos fixos derivado da entrada em exploração daquela nova unidade fabril e à sua, ainda, insuficiente diluição.

Também em 2002, foi terminada a instalação de uma linha de ensacagem na unidade da Maia, encontrando-se em curso, no final do ano, a formalização do contrato de Concessão de Incentivos Financeiros a celebrar entre a Ciarga e o IAPMEI, na sequência da candidatura (POE-SIME) do investimento realizado naquela unidade ao Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial.



Considerando o actual abrandamento da actividade do sector, o qual deverá prolongar-se pelo ano de 2003, foi tomada a decisão de adiar o investimento numa nova linha de produção de argamassas, cujo início estava projectado para 2002.

No final do ano, a Ciarga adquiriu 100% do capital social da Celfa - Sociedade Industrial de Gessos, S.A., empresa que se dedica à fabricação de produtos de gesso para a construção, o que lhe permitirá complementar a sua oferta de materiais de revestimento de paredes e tectos no mercado da construção civil.

Argamassas

	Unidade	2002	2001	Var.
Vendas	10 ³ ton	132	111	18,5 %
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	5,5	4,5	22,2 %
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	0,8	0,5	53,4 %
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	0,9	1,1	- 21,5 %
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	- 1,4	- 1,1	S.S.
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	4,0	4,8	- 17,5 %
Correntes	10 ⁶ euros	0,3	1,0	- 65,8 %
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	36	23	56,5 %
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	194	246	- 21,4 %
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	59	89	- 33,8 %
Margem EBITDA		15,7%	24,5%	
Margem EBIT		neg.	neg.	

Outras Actividades

A classificação “Outras Actividades” agrupa empresas de apoio às actividades principais – casos da Transviária, nos transportes, da Sacopor, no fabrico de sacos de papel para cimento, cal e argamassas, e da Cimadjuvantes e Vermoifeira, na comercialização de adjuvantes e aditivos, em particular para a actividade de betão pronto – e empresas com actividades relacionadas com o consumo de cimento, mas de carácter não estratégico, como sejam as empresas de préfabricados.

O *Cash Flow* e os Resultados Operacionais deste conjunto de empresas foram, em 2002, de 4,9 e 2,9 milhões de euros, respectivamente.

2.3.2. Espanha

Em Espanha, segundo os últimos dados disponibilizados pela *Oficemen* (associação profissional da indústria cimenteira espanhola), o mercado do cimento registou, em 2002, um consumo aparente de 44,1 milhões de toneladas, mais 4,6% que no ano anterior. Este



crescimento não foi, no entanto, generalizado: algumas regiões, sobretudo aquelas onde estão a ser construídas linhas férreas e infraestruturas hidráulicas, registaram taxas de crescimento muito superiores à média (e.g., Murcia, La Rioja, Catalunha e Valência, todas elas a subirem mais de 8%), enquanto noutras se verificou mesmo uma variação negativa (sendo os casos das Baleares, Madrid e Cantábria os mais significativos).

No mercado da Galiza, onde a CIMPOR tem uma forte implantação, o consumo de cimento foi de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas, o que traduz um aumento de cerca de 2,6% em relação ao ano anterior, claramente abaixo, por conseguinte, quer da média do mercado espanhol quer, sobretudo, da taxa de crescimento registada em 2001 (perto de 8%).

ÁREA DE NEGÓCIO DE ESPANHA

	Unidade	2002	2001	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	170,2	169,3	0,5%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	27,6	27,6	- 0,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	55,4	50,6	9,5%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	40,2	36,9	8,9%
Resultados Líquidos *	10 ⁶ euros	28,2	28,5	- 1,1%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	177,4	129,9	36,6%
Investimento (liq.) em Activo Fixo				
Via Aquisições / Alienações	10 ⁶ euros	220,0	1,9	S.S.
Investimentos Directos	10 ⁶ euros	15,4	10,8	41,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	720	729	- 1,2%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	234	229	2,2%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	114	106	7,8%
Margem EBITDA		32,5%	29,9%	
Margem EBIT		23,6%	21,8%	
Rentab. Capitais Próprios (ROE)		20,5%	21,4%	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		21,7%	21,8%	

* Antes de Interesses Minoritários

Nos últimos dias do ano, a Corporación Noroeste, que havia, entretanto, constituído a Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A., adquiriu, através desta última, um conjunto de activos cimenteiros na província da Andaluzia – o maior mercado de Espanha, com um consumo anual de cimento superior a 8 milhões de toneladas – correspondentes a duas fábricas (Córdoba e Niebla) e um terminal portuário (Sevilha), bem como 100% do capital da Cementos El Monte, S.A., detentora de uma moagem na província de Huelva.

Com estas aquisições, o Grupo aumentou a sua capacidade anual de produção de cimento, em Espanha, em perto de 1,1 milhões de toneladas (com clínquer próprio), que se elevam a quase 2 milhões de toneladas, em termos de acréscimo de capacidade total de moagem.

Também no final do ano, a Corporación Noroeste adquiriu à CIMPOR Portugal a participação de 20,1% que esta última detinha na Cementos Antequera, S.A., proprietária de uma moagem na província de Málaga, ao mesmo tempo que transferia para a CIMPOR Internacional as suas posições accionistas na Société des Ciments de Jbel Oust (Tunísia) e na Cimpor Egypt for



Cement (Egipto). Estas participações, conjuntamente com as restantes posições detidas pelo Grupo nas referidas sociedades e em outras empresas fora de Portugal, foram depois concentradas na nova sub-*holding* do Grupo para a área internacional, a CIMPOR Inversiones, S.L., à qual a Corporación Noroeste, já em 2003, viria também a alienar a sua participação na Companhia de Cimentos do Brasil.

O Volume de Negócios gerado em Espanha atingiu, em termos consolidados, o valor de 170,2 milhões de euros, aumentando 0,5% relativamente a 2001. A diminuição dos Cash Costs Operacionais em mais de 3%, justificada pelo menor consumo de clínquer de terceiros e pela forte queda dos custos com combustíveis, permitiu aumentar o *Cash Flow* da Exploração em 9,5% - elevando a respectiva margem em função do Volume de Negócios para 32,5% (mais 2,6 p.p. que em 2001) - e os Resultados Operacionais em quase 9%, levando-os a ultrapassar os 40 milhões de euros.

Cimento (Galiza)

- 2 Fábricas de Cimento
- 6 Entrepósitos Comerciais

A quota de mercado obtida na Galiza, em 2002, foi de cerca de 48,5%, um pouco acima da do ano anterior. O Volume de Negócios - 109 milhões de euros - ultrapassou o registado em 2001 em mais de 6%, graças ao aumento (em 2,1%) das quantidades vendidas e à subida dos preços de venda (em quase 3,1%) no mercado da Galiza.

Cimento

	Unidade	2002	2001	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.540	1.480	4,1%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		99,4%	98,1%	
Vendas	10 ³ ton	1.548	1.516	2,1%
Quota de Mercado ⁽³⁾		48,5%	47,1%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	109,0	102,8	6,1%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	13,6	13,1	3,4%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	50,2	44,5	12,8%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	42,7	37,7	13,3%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	4,7	7,8	- 39,2%
Correntes	10 ⁶ euros	5,7	1,4	312,6%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	317	326	- 2,8%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	339	310	9,3%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	199	174	14,0%
Margem <i>EBITDA</i>		46,1%	43,3%	
Margem <i>EBIT</i>		39,2%	36,7%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada

(3) Na Galiza



A produção total de cimento situou-se ao mesmo nível do ano anterior (1,5 milhões de toneladas), com a capacidade de moagem de ambas as fábricas a ser utilizada praticamente a 100%. A já referida diminuição dos custos com combustíveis, aliada ao menor consumo de clínquer de terceiros (apesar da paragem da fábrica de Oural, aquando da transformação do forno), permitiram que os *Cash Costs* Operacionais aumentassem menos de 1%, pelo que o *Cash Flow* da Exploração registou um incremento de 12,8%, ultrapassando os 50 milhões de euros e elevando a respectiva margem de 43,3%, em 2001, para 46,1%, em 2002.

Betão

— 46 Centrais de Betão

Em 2002, devido a um acréscimo de concorrência (sobretudo na zona de Lugo) e à conclusão de importantes obras públicas (Autovia Noroeste), as vendas de betão estagnaram ao mesmo nível do ano anterior (1,6 milhões de metros cúbicos), ao qual correspondeu um Volume de Negócios de 81,3 milhões de euros (mais 2,0% que em 2001). O aumento do preço do cimento ditou, no entanto, uma descida do *Cash Flow* Operacional em mais de 35%, e a redução dos Resultados Operacionais para valores apenas marginalmente positivos.

Betão

	Unidade	2002	2001	Var.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	1.591	1.591	0,0%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	81,3	79,8	2,0%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	6,9	6,9	1,0%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	2,4	3,8	- 35,4%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	0,1	1,5	- 96,6%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	1,8	1,8	0,2%
Correntes	10 ⁶ euros	1,2	0,9	44,6%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	228	226	0,9%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	352	347	1,4%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	41	46	- 12,3%
Margem <i>EBITDA</i>		3,0%	4,7%	
Margem <i>EBIT</i>		0,1%	1,9%	

Agregados

— 10 Centros de Exploração

As vendas de agregados, pelas mesmas razões anteriormente referidas, diminuiram 9,1% em relação a 2001, não indo além das 3 milhões de toneladas. Com o respectivo preço médio de venda praticamente constante, o Volume de Negócios registou uma queda equivalente e o *Cash Flow* Operacional reduziu-se em cerca de 22%, com a conseqüente diminuição da margem *EBITDA*, de 23,9% para 20,5%.

Agregados

	Unidade	2002	2001	Var.
Vendas de Agregados	10 ³ ton	3.002	3.302	- 9,1%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	13,1	14,4	- 9,5%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,1	3,0	2,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	2,7	3,4	- 22,1%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	1,3	2,0	- 35,5%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	0,0	0,0	- 100,0%
Correntes	10 ⁶ euros	1,4	0,2	710,3%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	113	114	- 0,9%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	117	126	- 7,2%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	51	56	- 8,5%
Margem EBITDA		20,5%	23,9%	
Margem EBIT		10,0%	14,0%	

Argamassas

— 1 Fábrica de Argamassas

As vendas de argamassas mantiveram a tendência de crescimento dos últimos anos (embora a um ritmo mais brando), atingindo um total de 130 mil toneladas (mais 14,4% que no ano anterior).

Argamassas

	Unidade	2002	2001	Var.
Vendas	10 ³ ton	130	114	14,4%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	6,4	5,1	25,6%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	0,4	0,3	23,0%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	1,8	1,3	32,6%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	1,1	0,7	54,6%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	0,0	0,9	- 94,7%
Correntes	10 ⁶ euros	0,1	0,0	S.S.
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	15	13	15,4%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	469	444	5,7%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	158	144	10,0%
Margem EBITDA		27,6%	26,1%	
Margem EBIT		17,7%	14,4%	



A alteração do respectivo *mix*, com as vendas em saco a subirem cerca de 62%, determinou que o crescimento do Volume de Negócios tenha sido ainda mais expressivo (25,6%) e que o *Cash Flow* Operacional tenha aumentado 32,6%, para 1,8 milhões de euros.

2.3.3. Marrocos

De acordo com os números divulgados pela associação profissional da indústria cimenteira marroquina, o consumo de cimento, em 2002, terá atingido perto de 8,5 milhões de toneladas, aumentando 5,2% relativamente a 2001. O crescimento das vendas da Asment de Témara foi, em termos relativos, sensivelmente idêntico, pelo que a respectiva quota de mercado (8,7%) não sofreu alterações.

O ano de 2002 voltou a ser bastante positivo para esta Área de Negócio, não só pela referida evolução das vendas, mas também pela continuada melhoria da sua rentabilidade: os Resultados Líquidos consolidados das actividades desenvolvidas em Marrocos (cimento, betões e agregados) aumentaram 34,4% em relação a 2001, ultrapassando os 10 milhões de euros.

ÁREA DE NEGÓCIO DE MARROCOS

	Unidade	2002	2001	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	49,3	47,9	3,0%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	4,7	4,6	1,6%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	22,5	21,4	5,3%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	13,1	10,8	20,7%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	10,2	7,6	34,4%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	59,6	67,0	- 10,9%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	4,3	1,9	121,5%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	262	255	2,7%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	190	177	7,2%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	105	96	9,0%
Margem <i>EBITDA</i>		45,6%	44,6%	
Margem <i>EBIT</i>		26,5%	22,6%	
Rentab. Capitais Próprios (<i>ROE</i>)		14,6%	10,9%	
Rentab. Capitais Empregues (<i>ROCE</i>)		14,0%	10,6%	

Cimento

— 1 Fábrica de Cimento

Em 2002, o crescimento do Volume de Negócios desta actividade, medido em euros (3,1%), ficou um pouco aquém do já referido aumento das quantidades vendidas (5,2%), dada a desvalorização do dirham em relação à moeda europeia e a introdução, no início do ano, de uma taxa especial de 60 dirhams sobre o preço da tonelada de cimento à saída da fábrica, o que limitou fortemente a possibilidade de subida deste último.



Tanto o *Cash Flow* da Exploração como a margem *EBITDA*, fruto dos importantes investimentos realizados em 2000, mantiveram a sua tendência de crescimento, atingindo os 22,2 milhões de euros e o nível de 45,9%, respectivamente. O aumento dos Resultados Operacionais foi ainda mais significativo (19,1%), com a margem *EBIT* a subir de 23,9%, em 2001, para 27,6%, em 2002.

De entre os investimentos realizados ou em curso, salientam-se a entrada em funcionamento de uma nova ensacadeira e os trabalhos, a terminar em 2003, de optimização do moinho de cimento 1, incluindo a instalação de um separador de terceira geração.

Cimento

	Unidade	2002	2001	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	855	835	2,4%
Utilização da Capacidade Instalada (2)		95,0%	86,2%	
Vendas	10 ³ ton	739	703	5,2%
Quota de Mercado		8,7%	8,7%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	48,4	47,0	3,1%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	4,5	4,5	1,1%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	22,2	21,4	3,9%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	13,4	11,2	19,1%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	0,0	0,7	- 100,0%
Correntes	10 ⁶ euros	1,7	1,2	43,0%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	244	244	0,0%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	197	182	8,4%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	109	100	8,7%
Margem <i>EBITDA</i>		45,9%	45,6%	
Margem <i>EBIT</i>		27,6%	23,9%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada

Betão e Agregados

- 2 Centrais de Betão
- 1 Exploração de Agregados

Apesar da entrada em exploração, embora muito perto do final do ano, da nova central de betão de Casablanca, as vendas desta actividade não chegaram a atingir os 28 mil metros cúbicos, situando-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior. Já as vendas de agregados (destinadas essencialmente à Asment de Témara), uma vez que a exploração efectiva da pedreira apenas se iniciou em Dezembro de 2001, registaram um forte incremento, ultrapassando as 200 mil toneladas.

Assim, o Volume de Negócios da Betocim (empresa responsável pelo desenvolvimento destas duas actividades) aumentou quase 65% relativamente a 2001, o que, no entanto, foi ainda insuficiente para gerar um Resultado da Exploração de sinal positivo.



2.3.4. Tunísia

Em 2002, as vendas nacionais de ligantes (cimento e cal hidráulica) totalizaram 5,8 milhões de toneladas, aumentando 2,2% relativamente ao ano anterior. Já as quantidades vendidas pela Ciments de Jbel Oust (CJO), que, em 2001, haviam registado um crescimento de quase 14% – derivado das dificuldades de natureza operacional que, nesse ano, impediram alguns dos principais concorrentes de abastecer os respectivos mercados nas melhores condições – diminuíram 4,3%, originando uma queda de 1,7 p.p. na respectiva quota de mercado.

Na base desta diminuição, para além do acréscimo de concorrência que se verificou em 2002, há também o facto de, na região onde se integra a CJO (o nordeste tunisino, responsável por cerca de 40% do mercado), o consumo de cimento ter caído 4,8%.

Por outro lado, e contrariamente ao previsto, o governo decidiu adiar a liberalização dos preços de venda (a qual, de acordo com os compromissos assumidos aquando da privatização, deveria ter tido lugar em 31 de Maio de 2002), mantendo o anterior regime de preços homologados e apenas permitindo a sua actualização em 6%.

ÁREA DE NEGÓCIO DA TUNÍSIA / CIMENTO

	Unidade	2002	2001	Var.
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	1.490	1.280	16,4%
Utilização da Capacidade Instalada (2)		80,6%	95,3%	
Vendas	10 ³ ton	1.471	1.537	- 4,3%
Quota de Mercado		25,6%	27,3%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	57,6	60,1	- 4,2%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,3	3,3	2,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	10,5	9,7	8,6%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	- 0,7	- 5,7	S.S.
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	2,5	- 3,6	S.S.
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	119,0	124,6	- 4,5%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	10,4	14,6	- 29,1%
Correntes	10 ⁶ euros	2,9	3,3	- 11,5%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	241	245	- 1,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	243	234	3,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	58	50	15,7%
Margem EBITDA		18,3%	16,1%	
Margem EBIT		neg.	neg.	
Rentab. Capitais Próprios (ROE)		2,6%	neg.	
Rentab. Capitais Empregues (ROCE)		neg.	neg.	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada



Cimento

— 1 Fábrica de Cimento

À já referida diminuição das vendas da CJO correspondeu uma redução do Volume de Negócios de cerca de 4,2%, dado que a actualização de preços em moeda local foi praticamente anulada pela depreciação do dinar em relação ao euro.

O menor peso, relativamente a 2001, do clínquer adquirido a terceiros no total dos consumos intermédios (apesar de uma paragem do forno mais prolongada do que o previsto), em conjunto com a redução dos custos de combustível por tonelada de clínquer produzido (na sequência da optimização da linha de cozedura), permitiram que, não obstante aquela diminuição do Volume de Negócios, o *Cash Flow* Operacional aumentasse para cerca de 10,5 milhões de euros (mais 8,6% que em 2001). Tal facto, aliado ao decréscimo das amortizações e à anulação de um importante conjunto de provisões constituídas em anos anteriores, veio possibilitar que, contrariamente a 2001, os Resultados Líquidos da CJO fossem positivos.

De salientar, ainda, os importantes investimentos que esta Área de Negócio continuou a realizar e que conduziram ao aumento da respectiva capacidade de produção de clínquer de 3.300 para 4.000 toneladas/dia.

2.3.5. Egipto

Em 2002, o mercado egípcio do cimento continuou a sofrer, do lado da oferta, importantes alterações, com a entrada de dois novos operadores (Misr Qena e Misr Beni Suef) e o arranque da nova linha de produção de clínquer da Alexandria Portland Cement, o que, no total, se traduziu num aumento da capacidade instalada muito próximo dos 15%.

Contrastando com este aumento – e com o conseqüente crescimento dos níveis de produção de cimento para cerca de 28,3 milhões de toneladas anuais (mais 10,3% que em 2001) – o incremento do consumo não foi além de 1,8%, gerando um excedente de produção de perto de 1,1 milhões de toneladas. Esta situação, conjugada com a depreciação da libra egípcia face ao dólar norte-americano, ao mesmo tempo que desencorajou as importações (responsáveis por apenas 1% da procura), conduziu a um aumento das exportações de clínquer e cimento para valores que, pela primeira vez, atingiram níveis significativos (no total, quase 2,6 milhões de toneladas).

Também por força daquele crescimento da oferta, e dada a fraca evolução do consumo, continuou a assistir-se, em 2002, a uma forte pressão concorrencial ao nível dos preços de venda, os quais, com uma grande instabilidade ao longo de todo o ano, mantiveram a tendência de queda iniciada em 2001.

Cimento

— 1 Fábrica de Cimento

Amreyah Cement Company, não só por todas estas razões, mas também pelas dificuldades sentidas na compra de clínquer durante quase seis meses, sofreu, pelo segundo ano consecutivo, uma quebra acentuada no seu volume de vendas (10,6%, em 2002).



Por outro lado, a descida dos preços de venda em moeda local e a depreciação desta última face ao euro (21% em termos de câmbio médio anual) conduziram a uma diminuição ainda mais significativa do Volume de Negócios, o qual se quedou pelos 73,8 milhões de euros (menos 33,7% que em 2001).

Assim, e apesar da redução dos custos com pessoal em quase 50% – na sequência do processo de racionalização iniciado no ano anterior e que, no conjunto dos dois anos, se traduziu já na saída de mais de mil efectivos – o *Cash Flow* da Exploração diminuiu para cerca de 17 milhões de euros (menos 61,0% que em 2001) e tanto os Resultados Operacionais como os Resultados Líquidos se saldaram por valores negativos.

ÁREA DE NEGÓCIO DO EGÍPTO / CIMENTO

	Unidade	2002	2001	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	2.390	2.375	0,6%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		74,0%	83,4%	
Vendas	10 ³ ton	2.203	2.465	- 10,6%
Quota de Mercado		8,1%	9,2%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	73,8	111,5	- 33,7%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	5,3	10,2	- 47,5%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	16,9	43,4	- 61,0%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	- 6,6	16,7	- 139,3%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	- 5,8	4,3	- 232,6%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	282,6	312,4	- 9,5%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	44,3	57,7	- 23,2%
Correntes	10 ⁶ euros	0,2	1,5	- 85,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	832	1.204	- 30,9%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	79	63	26,2%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	24	30	- 20,8%
Margem <i>EBITDA</i>		22,9%	38,9%	
Margem <i>EBIT</i>		neg.	15,0%	
Rentab. Capitais Próprios (<i>ROE</i>)		neg.	1,5%	
Rentab. Capitais Empregues (<i>ROCE</i>)		neg.	5,5%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada

Entretanto, foi dada continuidade – no âmbito de uma empresa totalmente detida pelo Grupo e constituída para o efeito (Amreyah Cimpor Cement Company) – ao projecto de instalação e montagem da nova linha de produção de clínquer e moagem de cimento, a qual deverá arrancar ainda em 2003.

Paralelamente, iniciaram-se os estudos conducentes à realização de diversos investimentos industriais na Amreyah Cement Company (visando alguns equipamentos que passarão a ser utilizados pelas duas empresas), e desenvolveram-se os projectos de instalação das



infraestruturas de alimentação de gás natural e de aumento da potência de energia eléctrica exigidos pelo arranque da nova linha.

De salientar, ainda, a confirmação das certificações ISO 9002 e ISO 14001, nas áreas da qualidade e do ambiente, respectivamente, bem como a cessação, em Julho, do contrato de assistência técnica que havia sido celebrado com a empresa egípcia ASEC, passando toda a exploração, e respectivo *know-how*, a serem assegurados por meios internos.

2.3.6. Brasil

Em 2002, o consumo nacional de cimento, no Brasil, foi de aproximadamente 37,6 milhões de toneladas, correspondentes a uma certa retracção do mercado, o que se verifica pelo terceiro ano consecutivo.

Com todas as outras regiões a apresentarem ligeiros crescimentos relativamente a 2001, a região Sudeste, ao registar uma diminuição da procura da ordem dos 4,7%, foi a grande responsável por esta retracção, já que representa cerca de 50% do mercado total.

O Volume de Negócios do Grupo, embora tenha aumentado significativamente em moeda local, registou, quando medido em euros, uma diminuição de cerca de 5%, o que, face à depreciação do real relativamente à moeda europeia (quase 33%, em termos de câmbio médio anual), não deixou de ser positivo.

A redução do *Cash Flow* Operacional foi aproximadamente da mesma ordem – com a respectiva margem a aumentar, inclusive, para 51,2% – ao passo que, dada a diminuição quer das amortizações e provisões quer dos custos financeiros, tanto os Resultados Operacionais como os Resultados Líquidos apresentaram variações positivas.

ÁREA DE NEGÓCIO DO BRASIL

	Unidade	2002	2001	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	255,4	268,8	- 5,0%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	17,5	21,5	- 18,5%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	130,8	137,0	- 4,5%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	104,0	101,6	2,3%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	76,4	70,4	8,6%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	253,5	364,3	- 30,4%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	45,8	34,9	31,1%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	1.095	949	15,4%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	250	266	- 5,8%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	145	157	- 7,3%
Margem <i>EBITDA</i>		51,2%	51,0%	
Margem <i>EBIT</i>		40,7%	37,8%	
Rentab. Capitais Próprios (<i>ROE</i>)		23,2%	18,9%	
Rentab. Capitais Empregues (<i>ROCE</i>)		25,2%	21,4%	



Cimento

- 6 Fábricas de Cimento
- 2 Instalações de Moagem de Cimento

A aquisição, em Maio, da moagem de Brumado permitiu o aumento das vendas de cimento do Grupo para quase 3,7 milhões de toneladas (mais 5,1% que em 2001), elevando a respectiva quota de mercado para um nível muito próximo dos 10%. Com os preços médios de venda a subirem, em moeda local, pouco mais de 20%, o Volume de Negócios, dada a já referida depreciação do real, diminuiu, quando medido em euros, cerca de 7,5%.

O bom desempenho operacional das fábricas permitiu, por outro lado, que, apesar daquela diminuição do Volume de Negócios, a queda do *Cash Flow* Operacional não fosse além de 4,3% (com a respectiva margem a subir de 52,8%, em 2001, para 54,6%, em 2002) e os Resultados da Exploração tivessem, inclusive, aumentado, elevando a margem *EBIT* para 43,7% (uma subida de mais de 4 p.p.).

Entretanto, foi iniciada a instalação de uma nova linha de produção de clínquer na unidade de Campo Formoso, a qual deverá arrancar em Maio de 2003.

Cimento

	Unidade	2002	2001	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	5.450	5.450	0,0%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		66,3%	70,5%	
Vendas	10 ³ ton	3.693	3.513	5,1%
Quota de Mercado		9,8%	9,2%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	240,0	259,4	- 7,5%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	13,8	20,2	- 32,0%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	130,9	136,9	- 4,3%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	104,8	102,3	2,5%
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	34,3	15,4	122,3%
Correntes	10 ⁶ euros	10,2	17,9	- 43,3%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	880	870	1,1%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	282	279	1,0%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	170	169	0,5%
Margem <i>EBITDA</i>		54,6%	52,8%	
Margem <i>EBIT</i>		43,7%	39,5%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada

Betão e Argamassas

- 19 Centrais de Betão
- 2 Fábricas de Argamassas

Com a aquisição, no final de Abril, de 15 novas centrais de betão, correspondentes a uma capacidade instalada de cerca de 260 mil metros cúbicos/ano, o Grupo passou a dispor, no



Brasil, de um total de 19 centrais, o que lhe permitiu mais do que duplicar, em 2002, as quantidades de betão vendido e aumentar o respectivo Volume de Negócios em quase 90%. No entanto, quer o *Cash Flow* quer os Resultados Operacionais desta actividade permanecem ainda ligeiramente negativos.

Quanto ao sector das argamassas, apesar de continuar a registar algum crescimento, mantém-se em níveis pouco significativos e com resultados próximos de zero (embora com uma margem de libertação de fundos marginalmente positiva).

2.3.7. Moçambique

Estima-se que o consumo de cimento, em todo o território moçambicano, tenha aumentado, em 2002, cerca de 14%, atingindo as 575 mil toneladas. Este crescimento foi particularmente notório na zona Centro, onde se terá aproximado dos 60%.

O Volume de Negócios do Grupo, apesar da desvalorização do metical (superior a 20%, em termos de câmbio médio anual em relação ao euro), aumentou 3,4%, fixando-se em perto de 38 milhões de euros. As melhorias introduzidas na actividade operacional, pesem embora alguns problemas que ainda se mantêm, permitiram não só o incremento do *Cash Flow* da Exploração em cerca de 12% – com o conseqüente aumento da margem *EBITDA*, a qual passou de 18,0%, em 2001, para 19,5%, em 2002 – como também, e contrariamente ao que sucedera no ano anterior, a obtenção de um Resultado Operacional que, apesar de diminuto, é já positivo.

Porém, o facto de os encargos financeiros terem mais do que triplicado – em consequência das elevadas taxas de juro praticadas no país e do alto nível de endividamento desta Área de Negócio – conduziu a um agravamento dos respectivos prejuízos para cerca de 4,2 milhões de euros (o dobro do valor registado em 2001).

ÁREA DE NEGÓCIO DE MOÇAMBIQUE

	Unidade	2002	2001	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	37,7	36,4	3,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,7	3,6	0,7%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	7,3	6,6	12,1%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	0,4	- 0,5	S.S.
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	- 4,2	- 2,1	S.S.
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	76,0	88,4	- 14,0%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	2,7	8,5	- 68,4%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	572	579	- 1,2%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	65	63	3,6%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	19	18	8,2%
Margem <i>EBITDA</i>		19,5%	18,0%	
Margem <i>EBIT</i>		1,0%	neg.	
Rentab. Capitais Próprios (<i>ROE</i>)		neg.	neg.	
Rentab. Capitais Empregues (<i>ROCE</i>)		0,5%	neg.	



Cimento

- 1 Fábrica de Cimento
- 2 Instalações de Moagem de Cimento

Em 2002, as vendas da Cimentos de Moçambique atingiram 486 mil toneladas (mais 14,8% que no ano anterior), correspondentes a uma quota de mercado de cerca de 86%. No entanto, o crescimento do Volume de Negócios não foi além de 6,6%, cifrando-se em 34,6 milhões de euros.

No plano industrial, a empresa prosseguiu o seu esforço de permanente actualização tecnológica, sendo de destacar, na fábrica da Matola, a conclusão do investimento num novo moinho de cimento. Apesar dos problemas havidos com o funcionamento do forno de clínquer, os quais determinaram a respectiva paragem durante quase todo o primeiro quadrimestre, e da persistência de algumas situações que continuam a prejudicar seriamente a sua performance (em particular, a irregularidade com que a empresa transportadora satisfaz os seus compromissos de fornecimento de carvão e, sobretudo, de calcário), o *Cash Flow* da Exploração aumentou para perto de 7 milhões de euros (23,0%) e os Resultados Operacionais passaram de um valor negativo de 1,2 milhões de euros, em 2001, para um valor marginalmente positivo.

Cimento

	Unidade	2002	2001	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	595	585	1,7%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		46,1%	45,3%	
Vendas	10 ³ ton	486	424	14,8%
Quota de Mercado		85,9%	84,0%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	34,6	32,4	6,6%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,2	3,2	1,1%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	6,9	5,6	23,0%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	0,3	- 1,2	S.S.
Investimentos Industriais				
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	1,8	5,3	- 66,6%
Correntes	10 ⁶ euros	0,9	3,2	- 71,3%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	473	493	- 4,1%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	72	64	11,2%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	21	18	20,0%
Margem <i>EBITDA</i>		20,0%	17,3%	
Margem <i>EBIT</i>		0,9%	neg.	

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

⁽²⁾ Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada

Betão e Préfabricados

Em 2002, a produção de betão pronto atingiu perto de 53 mil metros cúbicos, crescendo cerca de 3,6% em relação ao ano anterior. A pressão da concorrência, aliada à subida do preço do cimento, conduziu, no entanto, a uma diminuição, em mais de 40%, do *Cash Flow* gerado



por esta actividade, reduzindo a respectiva margem para 11,5% (menos 6 p.p. que em 2001) e os Resultados Operacionais da Cimbetão em perto de 65%.

De salientar que esta última foi a primeira empresa do sector industrial, em Moçambique, a obter a certificação ISO 9001 (versão 2000).

Quanto à actividade de préfabricados, mantém-se em níveis ainda muito incipientes, tendo, inclusive, em 2002, acusado uma quebra significativa nas suas vendas e uma diminuição, em mais de 40%, do respectivo Volume de Negócios. Concentrada na produção e comercialização de blocos de cimento – produto onde a concorrência é mais agressiva – e utilizando apenas 15% da sua capacidade instalada, a Premap, que em 2001 havia conseguido obter um Resultado Operacional marginalmente positivo, não só inverteu o sinal deste último como, mesmo ao nível do *Cash Flow* da Exploração, apresentou um saldo negativo.

2.3.8. África do Sul

Após um período de três anos, em que se manteve praticamente estagnado, o mercado sul-africano de cimento (incluindo escórias) registou, em 2002, um crescimento assinalável (em torno dos 5%), atingindo um total de 9,5 milhões de toneladas. Na província de KwaZulu-Natal, onde a empresa adquirida pela CIMPOR, em 2002 – a Natal Portland Cement (NPC) – desenvolve a sua actividade, o aumento do consumo foi ainda mais expressivo (6,5%), com o mercado a registar, pela primeira vez nos últimos quatro anos, uma variação positiva.

ÁREA DE NEGÓCIO DA ÁFRICA DO SUL / CIMENTO

	Unidade	2002 *
Capacidade Instalada (1)	10 ³ ton	1.040
Utilização da Capacidade Instalada (2)		92,1%
Vendas	10 ³ ton	271
Quota de Mercado		9,6%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	13,5
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	1,3
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	5,6
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	4,7
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	3,4
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	21,0
Investimentos Industriais		
De Desenvolvimento	10 ⁶ euros	0,4
Correntes	10 ⁶ euros	0,2
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	296
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	45
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	23
Margem <i>EBITDA</i>		41,3%
Margem <i>EBIT</i>		34,5%
Rentab. Capitais Próprios (<i>ROE</i>)		68,5%
Rentab. Capitais Empregues (<i>ROCE</i>)		55,6%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média anual)

(2) Produção de cimento com clínquer próprio / Capacidade Instalada

*4º Trimestre



Cimento

- 1 Fábrica de Clínquer
- 1 Instalação de Moagem de Escórias
- 1 Instalação de Moagem de Cimento

As vendas anuais da NPC totalizaram, em 2002, 925 mil toneladas de cimento e escórias, correspondentes a uma quota de mercado de aproximadamente 10,2% e a um Volume de Negócios que, em moeda local, aumentou, relativamente ao ano anterior, perto de 11%.

Os valores constantes do quadro junto referem-se apenas à actividade do último trimestre, dado que só então os respectivos custos e proveitos passaram a ser integrados nas contas consolidadas do Grupo.

Em 2002, foi lançado um projecto destinado a avaliar da possibilidade de utilização de combustíveis alternativos e outros materiais, estando prevista, para 2003, a conclusão de um estudo de Avaliação de Impacto Ambiental.

2.3.9. Outras Actividades

As actividades que não fazem parte do *core business* do Grupo encontram-se no âmbito da CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A..

É o caso da actividade imobiliária, onde a Imopar, sociedade de direito moçambicano responsável pelo desenvolvimento do projecto do Centro CIMPOR, no Maputo, prosseguiu no esforço de comercialização das fracções de habitação e escritórios daquele empreendimento, com todas as dificuldades decorrentes da situação económica e social que se vive em Moçambique. A diminuição que se tem verificado nos volumes de investimento directo estrangeiro e o facto de as decisões dos investidores obedecerem essencialmente a uma lógica de curto prazo continuaram a obrigar a uma certa inflexão na política comercial inicialmente delineada, orientando-a mais no sentido do mercado de arrendamento, em detrimento da venda.

As duas empresas “financeiras” do Grupo continuaram a desempenhar, em 2002, o seu papel de veículos de financiamento. A CIMPOR Finance Limited (Irlanda), que encerrou o exercício com um resultado positivo de 7,3 milhões de USD, manteve a sua posição de subscritora das *Fixed Rate Notes* emitidas pela Companhia de Cimentos do Brasil, tendo tomado, neste ano, mais 20 milhões de euros. Quanto à CIMPOR Financial Operations, BV (Holanda), cujo principal objectivo é ser um veículo emissor de dívida no mercado internacional, assumiu, em 2002, um empréstimo anteriormente contraído por outra empresa do Grupo, o que elevou o volume das suas responsabilidades para cerca de 870 milhões de euros.

Entretanto, procedeu-se à incorporação, no Luxemburgo, de uma sociedade “cativa”, designada por CIMPOR Reinsurance, que passou a constituir o veículo de auto-seguro do Grupo, assumindo os riscos de danos materiais e avaria de máquinas até ao limite da franquia do seguro de excesso colocado no mercado internacional de resseguros.



3. Inovação e Desenvolvimento

O processo de produção de cimento, embora maduro e estabilizado, tem vindo a evoluir no sentido de uma cada vez maior sofisticação das tecnologias utilizadas. O Grupo CIMPOR adquiriu e desenvolveu ao longo dos anos um nível de conhecimentos que lhe tem permitido fazer progredir continuamente a *performance* das suas unidades industriais em termos de produtividade, desempenho operacional e ambiental e da qualidade dos seus produtos.

Graças a este nível de conhecimentos, o Grupo, através do CEDI - Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial, e com o apoio das diferentes Áreas de Negócio, procede regularmente à modernização e renovação das suas fábricas, bem como daquelas que tem vindo a adquirir, introduzindo nas mesmas, sempre que tal se justifica, as mais recentes inovações tecnológicas e as melhores técnicas e práticas disponíveis.

Visando a intensificação deste processo de transferência das melhores práticas no seio do Grupo, desenvolveu-se, durante o ano de 2002, no âmbito das fábricas de cimento das diversas Áreas de Negócios, uma metodologia de *benchmarking* que, permitindo a comparação do respectivo desempenho operacional – não só a nível interno, mas também externamente, com unidades de outras empresas consideradas *best-in-class* – constituirá um importante instrumento de melhoria da *performance* do Grupo.

Em Portugal, o ano de 2002 ficou marcado pela conclusão do processo de instalação de filtros de mangas para o despoeiramento de todos os seis fornos em actividade, o que, considerando o que se passa actualmente nos restantes países europeus, constitui uma acção ímpar, traduzida num esforço de investimento significativo – e publicamente reconhecido – em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades adjacentes às fábricas. Este tipo de investimentos de grande dimensão inscrevem-se no quadro da política ambiental do Grupo, estando integrados num vasto conjunto de acções constantes de um Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro, assinado com o Governo Português em 1999 e que se consolidará com a certificação segundo a norma ISO 14001 e o registo no EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) dos Centros de Produção em causa.

Na Tunísia, também em 2002, concluíram-se os trabalhos de aumento da capacidade de produção de clínquer do forno da fábrica de Jbel Oust, de 3.300 para 4.000 toneladas/dia, e iniciou-se o processo de reconversão do combustível utilizado (de fuel para carvão e coque de petróleo).

No Brasil, prosseguiram os trabalhos de construção de uma nova linha de produção de cimento na fábrica de Campo Formoso, com uma capacidade anual de 750.000 toneladas de clínquer, que entrará em funcionamento ainda em 2003. Também no Brasil (mais precisamente nos Estados de Goiás e Paraíba), a CIMPOR passou a dispor – na sequência da autorização, obtida em 2001, para utilizar pneus e aparas de borracha nos fornos de duas das suas unidades fabris – de duas centrais de destroçamento de pneus usados, destinados à queima nos referidos fornos, com a finalidade de substituição de uma parte do combustível convencional.



No Egipto, prosseguiram os trabalhos de construção de uma nova linha, com uma capacidade de produção anual de 1,4 milhões de toneladas de clínquer, que entrará em funcionamento em 2003.

O Grupo concluiu, em Portugal, um conjunto de ensaios com vista à redução das emissões de NO_x nas chaminés dos fornos, designadamente através da injeção de água nos queimadores principais dos fornos de Souselas e Alhandra, e de amónia nas torres de pré-aquecimento, com resultados muito positivos. No caso da fábrica de Alhandra, será instalado, em 2003, um equipamento fixo de injeção de amónia. Em Souselas, foram ainda concluídos diversos ensaios (e implementadas medidas adicionais de controlo do processo), com vista à redução das emissões de SO₂, com resultados igualmente encorajadores. No sentido de diminuir o consumo específico de energia térmica nos fornos, o que provoca igualmente uma redução das emissões de NO_x, prosseguiram os testes relativos à introdução de elementos mineralizadores no processo de cozedura.

No sentido da melhoria do desempenho ambiental e de uma maior abertura às preocupações das partes interessadas, prosseguiu, durante o ano de 2002, o esforço do Grupo com vista à implementação de sistemas de gestão ambiental, nomeadamente os trabalhos destinados a permitir a apresentação do pedido de registo no EMAS dos Centros de Produção de Souselas, Alhandra e Loulé. Os sistemas de gestão ambiental foram adaptados e implementados em função da esperada publicação, que ocorreu em Abril de 2001, da nova versão do EMAS, a qual veio integrar os requisitos da norma ISO 14001.

Certificados de Sistemas de Gestão Ambiental do Grupo

Fábricas de cimento:

Alhandra (Portugal)	ISO 14001 + EMAS (em curso)
Souselas (Portugal)	ISO 14001 + EMAS (em curso)
Loulé (Portugal)	ISO 14001 + EMAS (em curso)
Jbel Oust (Tunísia)	ISO 14001 (arranque em 2003)
Amreyah Cement Company (Egipto)	ISO 14001
Cimepar (Brasil)	ISO 14001 (em curso)
Simuma (África do Sul)	ISO 14001 (em curso)

Num processo de melhoria contínua – visando o aumento da competitividade da empresa e a satisfação das expectativas dos seus clientes, colaboradores e accionistas – a CIMPOR Indústria (Portugal) dispõe, desde 2001, de um sistema de Gestão pela Qualidade Total segundo o modelo da EFQM – *European Foundation for Quality Management*. Este processo – iniciado, em Portugal, em Janeiro de 1999 – irá ser, futuramente, alargado a todo o Grupo.



Durante o ano de 2002, as diferentes Áreas de Negócio deram continuidade ao processo de certificação dos respectivos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ). Depois da fábrica da CJO – Ciments de Jbel Oust (Tunísia), que já obtivera, em 2000, tal certificação, segundo a norma ISO 9002, foi a vez da fábrica da Asment de Témara, em Marrocos, e da fábrica de Campo Formoso, no Brasil, concluírem o mesmo processo, passando, assim, a quase totalidade das unidades cimenteiras do Grupo a estar certificada. Neste momento, está em curso a fase de adaptação dos actuais SGQ de diversas unidades do Grupo à norma ISO 9001 : 2000, devendo as três fábricas de Portugal, a fábrica de Jbel Oust, na Tunísia, e a fábrica de Simuma, na África do Sul, obter a respectiva certificação, de acordo com esta nova versão da norma, durante o primeiro semestre de 2003. Até final do ano, todas as fábricas do Grupo no Brasil terão, também, completado este processo.

Certificados de Sistemas de Qualidade do Grupo (ISO 9001-2 e GQT)

Fábricas de cimento:

Alhandra (Portugal)	ISO 9002 / GQT – EFQM
Souselas (Portugal)	ISO 9002 / GQT – EFQM
Loulé (Portugal)	ISO 9002 / GQT – EFQM
Oural (Espanha)	ISO 9002
Toral de los Vados (Espanha)	ISO 9002
Niebla (Espanha)	ISO 9002
Córdoba (Espanha)	ISO 9002
Asment de Témara (Marrocos)	ISO 9002
Jbel Oust (Tunísia)	ISO 9002
Amreyah Cement Company (Egipto)	ISO 9002
Cajati (Brasil)	ISO 9002
Candiota (Brasil)	ISO 9002
Cimepar (Brasil)	ISO 9002
Atol (Brasil)	ISO 9002
Goiás (Brasil)	ISO 9002
Campo Formoso (Brasil)	ISO 9002
Simuma (África do Sul)	ISO 9002

Empresas de betão pronto:

Cimpor Betão (Portugal)	ISO 9001
Betão Liz (Portugal)	ISO 9001
Jomatel (Portugal)	ISO 9001

Na sequência do requerimento apresentado ao LNEC, em 2001, no sentido da obtenção da certificação dos seus produtos de acordo com a NP EN 197-1, a CIMPOR Indústria passou a poder comercializá-los, a partir de 1 de Janeiro de 2002, com a marcação CE.



O Gabinete de Gestão da Qualidade (GGQ), responsável pela coordenação da actividade do Laboratório Central, desenvolve e otimiza, a pedido dos seus clientes ou por recomendação dos respectivos serviços técnicos, alguns tipos de cimento, designadamente cimentos compostos, com o objectivo de responder adequada e economicamente às mais variadas necessidades do mercado. Localizado em Lisboa, o Laboratório Central tem empreendido diversas actividades destinadas a desenvolver e a melhorar os produtos do Grupo, realizando ensaios de aptidão e aferição dos métodos de fabrico, numa postura de laboratório de referência e procurando obter sinergias com os serviços congéneres das diferentes Áreas de Negócio, responsáveis pelas necessárias adaptações dos respectivos produtos às disponibilidades de matérias-primas e às condições de mercado locais.

Dentro duma política de Grupo, a CIMPOR tem vindo a intensificar a produção e a comercialização de cimentos compostos em cada um dos países onde desenvolve a sua actividade. Trata-se de incorporar no cimento produzido, para além do clínquer, adições de constituintes menores, tais como escórias de alto-forno e cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas (com as excepções da Tunísia e do Egipto), libertando estas indústrias das referidas matérias. A comercialização generalizada deste tipo de cimentos permite, por via da redução do rácio clínquer/cimento, diminuir não só as emissões de poluentes atmosféricos (e.g., CO₂) e o consumo de combustíveis e de matérias-primas, como, também, beneficiar das vantagens técnicas e económicas daí decorrentes. A porosidade dos betões preparados com cimento desta natureza é substancialmente reduzida, tornando-os extremamente interessantes em aplicações junto de ambientes marítimos ou em obras hidráulicas. Factores de mercado, tradição, requisitos técnicos ou determinadas normas locais constituirão, na maioria dos casos, a única limitação à capacidade do Grupo para intensificar ainda mais a produção e comercialização deste tipo de cimentos.

A incorporação, no cimento, de pozolanas naturais e artificiais é, igualmente, um tema actual e objecto de investigação no seio do Grupo. No Brasil, concluíram-se os ensaios para a produção de pozolanas artificiais (argilas calcinadas) e a montagem, em Cajati e na Cimepar, de instalações específicas para esse efeito.

Um outro assunto que continua a merecer atenção por parte do Grupo CIMPOR é a reciclagem dos resíduos de construção e demolição de edifícios, por via da sua utilização como inertes na produção de betão e como matéria-prima para a produção de clínquer, tendo sido já efectuadas algumas experiências preliminares (designadamente em Alhandra, onde foi desenvolvido um projecto de aproveitamento, após a necessária britagem e triagem, de resíduos provenientes da demolição de silos e edifícios de uma zona antiga da fábrica).

Para além da procura de novas formulações, o Grupo continuou, também, a desenvolver ferramentas destinadas a satisfazer diferentes grupos de clientes, com o objectivo de facilitar o trabalho de escolha e de aplicação dos seus produtos. O apoio prestado ao cliente pelos nossos serviços técnico-comerciais, bem como o fornecimento de fichas técnicas pormenorizadas e outro tipo de informação útil, são fundamentais para o acompanhamento permanente que se pretende levar a cabo. Além disso, o *site* do Grupo, na *Internet*, possibilita a selecção dos produtos adequados aos tipos de aplicações mais comuns.



4. Desenvolvimento Sustentável

A CIMPOR pretende afirmar-se como uma das empresas pioneiras em Portugal, e nos países onde se encontra representada, na adopção do conceito de Desenvolvimento Sustentável, conciliando o desejável crescimento económico do Grupo com as crescentes preocupações tanto a nível ambiental como da responsabilidade social das empresas. A protecção do meio ambiente e a consideração das questões de âmbito social constituem não só um dos pilares da cultura corporativa da CIMPOR como, também, algumas das prioridades e condições fundamentais do desenvolvimento futuro do Grupo.

4.1.

Política Ambiental

Consciente dos aspectos menos positivos que caracterizam o seu sector, a CIMPOR tem vindo a empreender - e continuará a fazê-lo – diversas acções no sentido de reduzir o impacto da sua actividade e, em particular, das suas fábricas e pedreiras, visando transformar aquilo que são legítimas preocupações ambientais num factor estratégico de competitividade do negócio. Adoptando uma atitude claramente proactiva, a CIMPOR procura antecipar, sempre que possível, o cumprimento dos requisitos legais mínimos nesta matéria, sem esquecer, no entanto, o prosseguimento dos seus objectivos de rentabilidade.

Subjacente à estratégia geral do Grupo está o facto de a política de desenvolvimento dos seus produtos e serviços, bem como dos respectivos métodos de produção, a observar por todas as Áreas de Negócio, dever ter em consideração as preocupações de natureza ambiental. A inovação em matéria de produtos e processos veio tornar possível o acautelar destes aspectos desde a fase inicial de implementação dos diferentes projectos de desenvolvimento, evitando, assim, o investimento, a posteriori, em medidas de eliminação da poluição que, normalmente, conduzem a aumentos significativos dos custos operacionais e, por conseguinte, do preço global a pagar pela empresa e pela comunidade.

Em associação com empresas detentoras de *know-how* específico nesta matéria, a CIMPOR irá continuar a desempenhar um importante papel no aumento do conhecimento científico sobre o impacto das suas actividades, produtos e processos, tanto no aproveitamento eficiente e económico da energia e das matérias-primas, como no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o tratamento, reciclagem e valorização de resíduos.

Preocupação permanente do Grupo é, igualmente, a rápida introdução, nas unidades recém-adquiridas, dos princípios que norteiam a sua política ambiental. Um Grupo como a CIMPOR não pode conceber o seu desenvolvimento a longo prazo, nas diversas regiões onde se encontra representado, sem perspectivar a conjugação do mesmo com os aspectos de natureza ambiental e social. Por conseguinte, a CIMPOR aposta no desenvolvimento de uma política interna de *benchmarking* que se traduza não só em melhorias de desempenho operacional, como também na transferência de experiências e de melhores práticas ambientais no seio do Grupo.

A CIMPOR Indústria tem funcionado, até esta data, como rampa de lançamento da maioria das iniciativas do Grupo neste domínio, procurando-se a extensão gradual das práticas actualmente adoptadas, em Portugal, às restantes Áreas de Negócio.



Conforme referido no capítulo anterior, e no sentido da melhoria do seu desempenho ambiental e de uma maior abertura às preocupações das partes interessadas, o Grupo prosseguiu, em 2002, a aposta na certificação dos sistemas de gestão ambiental das suas unidades fabris. Salientem-se, a este propósito, os trabalhos destinados a permitir a certificação segundo a norma ISO 14001 e a apresentação do pedido de registo, no EMAS, de todas as fábricas em Portugal.

Também no Brasil, a fábrica da CIMEPAR iniciou o processo que visa a sua certificação segundo a norma ISO 14001, o que acontecerá igualmente na Tunísia, já em 2003.

Marcos Principais da Política Ambiental da CIMPOR (Portugal)

- 1995** Lançamento da Política Ambiental da CIMPOR Indústria – os princípios de acção e os objectivos estratégicos ambientais, conducentes ao registo no EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria), foram estabelecidos e anunciados publicamente.
- 1996** Criação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da CIMPOR Indústria e da sua estrutura organizacional.
- 1997** A CIMPOR torna-se membro do *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*, com o objectivo de compreender e incorporar gradualmente na sua estratégia de negócio os princípios do desenvolvimento sustentável.
- 1998** Definição de um conjunto de indicadores, particularmente de eco-eficiência, destinados ao Relatório Ambiental da CIMPOR Indústria.
- 1999** Assinatura, com o Governo Português, do “Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro”.
- 1999** Publicação do primeiro Relatório Ambiental (Portugal).
- 1999** A CIMPOR torna-se num dos membros fundadores da *Cement Sustainability Initiative (CSI)*, conduzida sob a égide do *WBCSD*.
- 2001** Criação, por iniciativa da CIMPOR e de outras 35 empresas portuguesas ou a operar em Portugal, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*BCSD Portugal*), o qual passa a integrar a vasta rede regional do *WBCSD*.
- 2002** A CIMPOR, conjuntamente com outras nove empresas internacionais do sector cimenteiro, subscreve e lança o plano de acção a cinco anos designado por *Our Agenda for Action*, no âmbito da *Cement Sustainability Initiative*.
- 2002** Arranque dos trabalhos destinados à criação e aprovação de um conjunto de indicadores destinados ao Relatório de Desenvolvimento Sustentável do Grupo CIMPOR.
- 2002** Monitorização das emissões de CO₂ das fábricas do Grupo, em Portugal, de acordo com o *Protocolo de CO₂*, desenvolvido como parte da *CSI* – em conjunto com o *WBCSD* e o *World Resources Institute (WRI)* – e no âmbito do *GHG Protocol Initiative*, trabalho que começou a ser alargado às restantes fábricas do Grupo, com o objectivo de efectuar um *reporting* normalizado das referidas emissões, abrangendo todo o Grupo.

É desta forma, claramente empenhada, que o Grupo CIMPOR tem vindo a contribuir, gradualmente, para a sua competitividade de longo prazo e para um futuro mais sustentável da indústria cimenteira.



4.2. Investimentos efectuados

Os investimentos ambientais do Grupo (devidamente detalhados no Relatório Ambiental, no caso da CIMPOR Indústria) foram orientados para as seguintes áreas prioritárias:

- **Economia dos recursos naturais e utilização racional da energia** – através da instalação de novos equipamentos e da adopção continuada de programas de redução do consumo de energia eléctrica e térmica, mediante a optimização dos processos de moagem e cozedura, a reciclagem de resíduos por via da utilização de matérias-primas alternativas e a aplicação de cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, bem como de escórias de siderurgia, como aditivos do cimento. Em 2002, a fábrica de Alhandra procedeu à valorização, como matéria prima, de lamas provenientes de estações de tratamento de águas. Nesta linha, e dada a importância vital da disponibilidade de recursos naturais para o desenvolvimento da sua actividade, o Grupo procurará também, através de uma política de longo prazo na gestão das suas pedreiras, acompanhar as tendências que apontam no sentido da crescente reciclagem de resíduos da construção – utilizando-os como matéria-prima para o fabrico de cimento ou como inertes para o betão – assim como do próprio betão e dos resíduos necessários à sua produção, com a separação destes nos seus elementos constitutivos e sua posterior reutilização.
- **Redução das emissões de CO₂** – mediante a construção de novas linhas de produção, mais modernas e eficientes, e o desenvolvimento crescente de novos tipos de cimentos compostos, incorporando cinzas volantes provenientes de centrais termoeléctricas, escórias de siderurgia e todo um conjunto de outros aditivos que têm permitido continuar a reduzir o rácio clínquer/cimento. De igual modo, o crescimento da taxa de substituição dos combustíveis fósseis não-renováveis por combustíveis secundários representa uma aposta decisiva na redução das emissões de CO₂, com todos os benefícios económicos daí decorrentes e cujo potencial não foi ainda suficientemente explorado nos diversos países onde a CIMPOR está presente. A redução das emissões de CO₂, gás com efeito de estufa, constitui, seguramente, um dos maiores desafios a enfrentar pela indústria cimenteira nos próximos anos.
- **Redução da emissão de partículas sólidas através das chaminés e de poeiras difusas e pontuais** – através da conclusão da instalação de filtros de mangas de alta tecnologia nos fornos e do despoeiramento dos respectivos arrefecedores, assim como dos diversos pontos de carga e descarga de matérias-primas, combustíveis e outros produtos intermédios e finais. A instalação de tanques para abastecimento do sistema de aspersão automática de água (futuramente com ligação à rede de recuperação de águas pluviais das fábricas) nos circuitos principais de passagem de veículos nas pedreiras e no interior do perímetro fabril, a execução de diversas pavimentações e a instalação de portões de fecho automático nos pontos de descarga de clínquer e matérias primas completam o conjunto de medidas que têm vindo a ser adoptadas para a redução das emissões difusas de poeiras. Na fábrica de Alhandra, foi criada uma instalação específica para a recepção do clínquer proveniente do exterior e irá proceder-se à transferência para um outro local,



em condições ideais de manuseamento, da operação de descarga e movimentação de carvão e de coque de petróleo. A formação contínua dos colaboradores e a sua consciencialização em torno de um conjunto de preocupações a ter em matéria de emissão de poeiras representam outro dos pilares desta política de redução da emissão de partículas.

- **Redução das emissões de SO_x e de NO_x através das chaminés dos fornos** – mediante um conjunto de ensaios técnicos que visam promover a limpeza dos gases provenientes da combustão e evoluir para melhores práticas em termos de tecnologia de processo (a formação de NO_x ocorre quando o azoto do ar e o azoto presente nos diferentes tipos de combustíveis reagem com o oxigénio do ar, à elevada temperatura – da ordem dos 1.450°C – que, por razões de processo, deve ser mantida no interior de um forno de clínquer).
- **Limitação do ruído e das vibrações provenientes dos equipamentos** – através da instalação de barreiras acústicas naturais e artificiais ao longo dos perímetros fabris, do isolamento dos edifícios de moagem com painéis acústicos, da instalação de silenciadores em ventiladores e de canópias em equipamentos diversos e da transformação de arrefecedores de satélites em arrefecedores de grelha, nos casos em que, do ponto de vista económico, tal se justifica.
- **Melhor integração/recuperação paisagística e arranjos interiores** – através do recurso à plantação de écrans arbóreos nos perímetros fabris e à criação de zonas ajardinadas no interior e exterior das fábricas, bem como de novos enquadramentos arquitectónicos e pinturas, susceptíveis de contribuir para uma melhor integração dos edifícios e unidades fabris no seu meio envolvente. Em Portugal, está em curso a adaptação da exploração das pedreiras ao novo regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais (Decreto-Lei n.º 270/2001), tendo prosseguido, a ritmo acelerado, a recuperação paisagística das pedreiras, mediante a regularização das bancadas exploradas, a plantação de espécies adaptadas às condições do solo e do clima locais e a criação de condições que favoreçam a recolonização espontânea da terra por espécies autóctones. Pretende-se, desta forma, recriar, na medida do possível, o coberto vegetal anteriormente existente nestes locais, de modo a poder vir a atrair, no futuro, alguma da fauna originalmente existente na região.
- **Monitorização ambiental** – através da instalação de diversos equipamentos de amostragem integrados na Rede da Qualidade do Ar das fábricas e de medidores *on-line* destinados à monitorização, em contínuo, da concentração de partículas totais na atmosfera, no interior do perímetro fabril. No ano de 2002, cerca de 90% das fontes fixas de emissão das fábricas em Portugal passaram a dispor de sistemas de monitorização, em contínuo, da poluição atmosférica. Também neste ano, procedeu-se à elaboração de mapas de ruído para as três fábricas de cimento existentes em Portugal, o que permitirá identificar as medidas mais eficazes de minimização da poluição sonora.

O montante total investido, em Portugal (CIMPOR Indústria), na melhoria ambiental das fábricas e entrepostos, ascendeu, em 2002, a 17,4 milhões de euros, equivalentes a cerca de 46% do valor total dos investimentos industriais realizados por esta Área de Negócio.



4.3.

A CIMPOR como membro do WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*

A CIMPOR apoia o conceito de desenvolvimento sustentável como forma de atender, em pé de igualdade, a preocupações de âmbito económico, ambiental e social no exercício da sua actividade.

A adesão, em 1998, do Grupo CIMPOR ao WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável) faz parte desse compromisso.

Iniciado em 1999, o projecto designado por “Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento” (*CSI – Cement Sustainability Initiative*) constitui um contributo de dez das principais cimenteiras mundiais, entre as quais a CIMPOR, que, trabalhando sob a égide do WBCSD, pretendem progredir rumo ao desenvolvimento sustentável.

Embora todas estas empresas tenham vindo a desenvolver, ao longo dos últimos anos, projectos neste domínio, a “Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento” representa a oportunidade de, pela primeira vez, reunirem esforços no sentido de, em conjunto, enfrentarem desafios comuns a todo o sector e à sociedade em geral. Após haverem desenvolvido um programa de investigação independente e de consulta das partes interessadas, as referidas empresas subscreveram e lançaram, em Julho de 2002, um “Plano de Acção” a que chamaram *Our Agenda for Action*, onde se encontram identificadas seis áreas-chave para o progresso rumo a uma sociedade mais sustentável: Protecção Climática, Combustíveis e Matérias-Primas, Saúde e Segurança dos Colaboradores, Redução de Emissões, Impactos a Nível Local e Processos Empresariais Internos.

Relativamente a cada uma destas áreas, para as quais foram constituídos grupos de trabalho específicos, envolvendo especialistas do sector e individualidades exteriores ao mesmo, vão ser desenvolvidos por aquele conjunto de empresas diversos projectos conjuntos e acções individuais de implementação, de acordo com a enumeração de temas constante do Plano de Acção. Entre outros, destacam-se o Protocolo de CO₂ e as directrizes relativas à utilização de Combustíveis e Matérias-Primas, à Saúde e Segurança, à avaliação dos Impactos Ambiental e Social e ao desenvolvimento de Indicadores de Desempenho (*KPI's*).

A *CSI* produzirá, em 2007, um relatório global sobre o avanço de cada um dos projectos, bem como um plano de trabalho para os cinco anos seguintes, documento este que será precedido, em 2005, de um relatório intercalar.

Reconhecendo o interesse deste tipo de iniciativas, consentâneas com os princípios e os objectivos do Desenvolvimento Sustentável, as Nações Unidas, na Cimeira da Terra de Joanesburgo, atribuiu à *CSI*, a qual ocupa oito das secções da chamada Agenda 21, a classificação de Parceria de Tipo II, incluindo no respectivo *site* (www.johannesburgsummit.org) um resumo deste projecto.

A iniciativa continuará a desenvolver-se sob a égide do WBCSD, em cujo *site* (www.wbcscement.org) poderá obter-se informação permanentemente actualizada sobre o progresso dos trabalhos.



4.4. Relações com a Comunidade

A CIMPOR, consciente da necessidade de ligação ao meio social onde se insere e das responsabilidades para com as populações com que diariamente se relaciona, tem vindo a intensificar, ao longo dos anos, uma relação privilegiada com as comunidades envolventes das suas instalações, desenvolvendo um conjunto de acções de significativa importância, inclusive a nível nacional, em vários domínios:

Apoio Social

- Contribuições sócio-económicas destinadas às mais diversas entidades e instituições (caso de escolas, hospitais, igrejas e bombeiros), inseridas nas comunidades envolventes das fábricas do Grupo;
- Financiamento (num montante de 50.000 euros) da reabilitação do Mercado da Vila, em Souselas;
- Investimentos em diversas infraestruturas destinadas a reduzir o impacto do ruído e do tráfego rodoviário junto das comunidades locais, bem como o impacto visual das suas instalações.

Diálogo com a Comunidade Envolvente

- Apoio à revitalização da Ilha do Bispo, pequena povoação carente e com um índice de marginalidade relativamente elevado, situada junto à fábrica de João Pessoa, no Brasil, através de um ambicioso projecto de índole social designado por “Comunidade Promovendo a Vida”, que oferece assistência a 320 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos; o referido apoio traduziu-se na doação de terrenos e na reabilitação e construção de edifícios com finalidades tão variadas como a habitação, o ensino e o acolhimento de crianças, tendo dado igualmente origem a uma parceria com a “Amazona” (ONG que actua no domínio da prevenção da SIDA e de outras doenças sexualmente transmissíveis);
- Recuperação, também no Brasil, de uma Área de Preservação Permanente (“zona de mangue”, rica em espécies animais e vegetais), conhecida como a Fazenda da Graça, e que se traduziu na restauração de uma capela secular e de diversas vivendas coloniais, na catalogação das espécies vegetais existentes (com o apoio de biólogos da universidade local), na criação de viveiros para as espécies vegetais mais raras e na plantação de flora variada da região;
- No cumprimento do protocolo assinado, no Brasil, entre a CIMPOR e a UNICEF, continuação das acções de inserção, nos sacos de cimento e argamassas secas, de mensagens (escolhidas por aquela Instituição) relacionadas com a defesa dos direitos das crianças e dos jovens (“Criança tem que estar na escola”);



- Promoção de visitas de alunos às áreas de reflorestação da fábrica de Candiota, no Rio Grande do Sul (Brasil), envolvendo uma componente de formação sobre as características das espécies locais;
- Estabelecimento de uma parceria com o Exército brasileiro, e com o apoio da comunidade, designada por “Programa Pelotão Esperança” e destinada a apoiar as crianças mais carentes;
- Participação dos colaboradores da CIMPOR Brasil em diversas acções de voluntariado junto das comunidades locais: campanhas para a arrecadação de brinquedos, agasalhos e mantimentos para crianças e idosos; promoção de festas de Natal e do Dia da Criança; prestação de serviços voluntários em escolas públicas e na construção e limpeza de instituições religiosas e escolas municipais; participação na preparação e distribuição de cabazes de bens essenciais a comunidades carenciadas, bem como na promoção de eventos destinados à recolha de fundos com idêntico objectivo, etc.;
- Em Portugal, a CIMPOR Indústria realiza anualmente um inquérito ao “Impacto da Empresa na Sociedade”, no âmbito do seu modelo EFQM de Gestão pela Qualidade Total, dirigido às comunidades envolventes das suas instalações; trata-se de um dos principais instrumentos utilizados pela CIMPOR Indústria para melhor conhecer o impacto da sua actividade nas referidas comunidades (e.g., cidadãos, empresas industriais e de serviços, empreiteiros, fornecedores, clientes, bombeiros, polícia, comércio, escolas, universidades, municípios e juntas de freguesia, clubes desportivos e outras instituições públicas e privadas), num raio de 30km, e que permite à empresa monitorar de forma contínua a evolução desse mesmo impacto;
- Adopção de uma política de “Porta Aberta”, com a promoção de visitas, guiadas e em grupo, aos Centros de Produção, com o objectivo de melhor dar a conhecer ao público interessado (e.g., escolas, liceus, universidades, organizações locais, grupos de cidadãos e ONG’s) a forma como a empresa desenvolve a sua actividade diária, com especial relevo para os aspectos ambientais e de higiene e segurança;
- Promoção da facilidade de acesso às instalações dos clubes desportivos criados para os colaboradores da empresa por parte de jovens das comunidades locais, proporcionando-lhes a prática regular de actividades tão variadas como a ginástica desportiva e acrobática, a natação, os desportos náuticos, o futebol e o ténis de mesa; dentro desta mesma política, foi empreendida, em 2002, a remodelação completa das piscinas do Alhandra Sporting Club;
- Disponibilização, através da sua Colónia de Férias de São Martinho do Porto, em Portugal, de um período anual de duas semanas de férias de Verão aos filhos dos colaboradores da empresa; a Colónia de Férias, encontra-se aberta, ao longo do ano, a jovens de escolas, colectividades e escuteiros de todo o país, para o exercício de actividades ao ar livre naquela região;
- Realização de reuniões dos directores das fábricas com responsáveis municipais, das juntas de freguesia e de associações locais, visando a identificação e resolução de questões de interesse comum;



- Promoção de reuniões periódicas entre os directores das fábricas e directores de indústrias da região, para a obtenção de uma visão geral sobre as questões de maior importância regional e a partilha de experiências em áreas tão variadas como a formação profissional, higiene e segurança, aspectos sociais relacionados com a habitação e emprego, ambiente e legislação de âmbito geral;
- Incentivo a oportunidades de colaboração com fornecedores e prestadores de serviços locais, envolvendo-os nas campanhas anuais de manutenção dos diferentes Centros de Produção e nos trabalhos de montagem incluídos nos projectos industriais de desenvolvimento do Grupo;
- Disponibilização, para consulta, às entidades oficiais de todos os dados, medidos e registados periodicamente por entidades independentes, referentes aos componentes poluentes dos efluentes emitidos pelas fábricas da empresa.

Apoio na Área da Formação de Jovens e Recém-Licenciados

- Concessão de estágios remunerados a universitários e a jovens residentes nas zonas de implantação das fábricas;
- Presença em Feiras de Emprego, destinadas a apresentar o Grupo e as oportunidades de emprego existentes.

Recuperação do Património Construído e Apoio Mecenático

- Participação em diversas acções de filantropia e mecenato, contribuindo para o restauro de alguns dos mais importantes monumentos do património histórico e cultural português, como foram os casos da Torre de Belém (1996/97), do claustro do Mosteiro dos Jerónimos (1999/2001), do carrilhão do Convento de Mafra (1993), da Igreja da Madre de Deus (1999/2001) e dos jardins envolventes da Fundação de Serralves (2000/01), da qual a CIMPOR é Membro Fundador (1994);
- Patrocínio, segundo critérios de proximidade às instalações do Grupo, de alguns eventos de interesse cultural (concertos, exposições e acontecimentos desportivos) ou de natureza técnica e ambiental (conferências e seminários);
- Apoio a diversas iniciativas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia das zonas envolventes das fábricas do Grupo.

Colaboração com Universidades e Outras Entidades Científicas

- Contribuições para a comunidade científica, designadamente universidades e outras instituições de ensino, através de apoio financeiro a alguns dos seus programas, cursos de pós-graduação, estudos específicos e seminários.



5. Recursos Humanos do Grupo

A estratégia de internacionalização e o crescimento da capacidade instalada do Grupo através da aquisição de novas unidades produtivas em diferentes países tornam a gestão dos Recursos Humanos uma alavanca indispensável ao sucesso empresarial que, de forma sustentada, se pretende atingir.

Neste sentido, a gestão dos Recursos Humanos do Grupo assenta essencialmente na definição de políticas que permitam o desenvolvimento da sua estratégia e na adequação de práticas que viabilizem a prossecução dos objectivos visados. A reorganização dos processos de trabalho, com total aproveitamento das sinergias disponíveis, o alargamento das competências individuais dos colaboradores através da sua responsabilização (aliada à definição de objectivos) e o investimento na área da formação (ao nível geral das novas tecnologias, da área comportamental e das exigências técnicas da actividade) têm constituído as bases essenciais dessa gestão.

Por outro lado, o aumento da dimensão do Grupo, com a conseqüente dispersão geográfica e linguística, tem exigido à organização e, em particular, à gestão dos Recursos Humanos, a aplicação de uma política de movimentação de pessoal entre os diferentes países que promova a divulgação dos valores e da cultura CIMPOR e, em simultâneo, proporcione oportunidades de carreira internacional e um eficiente aproveitamento das competências e talentos individuais dos colaboradores.

Evolução do Número de Colaboradores por Áreas de Negócio

(31 de Dezembro)

Número de Colaboradores	2002	2001	Var.
Serviços Centrais	136	121	12,4 %
Portugal	1.867	1.890	- 1,2 %
Holding	43	31	38,7 %
Cimento	857	858	- 0,1 %
Betões e Agregados	779	822	- 5,2 %
Argamassas e Gessos	36	23	56,5 %
Outras Actividades	152	156	- 2,6 %
Área Internacional	4.018	3.961	1,4 %
Espanha	720	729	- 1,2 %
Marrocos	262	255	2,7 %
Tunísia	241	245	- 1,6 %
Egipto	832	1.204	- 30,9 %
Brasil	1.095	949	15,4 %
Moçambique	572	579	- 1,2 %
África do Sul	296	-	S.S.
Outras Actividades	1	2	- 50,0 %
TOTAL	6.022	5.974	0,8 %



Esta política de mobilidade – exigindo uma disponibilidade de quadros, em número e com as competências necessárias às exigências do processo de internacionalização do Grupo – contribui, por outro lado, e de forma decisiva, para a sustentabilidade do investimento que tem vindo a ser feito na melhoria, aproveitamento e desenvolvimento do seu potencial humano, constituindo um dos factores mais marcantes na promoção da partilha global do *know-how* individual e colectivo, reconhecendo-se neste último um dos activos mais importantes do Grupo CIMPOR.

Em Dezembro de 2002, o Grupo contava com um total de 6.022 colaboradores, dois terços dos quais fora de Portugal (sem consideração, ainda, do pessoal afecto às três unidades produtivas adquiridas em Espanha). Relativamente à situação que se verificava um ano antes, constata-se um aumento de 48 efectivos (0,8%), justificado pela alteração do perímetro do Grupo (entrada da África do Sul), pelas aquisições efectuadas no Brasil, pela entrada em funcionamento da central de betão de Casablanca (Marrocos) e pela expansão, em Portugal, da actividade de produção e comercialização de argamassas e gessos.

De salientar, igualmente, para além da centralização, que se verificou em Portugal, de algumas áreas funcionais de apoio, anteriormente dispersas por diversas actividades, o prosseguimento do esforço de racionalização do número de efectivos, sobretudo no Egipto, onde este esforço se traduziu numa redução de 372 colaboradores (mais de 30% do número existente no final de 2001).

Por actividades, verifica-se que cerca de dois terços dos colaboradores, com uma tendência ligeiramente decrescente, estão afectos à produção e comercialização de cimento e perto de um sexto à actividade de betão pronto. No primeiro caso, e apesar das aquisições efectuadas, o número de efectivos diminuiu, em 2002, quase 3% (fruto do esforço de racionalização supra referido), enquanto, no segundo caso, e na sequência da compra de quinze centrais no Brasil e da entrada em funcionamento da nova central de Casablanca (Marrocos), o número de colaboradores aumentou 12,5%. Este acréscimo terá sido, aliás, ainda mais significativo, já que, em 2002, em Portugal, alguns dos colaboradores classificados como afectos a esta actividade transitaram para os serviços centrais (o que, conjuntamente com o reforço da área administrativa do Brasil, justifica a subida do número de efectivos atribuídos a estes serviços).

Evolução do Número de Colaboradores por Actividade

(31 de Dezembro)

	2002		2001		Var.
	Número	%	Número	%	
Cimento	4.047	67,2	4.169	69,8	- 2,9 %
Betões	998	16,6	887	14,8	12,5 %
Agregados	367	6,1	375	6,3	- 2,1 %
Argamassas e Gessos	63	1,0	48	0,8	31,3 %
Out. Actividades	228	3,8	222	3,7	2,7 %
Serviços Centrais	319	5,3	273	4,6	16,8 %
TOTAL	6.022	100,0	5.974	100,0	0,8 %



6. Política Financeira e de Gestão de Riscos

6.1.

Gestão da Dívida Financeira

Em 2002, a gestão da dívida financeira do Grupo visou, essencialmente, os seguintes objectivos:

- Assegurar os meios financeiros necessários às aquisições efectuadas ou contratadas durante o ano;
- Refinanciar a dívida de curto prazo, vencida em 2002;
- Contratar operações de financiamento, em moeda local, nos diversos países onde o Grupo realizou investimentos de montante significativo, criando, assim, situações de *hedging* natural;
- Aumentar, através das novas operações contratadas, a maturidade média da dívida financeira do Grupo.

Assim, em Junho, foram contratados dois créditos bilaterais, pelo prazo de três anos, em regime *bullet*, num total de 300 milhões de euros, tomados maioritariamente pela CIMPOR Financial Operations BV e aplicados na amortização de dívidas de curto prazo, contraídas por aquela empresa no ano anterior, e no financiamento da aquisição da Natal Portland Cement (África do Sul).

Em Dezembro, procedeu-se à negociação e contratação de outros dois créditos bilaterais – um no montante de 150 milhões de euros, pelo prazo de um ano e uma semana, e outro no valor de 50 milhões de euros, pelo prazo de cinco anos, em regime de amortização semestral a partir do final do terceiro ano – que foram tomados maioritariamente pela Corporación Noroeste e tiveram como finalidade a liquidação das aquisições efectuadas na Andaluzia (Espanha).

No final do ano, o montante da dívida financeira líquida, consolidada, era de cerca de 1.150 milhões de euros (ainda sem o efeito de parte das referidas aquisições), o que traduz um aumento de pouco mais de 90 milhões de euros relativamente ao valor registado no final de 2001 e revela de forma clara o equilíbrio conseguido entre a geração de *cash flow* e os montantes aplicados durante o ano em investimentos correntes, aumentos de capacidade e aquisições de empresas.

A este equilíbrio se deve, igualmente, não apenas a contratação das novas operações de financiamento em condições de custo pouco onerosas, como também o cumprimento dos *covenants* financeiros previstos nos contratos em vigor, assim como dos rácios e indicadores mais relevantes para a Standard & Poor's, agência que, em 2002, manteve o *rating* de longo prazo da CIMPOR em BBB+, com a sua colocação em situação de "*CreditWatch with negative implications*" a partir de Novembro, na sequência da assinatura dos contratos de compra e venda dos activos adquiridos em Espanha. Entretanto, já em 2003, a Standard & Poor's, após análise das implicações de tal aquisição, viria a confirmar a manutenção do referido *rating*, retirando-o da situação de *CreditWatch* e atribuindo à CIMPOR um "*Outlook Stable*".



Ainda no capítulo da gestão do passivo financeiro de médio/longo prazo, realce-se a contratação de diversas operações nos países onde estão em curso projectos de aumento de capacidade e cuja negociação se iniciara já em 2001:

- No Brasil, a obtenção de um crédito de médio e longo prazo, no montante de 59,7 milhões de reais, para financiamento dos investimentos em curso na fábrica de Campo Formoso;
- No Egipto, a contratação de uma operação bancária a sete anos, no montante de 180 milhões de libras egípcias, destinada à nova linha de produção de clínquer que está a ser construída pela Amreyah Cimpor Cement Company;
- Em Moçambique, a colocação, no mercado doméstico, de um empréstimo obrigacionista de 238 mil milhões de meticais, visando a reestruturação do passivo financeiro da Cimentos de Moçambique, SARL.

Apesar de não se haver concretizado qualquer operação de financiamento ao abrigo do Programa de *Medium Term Notes*, existente desde o final de 1999, procedeu-se, em 2002, à respectiva actualização – mediante a revisão de todos os textos dos contratos que o integram e a preparação de um novo *Information Memorandum*, distribuído pelos *dealers* e por potenciais investidores – pelo que o referido Programa está inteiramente em condições de ser utilizado, logo que tal seja considerado necessário.

No âmbito da dívida de curto prazo, foi assegurado o processo de renovação anual dos Programas de Papel Comercial, no montante global de 375 milhões de euros, bem como da respectiva notação de *rating* (mantida em A-2 durante todo o ano), atribuída pela Companhia Portuguesa de Rating. Estes Programas, conjuntamente com o sistema de *cash-pooling*, igualmente renegociado em 2002, constituíram as principais fontes de financiamento de curto prazo das empresas que actuam em Portugal, com destaque para a CIMPOR *Holding* e para a CIMPOR Indústria.

A gestão dos veículos financeiros do Grupo no exterior – a CIMPOR Financial Operations BV (Holanda) e a CIMPOR Finance Limited (Irlanda) – prosseguiu nos moldes habituais. A primeira é a principal empresa do Grupo no que respeita à tomada de dívida no mercado internacional, merecendo relevo, nesta matéria, a criação, em 2002, de um sistema de circulação de fundos no seio do Grupo, o qual veio possibilitar a alocação da referida dívida às empresas que, para prosseguirem a sua estratégia de desenvolvimento, necessitam daqueles fundos.

Segue-se um quadro-resumo com os dados relativos às principais operações financeiras registadas no passivo consolidado do Grupo:

Dívida Financeira em 31 de Dezembro de 2002

(excluindo Descobertos, Contas - Correntes e *Cash - Pooling*)

Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
CIMPOR HOLDING					
Papel Comercial	EUR	66.000,00	Diversos	Diversas	Euribor + 0,25%
Empréstimo Bancário	EUR	12.500,00	Jun-02	Jun-05	Euribor + 0,675%
Empréstimo Bancário	EUR	5.000,00	Jun-02	Jun-05	Euribor + 0,60%
Empréstimo Bancário	EUR	1.246,99	Nov-99	Nov-04	Euribor + 0,33%
Financiamento Bonificado	EUR	748,20	Out-02	Jul-06	–
Empréstimo Bancário	EUR	5.000,00	Dez-02	Jan-04	Euribor + 0,75%
Empréstimo Bancário	USD	10.981,27	Jun-97	Mar-03	Libor + 0,75%
TOTAL	EUR	100.966,51			



Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
CIMPOR, BV					
Syndicated Loan	EUR	135.000,00	Jun-01	Jun-03	Euribor + 0,40%
Empréstimo Bancário	EUR	113.500,00	Jun-02	Jun-05	Euribor + 0,675%
Empréstimo Bancário	EUR	45.000,00	Jun-02	Jun-05	Euribor + 0,60%
Syndicated Loan	EUR	334.484,00	Jun-00	Jun-05	Euribor + 0,40%
Empréstimo Bancário	EUR	124.000,00	Jun-02	Jun-05	Euribor + 0,675%
Syndicated Loan	USD	125.000,00	Jun-00	Jun-05	Libor + 0,40%
TOTAL	EUR	871.179,19			

PORTUGAL

Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
CIMPOR INDUSTRIA					
Papel Comercial	EUR	40.000,00	Diversos	Diversas	Euribor + 0,25%
Financiamento Bonificado	EUR	8.861,98	Out-01	Out-07	-
TOTAL	EUR	48.861,98			
OUTRAS EMPRESAS					
Diversos	EUR	6.371,40	Diversos	Diversos	Diversas
Diversos	USD	115,57			
TOTAL	EUR	6.481,61			

ESPAÑA

Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
CORPORACIÓN NOROESTE					
Syndicated Loan	EUR	138.032,04	Jun-00	Jun-05	Euribor + 0,40%
Empréstimo Bancário	EUR	48.000,00	Dez-02	Dez-07	Euribor + 0,50%
Empréstimo Bancário	EUR	145.000,00	Dez-02	Jan-04	Euribor + 0,75%
TOTAL	EUR	331.032,04			
OUTRAS EMPRESAS					
Diversos	EUR	2.313,29	Mai-01	Mai-06	Euribor + 0,75%
TOTAL	EUR	2.313,29			
TOTAL ESPAÑA	EUR	333.345,33			

BRASIL

Financiamento	Moeda	Montante (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
COMP. CIMENTOS DO BRASIL					
Investimento Industrial	BRL	37.602,48	Diversos	Diversas	Diversas
Benefício Fiscal Fomentar	BRL	9.303,38	Diversos	Diversas	2,40%
TOTAL	EUR	12.634,92			
OUTRAS EMPRESAS					
Diversos	BRL	4.178,87	Diversos	Diversas	Diversas
TOTAL	EUR	1.125,65			
TOTAL BRASIL	EUR	13.760,57			



EGIPTO					
Financiamento	Moeda	Montante (10³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
AMREYAH					
Empréstimo Bancário	EGP	130.000,00	Dez-02	Jun-08	Caibor + 1,125%
Empréstimo Bancário	EGP	6.939,00	Jun-88	Jun-05	9,50%
Empréstimo Bancário	EGP	15.444,00	Jun-89	Jun-05	10,00%
Empréstimo Bancário	EGP	158,00	Jun-90	Jun-05	11,70%
TOTAL	EUR	31.416,13			
OUTRAS EMPRESAS					
Diversos	EGP	7.500,00	Mar-02	Mar-03	CIB Base Rate
TOTAL	EUR	1.544,64			
TOTAL EGIPTO	EUR	32.960,77			
MOÇAMBIQUE					
Financiamento	Moeda	Montante (10³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE					
Empréstimo Bancário	USD	18.500,00	Set-00	Set-05	2,38%
Empréstimo Bancário	MZM	43.665.588,00	Out-94	Out-04	11,45%
Empréstimo Obrigacionista	MZM	238.000.000,00	Jun-02	Dez-06	34,33%
TOTAL	EUR	29.297,01			
OUTRAS EMPRESAS					
Diversos	USD	15.485,35	Diversos	Diversas	Diversas
TOTAL	EUR	14.766,24			
TOTAL MOÇAMBIQUE	EUR	44.063,25			
TOTAL	EUR	1.451.619,21			

6.2. Política de Gestão de Riscos

Os anteriores Relatórios de Gestão do Grupo CIMPOR têm evidenciado de forma clara os princípios basilares da política de cobertura dos riscos de carácter financeiro e patrimonial susceptíveis de afectar o bom desempenho das empresas do Grupo.

Gestão dos Riscos Financeiros

Na gestão dos riscos financeiros, continuaram a seguir-se os mesmos princípios de anos anteriores, designadamente: prioridade sobre os riscos que têm impacto nos resultados; procura de situações de *hedging* natural, através da contratação local de dívida financeira; cobertura mínima de 50% de potenciais alterações do valor de activos monetários; cobertura integral dos fluxos de curto prazo em moeda estrangeira; e cobertura dos riscos de taxa de juro decorrentes da gestão da dívida financeira.



No entanto, o elevado grau de incerteza – traduzido numa enorme volatilidade dos mercados – que, em 2002, caracterizou a conjuntura económica internacional, para além do adiamento da recuperação das principais economias mundiais e da persistência de situações de tensão localizadas, com efeitos significativos no valor das moedas de alguns dos países onde a CIMPOR está presente (em especial, Brasil e Egipto), conduziram a algum reequacionamento da referida política.

Assim, foi decidido que, sem prejuízo da prioridade atribuída aos riscos susceptíveis de afectar os resultados líquidos do Grupo, pudessem ser igualmente objecto de cobertura, de forma mais activa e permanente, os riscos cambiais com impacto potencial no valor contabilístico da situação líquida consolidada.

Neste sentido, foi efectuada uma primeira operação de cobertura do risco cambial subjacente ao investimento realizado no Brasil, abrangendo cerca de metade da situação líquida do Grupo implicitamente denominada em reais, e que visou proteger o valor do referido investimento da desvalorização que, particularmente no segundo semestre do ano, caracterizou o comportamento da moeda brasileira.

Esta preocupação de cobertura dos riscos susceptíveis de afectar o Balanço Consolidado será prosseguida no futuro, através da tomada de posições de *hedging* mais ou menos estáveis, dependendo da percepção de risco que venha a resultar de cada caso concreto, da diferente valorização dessas posições ao longo do tempo e da necessidade de gerir, de forma dinâmica, as referidas coberturas, de modo a tirar partido das oportunidades de mercado mais favoráveis.

Entre as operações de cobertura dos riscos financeiros que já vinham sendo correntemente praticadas em anos anteriores, merecem destaque as seguintes:

No âmbito do risco cambial:

- Cobertura do serviço da dívida financeira que a empresa brasileira CCB mantém perante a CIMPOR Finance Limited (Irlanda), a qual, no final do ano, ascendia a cerca de 5 milhões de dólares, correspondentes a, aproximadamente, 22% do total das responsabilidades vincendas em 2003;
- Aproveitando o aumento da volatilidade das taxas de juro domésticas do dólar nas últimas semanas de 2002 e os excedentes de tesouraria de que a CCB então dispunha, foi decidido efectuar algumas aplicações internas em dólares (num total de 10 milhões), que virão a ser utilizadas no cumprimento do serviço da dívida perante a CIMPOR Finance, reforçando assim (para cerca de dois terços do respectivo total) a cobertura cambial das referidas responsabilidades vincendas em 2003;
- Contratação – em meados de Junho, no âmbito da montagem de um novo *Floating Rate Note*, no valor de 20 milhões de euros, emitido pela CCB e tomado pela Cimpor Finance – de um *cross-currency swap* para reais, destinado a eliminar integralmente o risco cambial daquela operação;
- Cobertura do risco inerente ao pagamento, em rands, de 32,8% do capital da Natal Portland Cement.



No âmbito do risco de taxa de juro:

- Prosseguimento de uma gestão dinâmica da carteira de produtos derivados (cobrindo cerca de 30% da dívida financeira do Grupo), visando a manutenção de um nível confortável de *hedging*, em termos do binómio *cash flow/market value*;
- Contratação, já no final do ano, de uma operação suplementar, no valor de 50 milhões de euros (correspondente a parte da dívida contraída na sequência das aquisições efectuadas em Espanha), traduzida na compra de um *swap* a taxa fixa, aproveitando uma situação de mercado favorável.

Gestão dos Riscos Patrimoniais

No final de 2001, e na sequência dos acontecimentos de 11 de Setembro, as principais companhias participantes no processo de renegociação das diferentes apólices de seguro que integram os programas globais do Grupo, exigiram, para a sua manutenção nos referidos programas, acréscimos incomportáveis dos respectivos prémios, acompanhados de reduções significativas no tipo de coberturas consideradas.

Esta situação obrigou o Grupo a reequacionar a sua política de gestão dos riscos operacionais e patrimoniais – relativamente aos seguros de danos materiais e de perdas de lucros colocados no mercado internacional – conduzindo-o a optar por diferentes alternativas, baseadas no aumento significativo dos níveis de auto-seguro e na colocação, junto de seguradoras internacionais, apenas dos grandes riscos (através do estabelecimento de franquias mais elevadas).

Neste contexto, procedeu-se, no início do ano, à criação da CIMPOR Reinsurance – uma empresa “cativa” de resseguro, com sede no Luxemburgo e participada a 100% pelo Grupo CIMPOR – a qual passou a assumir, directamente, os riscos de danos materiais e de avaria de máquinas, com limites de indemnização até cinco milhões de euros. Acima deste montante, as coberturas de danos materiais e de perda de lucros foram colocadas no mercado internacional de resseguro.

O estabelecimento de uma “cativa” de resseguro no Grupo CIMPOR representa um avanço significativo no processo de racionalização da gestão dos riscos patrimoniais, com o objectivo de minimização dos respectivos encargos, entendidos estes como a soma de todos os custos necessários para se evitar ou reduzir as consequências económicas do risco. A “cativa” constitui ainda um centro gerador de benefícios financeiros, em resultado da aplicação dos prémios que recebe das diferentes Áreas de Negócio e da possibilidade de criação de um sistema de circulação de fundos, através de financiamentos concedidos pela “cativa” às empresas do Grupo.

Para além do seguro de excesso de danos materiais e de perdas de lucros, o seguro global de responsabilidade civil perante terceiros foi igualmente colocado em companhias seguradoras internacionais, um e outro em condições de limites de indemnização equivalentes às do ano anterior e continuando a assegurar-se o mesmo nível de coberturas para todas as operações desenvolvidas nos diversos países.

Foi também renegociado o seguro global de responsabilidade civil de administradores e directores do Grupo, com o ajustamento de algumas coberturas, o que permitiu conter o aumento do respectivo prémio em limites razoáveis.



Nas diferentes Áreas de Negócio, dada a especificidade das respectivas legislações e das condições contratuais dos trabalhadores, manteve-se a colocação em companhias locais dos seguros de natureza pessoal, dos seguros de viaturas e de outros de natureza diversa.

Ao nível da *Holding*, prosseguiram os esforços de optimização do programa de gestão dos riscos de carácter operacional e patrimonial, incluindo a identificação dos recursos materiais, técnicos e humanos sujeitos a risco, a análise e avaliação do grau de exposição a que está submetido cada recurso empresarial, a valorização das perdas previsíveis em caso de sinistro e a ponderação das diferentes alternativas que, em cada momento, sejam consideradas as mais indicadas à cobertura dos riscos.

7. Tecnologias de Informação

Em 2002, a actuação da Área de Sistemas de Informação foi particularmente relevante e abrangente, tanto ao nível da evolução dos atributos físicos do *hardware* instalado, traduzida na actualização das infra-estruturas, equipamentos e comunicações, como ao nível da componente lógica e funcional dos sistemas de informação. Os serviços prestados por esta Área abrangeram cerca de 80 empresas, em Portugal e Espanha, correspondentes a, aproximadamente, 1.500 postos de trabalho, 60 servidores e 30 LAN's.

A actividade da Área Lógica de Sistemas de Informação foi essencialmente centrada na implementação de novos projectos SAP, quer através do *roll-out*, para algumas das novas empresas do Grupo, de soluções já instaladas noutras empresas, quer mediante a introdução de novas funcionalidades, numa óptica de aproveitamento de sinergias e de oportunidades de melhoria. Identificam-se, de seguida, os projectos e actividades considerados de maior relevância:

- *Upgrade* do SAP/R3 para a *release* 4.6C, abrangendo todas as empresas do Grupo em Portugal e Espanha, com a realização simultânea de acções de formação a todos os utilizadores-chave e finais, tendo-se procedido, paralelamente, à revisão, actualização e uniformização de toda a documentação sobre o SAP, de forma a melhorar os meios de apoio aos utilizadores do sistema e, assim, assegurar uma mais correcta e eficiente utilização do mesmo;
- Visando a minimização dos custos e riscos inerentes à introdução manual de dados no sistema, bem como a automatização dos fluxos logísticos, a integração dos fluxos financeiros, a normalização da codificação do Grupo e a simplificação do processo de consolidação de contas, lançou-se o projecto designado por “Diagnóstico de Processos de *Intercompany*”, após o qual foi dado início à implementação de um protótipo; as próximas etapas corresponderão ao *roll-out* desse protótipo para todas as empresas em que existam relações inter-Grupo;
- De acordo com a estratégia definida superiormente para a Área de Sistemas de Informação, a qual prevê a consagração do sistema SAP R/3 como ERP do Grupo (visando a uniformização e integração em tempo real das operações de todas as empresas que o constituem), procedeu-se ao lançamento e arranque do projecto de implementação do SAP nos Açores e em Moçambique;



- Na sequência do projecto SISO, lançado pela Direcção de Pessoal da CIMPOR Indústria no âmbito da sua política de prevenção de acidentes e doenças profissionais, integrando as áreas da saúde, higiene e segurança no trabalho, procedeu-se à implementação do módulo EH&S (*Environment, Health and Security*) da SAP;
- Arranque da Fase II do projecto SIPET (Sistema Integrado de Planificação, Expedição e Transportes), correspondente ao desenvolvimento e implementação do caderno de encargos concluído em 2001, e lançamento do projecto “*Self-Service Total*”, que, em conjugação com aquele, irá permitir a automatização, na actividade de cimento, de todo o sistema de cargas a clientes, entradas de matérias-primas e transferências de produtos para o aprovisionamento dos entrepostos.

Nesta Área, deve ainda destacar-se a realização de um ambicioso programa de formação dos consultores internos do Grupo, através da sua participação em cursos e academias SAP e outros, num total de 15 acções de formação, para um universo de 14 participantes.

A actividade desenvolvida pela Área de Administração de Sistemas, Infraestruturas e Comunicações foi igualmente significativa, salientando-se o seguinte conjunto de trabalhos:

- Renovação da infraestrutura dos edifícios da Sede e do Prior Velho, em Lisboa, e do edifício da Corporación Noroeste, em Vigo (Espanha), com alteração da topologia de rede, de *Token Ring* (16MB) para *Fast Ethernet* (100MB), ao nível dos postos de trabalho, e de *ATM* (155MB) para *Gigabit* (1.000MB), na ligação dos servidores;
- Alteração da topologia de rede, de *Token Ring* para *Fast Ethernet*, nos Centros de Produção de Loulé, Oural e Toral de los Vados;
- Criação de um *backbone* redundante, de forma a assegurar, em caso de necessidade, a ligação ao centro de dados alternativo;
- Início da implementação de uma solução de *Disaster & Recovery*, de modo a garantir que eventuais descontinuidades na operacionalidade do sistema, provocadas por acidentes graves, não tenham qualquer impacto na organização;
- Criação de uma infraestrutura de comunicações que possibilita a transformação das ligações fixo-móvel em móvel-móvel, potenciando assim uma importante redução de custos em todas as instalações do Grupo ligadas à respectiva VPN (*Virtual Private Network*);
- Implementação de uma nova solução de distribuição e actualização automática do *software* antivírus (*Epolicy*) pelos diversos nós da rede;
- Instalação de uma solução de *Citrix* que, além de permitir otimizar o acesso aos sistemas centrais, reduzindo o tráfego na rede e nas comunicações, veio possibilitar a disponibilização, aos utilizadores autorizados para tal, do acesso via *Internet* a todas as aplicações centrais;
- Instalação de uma plataforma WAN (*Wide Area Network*) de gestão da rede, que permite, em tempo real, verificar o estado dos respectivos nós e o nível de desempenho da rede;
- Junção, à WAN, de um conjunto de novos locais, em Portugal (Madeira e Açores) e Espanha (Córdova e Niebla);
- *Upgrade* dos sistemas de segurança (*Firewall, ISA Server e Mail Relay*);



- Definição e implementação (em curso) de uma estratégia de arquivo da base de dados do SAP R/3;
- Colaboração no desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade implementado na CIMPOR Indústria (NP EN ISO 9001:2000), através da utilização de ferramentas electrónicas;
- Implementação do SAP R/3 nas unidades industriais adquiridas em Espanha;
- Conclusão da instalação de cablagem estruturada na fábrica de Alexandria (Egipto);
- Conclusão da implementação do ERP "JD Edward's" na Ciments de Jbel Oust (Tunísia).

8. Eventos Posteriores

Merecem relevo os seguintes factos passados, ou ainda em curso, após o termo do exercício de 2002:

- Em 20 de Dezembro de 2002, foi convocada, a pedido do Conselho de Administração, uma Assembleia Geral de accionistas para o dia 31 de Janeiro de 2003, a fim de deliberar sobre a alteração do Contrato de Sociedade, nos seguintes termos:
 - a) Modificação dos artigos 4º e 7º;
 - b) Aditamento de um novo artigo 12º-A;
 - c) Modificação do n.º 2 do artigo 14º;
 - d) Modificação do n.º 2 do artigo 18º;
 - e) Eliminação do capítulo VI – Disposições Transitórias, e supressão do artigo 22º do contrato social.

A requerimento, apresentado em tempo, da accionista SECILPAR, S.L., e ao abrigo do artigo 378º do Código das Sociedades Comerciais, foram aditados à ordem de trabalhos da referida Assembleia Geral os seguintes pontos:

Ponto dois: Deliberar sobre a revogação dos n.ºs 5 a 8, 10, 12-b) e 13 do artigo 7º e do artigo 8º do contrato de sociedade.

Ponto três: Deliberar sobre o aditamento de um novo artigo 10º-A ao actual contrato de sociedade.

Ponto quatro: Deliberar sobre a alteração ao n.º 4 e aditamento dos n.ºs 5 e 6 ao artigo 12º do actual contrato de sociedade.

Ponto cinco: Deliberar sobre o aditamento de três novos números ao corpo do artigo 13º do actual contrato de sociedade.

Ponto seis: Deliberar sobre o aditamento de um n.º 3 ao artigo 15º do actual contrato de sociedade.

Ponto sete: Deliberar sobre o aditamento de uma nova secção V ao capítulo III e de um artigo 19º-A ao actual contrato de sociedade.



As propostas de alteração dos Estatutos da Sociedade apresentadas pelo Conselho de Administração e incluídas no ponto um da ordem de trabalhos viriam a ser todas aprovadas, enquanto as propostas apresentadas pela accionista SECILPAR, S.L., no âmbito dos restantes pontos da agenda, não o foram.

No seguimento das deliberações tomadas na referida Assembleia Geral, foi entretanto outorgada a escritura de alteração do valor nominal das acções e do número de acções emitidas, tendo sido igualmente já efectuados os registos comerciais de todas as alterações introduzidas no Contrato de Sociedade.

No passado dia 11 de Abril, e na sequência dos referidos actos, a CIMPOR procedeu junto da Interbolsa – Central de Valores Mobiliários ao *stock split* do seu capital social – o qual passou a estar representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um euro – mediante a atribuição a cada accionista de cinco novas acções por cada acção (com o valor nominal de cinco euros) anteriormente detida.

— Em Janeiro de 2003, foi constituída uma nova sociedade de direito egípcio, denominada CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E., destinada à realização de estudos e à prestação de todo o tipo de serviços (designadamente de natureza técnica, financeira, económica, comercial e administrativa), com um capital social de EGP 2.500.000, repartido pelas seguintes sociedades:

CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (45%);

AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E. (45%); e

CIMPOR EGYPT FOR CEMENT, S.A.E. (10%).

— Em 7 de Fevereiro de 2003, a Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., aumentou o respectivo capital social de 680.000 milhões de meticais para 1.000.000 milhões de meticais, através da emissão, ao par, de 32 milhões de novas acções com o valor nominal de 10.000 meticais cada. Na sequência deste aumento de capital, com subscrição reservada aos accionistas, a CIMPOR Internacional passou a deter cerca de 65,4% do capital da Cimentos de Moçambique.

9. Perspectivas para 2003

As perspectivas para 2003 apontam para a possibilidade de recuperação da economia, assente na manutenção de políticas monetárias expansionistas, na maior capacidade das empresas em absorverem choques recessivos e na moderação das pressões inflacionistas. No entanto, a persistência de importantes riscos – entre os quais avultam o prolongamento das tensões político-militares, a incerteza que rodeia a evolução dos mercados emergentes, o efeito de riqueza negativo associado à queda dos mercados bolsistas e os baixos níveis de confiança dos agentes económicos – suscitam ainda muitas dúvidas quanto à proximidade e à sustentabilidade de tal recuperação.



Portugal

Em Portugal, dada a actual conjuntura económica, e perante a ausência de indícios claros de retoma da actividade no sector da construção civil e obras públicas, os níveis de produção e vendas do Grupo – em cimento, betões e agregados – dificilmente se poderão manter. Por outro lado, a quota de mercado dos produtores nacionais de cimento deverá, muito provavelmente, continuar a ser pressionada pelas importações, com consequências sobre o respectivo nível de actividade, que, no entanto, e no caso da CIMPOR, serão consideravelmente atenuadas pelo incremento das exportações, designadamente de clínquer, para abastecimento das unidades adquiridas em Espanha no final de 2002.

Nesta conjuntura, o grande desafio continua a ser o da redução dos *cash costs* operacionais em todas as fases da cadeia de valor, com o objectivo de manter as margens de venda e, por conseguinte, a elevada rentabilidade do Grupo.

Na actividade de produção e comercialização de argamassas, mesmo com as limitações impostas pelo abrandamento geral da economia e, em particular, do sector da construção civil, espera-se que o mercado se mantenha em expansão, como consequência do aumento da taxa de penetração daquele produto.

Espanha

Em Espanha, as perspectivas para 2003 são de desaceleração do sector da construção, principalmente no segmento da habitação, já que os investimentos em infraestruturas deverão manter-se a bom ritmo. Globalmente, a evolução do consumo de cimento deverá ser apenas marginalmente positiva.

A entrada, no perímetro da Corporación Noroeste, em 2003, das fábricas de Córdoba e Niebla e da moagem de Huelva irá, no entanto, conduzir a um crescimento significativo do Volume de Negócios gerado em Espanha, bem como ao aumento (que se estima em perto de 50%) da respectiva contribuição para os resultados do Grupo.

Marrocos

As perspectivas de crescimento da economia marroquina e o lançamento de importantes projectos de investimento em infraestruturas, bem como de fortes medidas de incentivo aos sectores do turismo (visando, designadamente, a renovação das unidades hoteleiras) e da construção (mediante a concessão de incentivos financeiros e fiscais à compra de habitação e a implementação de programas de habitação social, de reestruturação dos bairros sub-equipados e de erradicação das habitações insalubres) permitem antever um ano bastante positivo para esta Área de Negócio.

Tunísia

O ano de 2003, para além da incerteza que rodeia a evolução dos preços de venda do cimento, dado o adiamento da respectiva liberalização por parte do governo tunisino, deverá caracterizar-se por um acréscimo significativo da concorrência, em resultado da finalização de



importantes projectos de optimização e/ou de extensão das capacidades produtivas de alguns dos principais operadores, pelo que não se perspectivam grandes melhorias de rentabilidade nesta Área de Negócio.

Egipto

Antevendo-se alguma estabilização no consumo de cimento e não se esperando grandes alterações do lado da oferta (para além do impacto que o aumento de capacidade, em perto de 1 milhão de toneladas/ano, recentemente efectuado pela empresa egípcia Helwan, ainda terá sobre o mercado), os resultados desta Área de Negócio estarão sobretudo dependentes da disponibilidade de clínquer, próprio e alheio, e do nível de preços de venda que vier a ser praticado.

Brasil

A evolução do sector da construção, em 2003, estará fortemente dependente do clima de estabilidade (ou de incerteza) que irá caracterizar a conjuntura económica brasileira, da sua eventual sujeição a importantes choques externos e da política habitacional que vier a ser implementada pelo novo governo. O elevado défice habitacional do país tem de ser forçosamente combatido, apesar das dificuldades que derivam do facto de grande parte da procura potencial corresponder à população de mais baixos recursos e com menor acesso ao crédito.

De qualquer modo, o impacto dos resultados desta Área de Negócio na rentabilidade global do Grupo estará sempre dependente da evolução da taxa de câmbio da moeda brasileira, que, após um ano de 2002 de forte depreciação, e dada a crescente credibilidade que vem sendo atribuída às políticas económicas adoptadas pelo novo governo, deverá ser no sentido de uma muito maior estabilidade, se não de alguma recuperação, do valor do real.

Moçambique

Para 2003, prevê-se que o mercado continue a crescer a uma taxa de dois dígitos, impulsionando as vendas da Cimentos de Moçambique, igualmente favorecidas pela diminuição das importações provenientes da África do Sul, cujo poder concorrencial foi fortemente afectado pela recente valorização do rand.

Resolvidos que foram os problemas de ordem operacional ocorridos em 2002, existindo fundadas expectativas quanto ao acesso a novas reservas de matérias primas e a uma maior regularidade no respectivo abastecimento e ultrapassadas grande parte das dificuldades de ordem financeira que têm vindo a afectar a rentabilidade da empresa, espera-se que, em 2003, os respectivos resultados registem uma melhoria significativa, passando, inclusive, para valores positivos.

África do Sul

O crescimento esperado do mercado da África do Sul e, em particular, da província de KwaZulu-Natal, aliado à valorização da moeda sul-africana, permitem perspectivar uma importante contribuição desta nova Área de Negócio para os resultados consolidados do Grupo.



10. Nota Final

O Conselho de Administração pretende, por último, deixar aqui uma nota de profundo pesar pelo falecimento, já em 2003, dos Srs. Drs. Adelino Ribeiro Duarte e Miguel da Fonseca Santos Mautempo, responsáveis, ao nível da *Holding*, pelo Gabinete dos Assuntos Jurídicos e pela Direcção Central de Planeamento e Sistemas de Informação, respectivamente, os quais, ao longo dos muitos anos que colaboraram com o Grupo CIMPOR, sempre desempenharam as suas funções com indiscutível mérito, elevada competência e grande dedicação.

Lisboa, 23 de Abril de 2003

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. José Alfredo de Almeida Honório,
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I.





Relatório e Contas Consolidados
2002

III. — Documentos de Prestação
das Contas Consolidadas



Balancos Consolidados

em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(milhares de euros)

		2002		2001	
	NOTAS	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROV. ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de instalação	27	8.225,4	6.411,5	1.813,9	2.365,5
Despesas de investigação e desenvolv.	27	27.069,8	26.634,4	435,4	369,6
Propriedade ind. e outros direitos	27	7.111,8	3.241,7	3.870,1	4.526,6
Imobilizações em curso	27	81,1	-	81,1	594,5
Diferenças de consolidação	10, 27	1.256.458,4	300.123,4	956.335,0	764.941,1
		1.298.946,5	336.411,0	962.535,5	772.797,3
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e recursos naturais	27, 42	212.774,7	30.441,2	182.333,5	186.899,8
Edifícios e outras construções	27, 42	1.095.975,8	777.394,4	318.581,4	355.422,6
Equipamento básico	27, 42	2.631.993,8	2.010.703,5	621.290,3	573.498,8
Equipamento de transporte	27, 42	72.873,1	61.001,0	11.872,1	15.456,1
Ferramentas e utensílios	27, 42	6.918,4	5.378,7	1.539,7	1.882,9
Equipamento administrativo	27, 42	42.593,0	32.010,0	10.583,0	11.615,7
Taras e vasilhame	27, 42	134,2	116,2	18,0	18,4
Outras imobilizações corpóreas	27, 42	8.391,4	5.994,5	2.396,9	1.751,1
Imobilizações em curso	27	103.832,4	-	103.832,4	111.664,1
Adiant. p/conta de imobiliz. corpóreas	27	47.683,7	-	47.683,7	21.481,7
		4.223.170,5	2.923.039,5	1.300.131,0	1.279.691,2
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes capital empresas associadas	18, 27 e 36	54.124,5	-	54.124,5	11.317,4
Partes capital em outras emp. participadas	27, 46	58.313,2	4.054,0	54.259,2	99.580,5
Empréstimos a outras emp. participadas	27, 46	426,3	336,6	89,7	19,9
Títulos e outras aplicações financeiras	27, 46	13.309,9	5.179,2	8.130,7	14.645,5
Outros empréstimos concedidos	27	169,8	-	169,8	118,4
Imobilizações em curso	27	-	-	-	361,0
		126.343,7	9.569,8	116.773,9	126.042,7
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa		13.054,0	12.800,2	253,8	142,9
Empresas associadas		7.297,9	6.877,2	420,7	7.691,7
Empresas participadas e participantes		6.977,2	6.000,0	977,2	9.174,9
Outros accionistas		282,9	282,9	-	-
Estado e outros entes públicos	52	1.895,6	-	1.895,6	2.249,7
Outros devedores		5.596,6	482,1	5.114,5	4.444,1
	46	35.104,2	26.442,4	8.661,8	23.703,3
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, subprod., e de consumo		92.059,3	7.255,3	84.804,0	102.536,8
Produtos e trabalhos em curso		30.653,5	1.065,7	29.587,8	24.237,0
Subprod., desperdícios, etc.		59,9	14,9	45,0	38,0
Produtos acabados e intermédios		16.867,2	1.183,1	15.684,1	10.258,2
Mercadorias		6.782,4	2.421,5	4.360,9	9.481,3
Adiantamentos p/conta de compras		463,3	-	463,3	778,9
	46	146.885,6	11.940,5	134.945,1	147.330,2
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Clientes, c/c		187.629,2	89,6	187.539,6	202.972,9
Clientes - Títulos a receber		1.753,7	83,3	1.670,4	3.892,1
Clientes de cobrança duvidosa		42.048,6	39.121,7	2.926,9	2.671,3
Empresas associadas		377,2	-	377,2	619,5
Empresas participadas e participantes		1.623,3	-	1.623,3	644,7
Adiantamentos a fornecedores		3.067,4	-	3.067,4	1.406,7
Adiantam. forneced. imobilizado		297,9	-	297,9	73,0
Estado e outros entes públicos	52	54.759,3	-	54.759,3	54.064,4
Outros devedores		47.421,7	533,8	46.887,9	20.322,6
	46	338.978,3	39.828,4	299.149,9	286.667,2
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
Outros títulos negociáveis	46	244.444,6	1.187,4	243.257,2	8.232,5
Outras aplicações tesouraria	54	81.425,9	-	81.425,9	101.863,9
		325.870,5	1.187,4	324.683,1	110.096,4
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		43.003,4	-	43.003,4	70.975,1
Caixa		4.092,4	-	4.092,4	526,5
		47.095,8	-	47.095,8	71.501,6
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proventos		249,8	-	249,8	2.234,1
Custos diferidos		1.582,7	-	1.582,7	5.956,4
Activo por impostos diferidos	38	142.050,6	-	142.050,6	103.084,1
		143.883,1	-	143.883,1	111.274,6
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES					
TOTAL DE PROVISÕES					
TOTAL DO ACTIVO		6.686.278,2	3.348.419,0	3.337.859,2	2.929.104,5



CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(milhares de euros)

		2002	2001
	NOTAS		
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	50, 51	672.000,0	672.000,0
Acções próprias :			
Valor nominal	51	(5.984,6)	(5.249,6)
Descontos e prémios	51	(13.259,9)	(11.549,2)
Diferenças de consolidação	51	(13.541,4)	(13.541,4)
Ajust. de part. de capit. em filiais e assoc.	18, 51	1.199,7	815,8
Reservas de reavaliação	42, 51	73.587,3	93.720,0
Reserva legal	51	58.300,0	51.400,0
Reserva de conversão cambial	51	(353.603,3)	(136.489,4)
Outras reservas	51	173.944,2	173.534,4
Resultados transitados	51	180.371,6	128.606,6
Resultado Líquido do Exercício	51	176.563,2	137.828,6
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		949.576,8	1.091.075,8
INTERESSES MINORITÁRIOS	55	88.450,2	111.461,7
PASSIVO			
PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS	46	118.733,3	55.807,7
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Empréstimos por obrigações	56	9.849,1	-
Dívidas a instituições de crédito	56	949.084,9	659.283,5
Fornecedores, c/c		10,9	-
Empresas participadas e participantes		1.775,4	1.670,4
Outros accionistas		12,2	-
Outros empréstimos obtidos	56	9.630,8	9.159,6
Fornecedores de imobilizado, c/c		18.446,7	2.225,0
Estado e outros entes públicos		-	8,0
Outros credores		623,6	461,2
		989.433,6	672.807,7
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Empréstimos por obrigações			
Convertíveis	56	-	7.339,6
Não convertíveis	56	-	381,6
Dívidas a instituições de crédito	56	552.072,1	561.355,7
Adiantamentos p/c de vendas		1.769,8	1.510,5
Fornecedores, c/c		97.518,1	116.160,2
Fornecedores-fact. em recep.e conferência		1.754,3	3.259,2
Fornecedores - títulos a pagar		20.604,0	23.249,8
Fornecedores de imobilizado - tit.a pagar		225.373,3	4.234,0
Empresas associadas		251,2	653,8
Empresas participadas e participantes		296,9	24,9
Outros accionistas		1.889,3	1.962,0
Adiantamentos de clientes		1.857,0	607,8
Outros empréstimos obtidos	56	304,8	1.563,4
Fornecedores de imobilizado - c/c		51.767,5	31.403,1
Estado e outros entes públicos	52	36.696,5	42.624,8
Outros credores		15.500,2	16.717,1
		1.007.655,0	813.047,5
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de custos	53	59.679,7	44.457,2
Proveitos diferidos		7.566,0	4.445,3
Passivo por impostos diferidos	38	116.764,6	136.001,6
		184.010,3	184.904,1
TOTAL DO PASSIVO		2.299.832,2	1.726.567,0
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO		3.337.859,2	2.929.104,5

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002.

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. José Alfredo de Almeida Honório,
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I.



Demonstrações Consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(milhares de euros)

	2002		2001	
NOTAS				
CUSTOS E PERDAS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS				
Mercadorias	99.131,4		139.352,6	
Matérias	214.995,4	314.126,8	218.182,8	357.535,4
Fornecimentos e serviços externos		356.202,1		385.753,7
Custos com o pessoal				
Remunerações	93.890,1		96.755,7	
Encargos sociais:				
Pensões	21 18.324,7		10.368,7	
Outros	40.026,1	152.240,9	42.798,1	149.922,5
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27 209.718,1		219.125,0	
Provisões	46 17.842,6	227.560,7	15.829,8	234.954,8
Impostos		11.440,0		5.897,3
Outros custos e perdas operacionais (A)	2.309,4	13.749,4	1.611,4	7.508,7
		1.063.879,9		1.135.675,1
Perdas relativas a empresas associadas	44 714,5		122,6	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44 1.877,4		1.756,4	
Juros e custos similares (C)	44 89.273,0	91.864,9	106.851,5	108.730,5
		1.155.744,9		1.244.405,6
Custos e perdas extraordinários (E)	45	99.427,9		42.766,4
		1.255.172,8		1.287.172,0
Imposto s/rendimento do exercício	36,38 e 58	40.646,2		63.615,8
Interesses minoritários (G)	36,55	5.073,7		6.938,1
		1.300.892,7		1.357.725,9
Resultado líquido do exercício		176.563,2		137.828,6
		1.477.455,8		1.495.554,5
PROVEITOS E GANHOS				
VENDAS				
Mercadorias	21.879,0		29.875,3	
Produtos	1.241.757,8		1.303.554,3	
	1.263.636,8		1.333.429,6	
Prestações de serviços	36 53.569,7	1.317.206,5	52.242,1	1.385.671,7
Variação da produção		12.681,7		4.732,3
Trabalhos para a própria empresa		970,8		1.027,2
Proveitos suplementares	12.972,4		13.485,8	
Subsídios a exploração	-		14,8	
Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	3.893,8	16.866,2	567,5	14.068,1
		1.347.725,2		1.405.499,3
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas	44 4.474,8		1.239,9	
Relativos a outras empresas	44 2.908,7		1.366,9	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	44 317,7		369,3	
Outros juros e proveitos similares (D)	44 60.834,0	68.535,2	49.489,2	52.465,3
		1.416.260,4		1.457.964,6
Proveitos e ganhos extraordinários (F)	45	61.195,4		37.589,9
		1.477.455,8		1.495.554,5
RESULTADOS OPERACIONAIS:	(B)-(A) =	283.845,2		269.824,2
RESULTADOS FINANCEIROS:	(D)-(C-A) =	(23.329,7)		(56.265,2)
RESULTADOS CORRENTES:	(D)-(C) =	260.515,5		213.559,0
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS:	(F)-(E) =	222.283,0		208.382,5
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(F)-(G) =	176.563,2		137.828,6

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002.

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira Dr. José Alfredo de Almeida Honório,
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I.



Demonstrações Consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(milhares de euros)

		2002	2001
	NOTAS		
Vendas e prestações de serviços	36	1.317.206,5	1.385.671,7
Custos das vendas e prestações de serviços		(778.252,4)	(802.431,1)
RESULTADOS BRUTOS		538.954,1	583.240,6
Outros proveitos e ganhos operacionais		17.837,0	15.095,3
Custos de distribuição		(130.824,6)	(141.105,8)
Custos administrativos		(117.284,9)	(105.337,9)
Outros custos e perdas operacionais		(63.068,9)	(87.244,5)
RESULTADOS OPERACIONAIS		245.612,7	264.647,7
Custo líquido de financiamento		(28.438,9)	(55.928,2)
Ganho (perdas) em filiais e associadas	44	3.760,3	(639,1)
Ganho (perdas) em outros investimentos		1.349,0	1.736,2
Resultados não frequentes		-	(1.434,1)
RESULTADOS CORRENTES		222.283,1	208.382,5
Impostos sobre os resultados correntes	36, 38 e 58	(40.646,2)	(63.615,8)
RESULTADOS LÍQUIDOS ANTES DE INT. MINORITÁRIOS		181.636,9	144.766,7
INTERESSES MINORITÁRIOS	36 e 55	(5.073,7)	(6.938,1)
RESULTADOS LÍQUIDOS		176.563,2	137.828,6
RESULTADOS POR ACÇÃO (EUROS)		1,32	1,03

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002.



Demonstrações Consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

		2002	2001
	NOTAS		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1.330.464,8	1.361.561,0
Pagamentos a fornecedores		(661.114,7)	(721.026,8)
Pagamentos ao pessoal		(170.910,2)	(154.591,1)
Fluxo gerado pelas operações		498.439,9	485.943,1
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		(16.885,9)	(84.319,7)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(7.668,8)	7.610,0
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		473.885,2	409.233,4
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		12.190,9	1.310,0
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(7.924,8)	(5.268,2)
Fluxos das actividades operacionais (1)		478.151,3	405.275,2
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Variações de perímetro	14	540,7	-
Investimentos financeiros		1.063,7	12.240,0
Imobilizações corpóreas		26.309,2	15.946,6
Imobilizações incorpóreas		30,5	212,3
Subsídios de investimento		42,5	1.186,2
Juros e proveitos similares		44.601,9	24.969,5
Dividendos		3.308,9	1.179,3
Outros		2.213,6	2.034,0
		78.111,0	57.767,9
Pagamentos respeitantes a:			
Variações de perímetro	14	(275.997,0)	(5.251,8)
Investimentos financeiros		(5.166,7)	(68.548,5)
Imobilizações corpóreas		(182.591,8)	(198.801,2)
Imobilizações incorpóreas		(13.568,2)	(3.128,7)
Outros		(860,6)	(6.587,0)
		(478.184,3)	(282.317,2)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(400.073,3)	(224.549,3)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		776.410,6	536.854,2
Venda de acções próprias		2.712,3	10.962,3
		779.122,9	547.816,5
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(486.143,5)	(556.830,2)
Juros e custos similares	44	(76.840,5)	(63.312,7)
Dividendos	51	(86.807,6)	(91.473,5)
Pagamento IRC/ISD s/dividendos	51	(6.579,0)	(6.945,0)
Aquisição de acções próprias		(5.336,4)	-
Outros		-	(446,2)
		(661.707,0)	(719.007,6)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		117.415,9	(171.191,1)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		195.493,9	9.534,8
Efeito das diferenças de câmbio		(32.165,6)	(15.274,5)
Caixa e seus equivalentes no início do período		181.597,9	187.337,6
Caixa e seus equivalentes no fim do período		344.926,2	181.597,9

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002.



Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(valores expressos em milhares de euros)

1. As aquisições ou alienações de filiais e outras actividades empresariais materialmente significativas, encontram-se relevadas na nota 14 do Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados.

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2002	2001
Numerário	4.092,4	526,5
Depósitos bancários à ordem	43.003,4	70.975,1
Equivalentes a caixa	325.870,5	110.096,3
Descobertos bancários	(28.040,1)	-
Caixa e seus equivalentes constantes no balanço	344.926,2	181.597,9

3. Créditos bancários não sacados

Em 31 de Dezembro de 2002 existiam aproximadamente 320,4 milhões de euros de créditos bancários concedidos às empresas do grupo e não sacados.



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2002

(valores expressos em milhares de euros)

Nota Introdutória

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul (“Grupo Cimpor”).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo Cimpor procedeu a uma reorganização da sua estrutura de participações, tendo constituído uma sociedade de direito espanhol, Cimpor Inversiones, S.L., para a qual transferiu o controlo maioritário de todas as empresas do Grupo sediadas em Espanha, Marrocos, Tunísia, Egipto e Brasil. Esta nova Holding para a área internacional detém também a totalidade do capital votante da empresa adquirida, em 2002, na África do Sul.

O objectivo da referida reorganização é o de se conseguir uma gestão mais coordenada das participações, promovendo a sua integração numa cultura empresarial comum e potenciar os benefícios decorrentes do aproveitamento de sinergias operacionais e de uma melhor afectação de recursos.

Em resultado desta reorganização, as participações do Grupo Cimpor passaram a estar distribuídas pelas seguintes Sub-Holdings; (i) Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações das sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; (ii) Cimpor Inversiones S.L., que detém as participações das sociedades sediadas no estrangeiro (à excepção de Moçambique); (iii) Cimpor Internacional, SGPS, S.A., que detém as participações das sociedades sediadas em Moçambique e (iv) Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., que concentra as participações não relacionadas com a actividade cimenteira.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

Nota 1. Empresas Incluídas na Consolidação

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (à excepção das referidas na Nota 2.) e as associadas em que se exerce uma influência dominante.



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
Holding e Sub-Holdings		
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INTERNACIONAL	CIMPOR INTERNACIONAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVESTIMENTOS	CIMPOR INVESTIMENTOS, S.G.P.S., SA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.L. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00

Área de Cimento Portugal

CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Av. Américo Duarte – S.Pedro Fins – Maia 4449 - 909 Ermesinde	100,00
CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	89,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, Lda. Canada das Murtas, Pico da Pedra, Ribeira Grande 9500 - 618 Ponta Delgada	75,00

Área de Betão Preparado e Agregados Portugal

CIMPOR BETÃO SGPS	CIMPOR BETÃO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Av. Almirante Gago Coutinho, Portela de Sintra 2710 - 418 Sintra	100,00
BETAÇOR	BETAÇOR - FABRICO DE BETÃO E ARTEFACTOS DE DE CIMENTO, S.A. Rua dos Pastos – Beljardim 9760 - 511 Praia da Victória	75,00
AGREPOR	AGREPOR-AGREG. E EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Sangardão – Furadouro 3150 - 999 Condeixa-a-Nova	100,00



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
JOFERBETÃO	JOFERBETÃO, Lda. Mirouços – Sítio da Capa Rota São Pedro de Penaferrim 2710 Sintra	97,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Tapada da Quinta de Cima – Est. de Albarraque – Linhó 2714 Sintra	90,00
BETABEIRAS	BETABEIRAS - BETÕES DA BEIRA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 LISBOA	89,00
FENOP	FENOP - BETÃO PRONTO, S.A. Quinta dos Caldinhos, Flôr da Mata 2840 Seixal	88,20
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. R. Q ^{ta} Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1-2 ^o 2795 - 632 Carnaxide	66,44
SOPAB	SOPAB - SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO DE AREIAS E BRITAS, Lda. Lugar do Campo Grande – Esmoriz 3885-530 Esmoriz	66,44
VERMOFEIRA	VERMOFEIRA - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO AREIAS, Lda. R. Q ^{ta} Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1-2 ^o 2795 - 632 Carnaxide	50,00
JOBRIITA	JOBRIITA - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS, S.A. R. Vaz Monteiro, 192 – R/c Esq 2580 - 505 Carregado	66,44
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Vaz Monteiro, 192 – R/C Esq. 2580 - 505 Carregado	66,44
M.C.D.	M.C.D. - MATERIAIS CONSTRUÇÃO DRAGADOS E BETÃO PRONTO, S.A. Travessa do Alecrim, 1 – 2 ^o 1200 - 019 Lisboa	66,44
BETOURÉM	BETOURÉM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BETÃO, Lda. Barroca Branca, Areias Gondemaria, Ourém	89,00
BETRANS	BETRANS - SOCIEDADE PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE BETÃO TRANSMONTANO, S.A. Zona Industrial das Cantarias, Lt 189/190 5300 - 212 Bragança	50,00
BETANTEROS	BETANTEROS - SOCIEDADE DE FABRICO E COMERCIALIZAÇÃO DE BETÕES, S.A. S. Fraústo – Estrada de Braga, Km 164,5 5400 - 283 Chaves	50,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO DA REGIÃO ALENTEJO, S.A. Q ^{ta} da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7000 - 505 Évora	50,00
BETEJO	BETEJO - SOCIEDADE DE BETÕES, S.A. Av. Do Bocage, n ^o 21, 8 ^o Esq ^o 2830 Barreiro	50,00
BEPRONOR	BEPRONOR - SOCIEDADE DE BETÃO PRONTO DO NORDESTE, S.A. R. Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00
BARBETÃO	BARBETÃO – COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BETÃO, S.A. Matas, Gamelinhas, Apartado 219 3780 - 401 Avelãs de Cima, Anadia	100,00



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
-------	--------------	------------------------------------

Área de Prefabricados

Portugal

VILAJE	VILAJE - VIGAS E LAGES PRÉ-ESFORÇADAS, Lda. Feiteira – Seixezelo - V. N. Gaia 4415 - 556 Grijó	100,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Zona Industrial de Adua 7050 Montemor-o-Novo	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	100,00
PRECADAR	PRECADAR - PONTES E VIADUTOS PRÉ - FABRICADOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Címpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00

Área de outras Actividades Relacionadas

Portugal

SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
T.P.A.	T.P.A. - TRANSPORTES STº. ANDRÉ, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRATER	TRATER - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Edifício Ulisses, R/C Esq. – Almoinha – Castelo 2970 - 135 Sesimbra	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, Lda. Casal da Luz – Bairro – Óbidos 2510 Óbidos	100,00
CIMADJUVANTES	CIMADJUVANTES - COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO ADJUVANTES PARA CIMENTO, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Címpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
CELFA	CELFA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE GESSOS, S.A. Zona Industrial de Soure, Lt. 26 e 27 3130 – 551 Soure	100,00
KANDMAD	KANDMAD – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, Lda. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º sala 103, Sé 9000 – 060 Funchal	99,93

Área Internacional

Espanha

CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
----------------------	---	-------



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
C.N. HORMIGONES Y ARIDOS	CORPORACION NOROESTE DE HORMIGONES Y ARIDOS, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
ANDALUCIA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCIA, S.A. Av. De la agrupación de Córdoba, 15 14 014 Cordoba	99,51
CEMENTOS EL MONTE	CEMENTOS EL MONTE, S.A. 21810 – Palos de la Frontera (Huelva) Puerto Exterior de Huelva Muelle Ingeniero Juan Gonzalo s/n	99,51
CEMENTOS NOROESTE	CEMENTOS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
SERMACONSA	SERVICIOS Y MATERIALES PARA LA CONSTRUCCIÓN, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
MORTEROS NOROESTE	MORTEROS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
HORMIGONES HÉRCULES	HORMIGONES HÉRCULES, S.L. Polígono Industrial – El Prado – 40 – Mérida 06800 – Badajoz	99,51
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,49
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,23
PREBETONG GALICIA	PREBETONG GALICIA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,39
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,39
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	90,29
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	74,10
HORMIGONES MARIÑA	HORMIGONES MARIÑA, S.L. Carretera Santander – Ferrol. Lugar de Camba Municipio de Xove 27 870 Lugo	69,77
HORMINGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ARIDOS LA BARCA, S.A. Calle La Barca, nº 14 36 002 Pontevedra	49,76
ARICOSA	ARIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,19
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 – 3º 27 001 Lugo	37,04



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
Marrocos		
ASMENT DE TÉMARA	ASMENT DE TEMARA AIN Attig – Route de Casablanca Témara	62,60
BETOCIM	BETOCIM, S.A.S. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00
Tunísia		
C.J.O.	SOCIÉTÉ DES CIMENTS DE JBEL OUST 3, Rue de Touraine, Cité Jardins 1002 Tunis – Belvédère, Tunisie	100,00
Brasil		
C.C.B.	COMPANHIA DE CIMENTOS DO BRASIL, S.A. Av ^a Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco E – 8 ^o J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	98,34
ATOL	COMPANHIA DE CIMENTO ATOL, S.A. Fazenda S. Sebastião Alagoas-S. Miguel dos Campos	100,00
CIMEPAR	COMPANHIA PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND, S.A. Fazenda da Graça – Ilha de Bispo-Cidade João Pessoa Paraíba – Brasil	100,00
C.B.	CIMPOR BRASIL, Lda. Av. M ^o Coelho Aguiar, 215 Bl E – 8 ^o J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	100,00
Moçambique		
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av. Fernão de Magalhães, 34 – 2 ^o , n ^o 1 Maputo – Caixa Postal 270	51,00
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Estrada de Lingamo Matola	99,05
PREMAP	PREFABRICADOS DE MAPUTO, S.A.R.L. Av ^a 24 de Julho, 2096, 4 ^o Andar Maputo	81,19
Egipto		
AMREYAH	AMREYAH CEMENT COMPANY El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	96,19
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	100,00
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,14



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
África do Sul		
NPC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	99,80
DCL	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	99,80
SRT	THE SIMUMA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road Bryanstone South Africa	99,80
NPC - CELL "A7"	NATAL PORTLAND CEMENT (PTY) – CELL "A7" 5 th Floor Sa Eagle House 70 Fox Street Johannesburg South Africa	99,80
Área de outras Actividades		
CIMPOR FINANCE	CIMPOR FINANCE LIMITED IFSC House, Custom House Quincy – Dublin 1	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Drentestraat, 24 1083 HR Amesterdam	100,00
PENROD	PENROD INVESTMENTS LIMITED Suite 9.4.1.B – Europort – Gibraltar	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
MECAN	MECAN - MANUFATURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	100,00
RETONOBA	RETONOBA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
FIVACAR	97 2000 FIVACAR, S.L. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
99 SHIP	99 SHIP, S.A. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
SILOS GALICIA	SILOS GALICIA, S.A. Calle Montero Rios, 30 – 1º 36201 Vigo	84,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. – SOCIÉTÉ ANONYME DE REASSURANCE 65, Avenue de la Gare L 1611 - Luxemburgo	100,00



Nota 2. Empresas Excluídas da Consolidação

As filiais registadas ao custo, por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
Área de outras Actividades		
Moçambique		
C.C. MOÇAMBIQUE	COMPANHIA DOS CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.	86,02
IMOPAR	IMOPAR-IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av.º 24 de Julho, 2096, 4.º Andar Maputo	95,00

Nota 3. Empresas Associadas

As empresas associadas que, em 31 de Dezembro de 2002, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
Área de Cimento		
Portugal		
SEMAPA	SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo, 14 – 10.º 1069-107 Lisboa	20,02
CIMENTOS MADEIRA	CIMENTOS MADEIRA, Lda. Estrada Monumental, 433 – São Martinho 9000-236 Funchal	42,86

Área de outras Actividades Relacionadas

Portugal

PRESCOR	PRESCOR - PRODUÇÃO DE ESCÓRIAS MOÍDAS, Lda. Aldeia de Paio Pires – Paio Pires 2840 Seixal	35,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	25,00
NUNO MESQUITA PIRES	NUNO MESQUITA PIRES, SGPS, S.A. Av. Luísa Todí, 1 – 1.º 2900 – 459 Setúbal	35,08

Área Internacional

Espanha

CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margen izquierdo 29 540 Bobadilla, Estación. Malaga	20,00
--------------------	---	-------



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
-------	--------------	-------------------------------------

Área de outras Actividades

KEEFERS	KEEFERS FINANCE, S.A. Pasea Estate, Road Town-P.O.Box 3149 – Portola British Virgin Island	34,71
CORTEZO	CORTEZO, N.V. P.O.Box 6050, Curaçao Netherlands Antilles	30,00

A Cimentos Madeira incorpora nas suas demonstrações financeiras as seguintes entidades da área de betão preparado e agregados:

BETO MADEIRA	BETO MADEIRA - BETÕES E BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S.Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
BRIMADE	BRIMADE - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
MADEBRITAS	MADEBRITAS - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, Lda. Fundoa de Cima – S.Roque 9000 - 801 Funchal	21,86
PROMADEIRA	PROMADEIRA - SOCIEDADE TÉC. DE CONSTRUÇÃO DA ILHA DA MADEIRA, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86
SANIMAR – MADEIRA	SANIMAR - MADEIRA, SOCIEDADE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86

Nota 4. Empresas Associadas Contabilizadas ao Custo

As empresas associadas registadas ao custo, por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
-------	--------------	-------------------------------------

Área Internacional

Espanha

HORMIGONES CELANOVA	HORMIGONES MIRANDA CELANOVA, S.A. Crta. de Casasoá, km. 0,1 – La Caseta - Celanova Orense	39,35
---------------------	---	-------

Área Internacional

Egipto

ERMCC	EXPRESS READY MIX CONCRETE COMPANY 23, Talat Harb ST. - Cairo	28,86
-------	--	-------

Área de outras Actividades

ETG	ETG - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Rua Corpo Santo, nº 6 – 2º 1200 Lisboa	44,90
-----	--	-------



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
SGS	SGS - INDÚSTRIAS DE MADEIRA, S.A. Pico do Cardo – S. António 9000 Funchal	35,00

Nota 5. Empresas Consolidadas pelo Método de Consolidação Proporcional

A seguinte empresa participada está consolidada pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo da mesma são exercidos conjuntamente com a Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.:

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
-------	--------------	------------------------------------

Área de outras Actividades Relacionadas Portugal

ECORESÍDUOS	ECORESÍDUOS - CENTRO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00
-------------	--	-------

Nota 6. Empresas Participadas

As empresas em que o Grupo detém uma participação inferior a 20%, pelo que não são incluídas no perímetro de consolidação, são as seguintes:

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
-------	--------------	------------------------------------

Área de Betão Preparado e Agregados Portugal

CEVALOR	CEVALOR - CENTRO TECNOLÓGICO PARA APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS E INDUSTRIAIS Estrada Nacional 4, Km 158 7150 - 208 Lisboa	10,00
---------	---	-------

Área de outras Actividades Relacionadas Portugal

ECOMETAIS	SOCIEDADE DE TRATAMENTO E RECICLAGEM, S.A. Av. Siderurgia Nacional, nº 1, Edifício S.N. 2840 Seixal	2,50
-----------	---	------

Área Internacional Espanha

AMINSA	APLICACIONES MINERALES, S.A. Ayto. de Valle de Oca, Camino Fuente Herrero, s/n 09 258 Cuevacardiel – Burgos	11,94
CEMENTOS LEMONA	CEMENTOS LEMONA, S.A. Alameda de Urquijo, 10 – 2º 48 008 Bilbao	19,21



Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CEMENTOS PORTLAND	CEMENTOS PORTLAND, S.A Pamplona	0,95

Área Internacional

UCF	UNITED COMPANY FOR FOUNDRIES 20, EL – Gazayer Street Now Naadi - Cairo	13,47
ASCOM	ASCOM 26, Road 265 New Maadi - Cairo	9,62
ASEMPRO	ASEMPRO 5, Street 260 New Maadi - Cairo	9,62

Área de outras Actividades

NEFELE	COMPANHIA INDUSTRIAL DE SIENITOS NEFELÍNICOS, S.A. Serro da Cabeça Alta - Apartado 45 8101 Loulé Codex	10,00
--------	--	-------

Nota 7. Número médio de pessoal

O número médio de empregados ao serviço das empresas incluídas na consolidação, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, foi o seguinte:

Número médio de empregados por Áreas de Negócio	2002	2001
SERVIÇOS CENTRAIS *	139	136
PORTUGAL	1 900	1 906
Holding	35	38
Cimento	872	860
Betões	553	558
Agregados	259	257
Argamassas e gessos	28	18
Outras actividades	153	175
INTERNACIONAL	4 052	4 634
Espanha	726	738
Marrocos	259	270
Tunísia	237	257
Egipto	932	1 776
Brasil	1 020	1 011
Moçambique	581	582
África do Sul	297	-
OUTRAS ACTIVIDADES	1	7
TOTAL	6 092	6 683

(*) Nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2001, foram afectos 16 empregados à Cimpor Internacional, SGPS, SA, que nestas demonstrações financeiras estão apresentados nos Serviços centrais.



Nota 10. Diferenças de Consolidação

O saldo desta rubrica representa os valores das diferenças de aquisição (goodwill) decorrentes de aquisições de partes sociais em empresas do grupo e associadas e corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios dessas empresas (ajustados pelos valores atribuídos aos activos e passivos adquiridos), na data da sua aquisição. As diferenças provenientes da primeira consolidação encontram-se relevadas nos capitais próprios.

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 na rubrica “Diferenças de consolidação” foram como segue:

Movimentos/filiais	Diferenças de consolidação
SALDO INICIAL	995.633,9
Aumentos	
Cimento Brumado	82.892,6
Cementos Antequera	4.816,6
Semapa	73.336,9
Nuno Mesquita Pires (NMP)	3.209,8
Natal Portland Cement (NPC)	104.234,2
Soc.Cementos Y Materiales Construcción de Andalusia	17.594,2
Cementos El Monte	14.492,6
Barbetão	1.584,0
Celfa	387,2
Asment de Temara	751,7
Silos Galicia	286,2
	303.586,0
Diminuições	
Diferenças de aquisição registadas na CCB (inclui Brumado)	(37.281,5)
Anulações contabilísticas de diferenças de aquisição totalmente amortizadas	(829,4)
Amreyah	(4 468,1)
Macrobetão	(182,5)
	(42.761,5)
SALDO FINAL	1.256.458,4

Os aumentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 encontram-se detalhados na Nota 14, com excepção dos aumentos na Asment de Témara (aquisição adicional de 3,68 % do capital por 3.380,3 milhares de euros) e na Silos Galicia (incremento da participação em 9,00 %, por aumento de capital não subscrito pelos accionistas minoritários, no montante de 567,8 milhares de euros).

As diminuições referem-se à redução do goodwill registado na CCB (pelo efeito da desvalorização cambial), às anulações contabilísticas de várias diferenças de aquisição que se encontravam totalmente amortizadas, ao efeito da aquisição adicional de 5,00% do capital da



Amreyah por 6.734,5 milhares de euros (que gerou uma diferença de aquisição negativa) e à alienação da participação na Macrobetão (Nota 14).

Amortizações do goodwill

O goodwill decorrente da aquisição de partes sociais em empresas do grupo e associadas é amortizado no período estimado de recuperação dos investimentos realizados, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Imparidade do goodwill

A Cimpor, suportada em estudos económicos, avaliou a recuperabilidade do goodwill afecto a cada área de negócios, do que resultou a necessidade de efectuar uma amortização extraordinária do goodwill afecto à área de negócios de Marrocos, no montante de 12.131,4 milhares de euros (Notas 27 e 45).

Nota 14. Alterações no Perímetro de Consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, as alterações mais significativas no perímetro de consolidação respeitaram ao seguinte:

- Aquisição de 100% do capital da Brumado, por intermédio da Companhia de Cimentos do Brasil;
- Aquisição adicional de 9,42% do capital da Semapa, por intermédio da Cimpor Portugal;
- Alteração no método de relevação das participações financeiras na Semapa e na Cimentos Antequera, passando a adoptar-se o método de equivalência patrimonial. Em 31 de Dezembro de 2001, as participações financeiras de 20,1% no capital da Cimentos Antequera e de 10,6% no capital da Semapa encontravam-se relevadas ao custo de aquisição (nesta última, ajustado ao respectivo valor de mercado);
- Aquisição de uma participação de 35,08% no capital da Nuno de Mesquita Pires, SGPS, S.A., por intermédio da CECISA;
- Aquisição de uma participação de 99,8% no capital da NPC – Natal Portland Cement (África do Sul), por intermédio da Cimpor Inversiones;
- Aquisição de activos cimenteiros em Córdoba, Niebla e Sevilha ("Andaluzia"), por intermédio da Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucia, S.A. (sociedade constituída no corrente exercício e detida a 100% pela CN);
- Aquisição de uma participação de 100% no capital da empresa Cimentos El Monte, S.A., por intermédio da Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucia, S.A.;
- Alienação da participação de 80% que a MCD possuía no capital da Macrobetão.



Os efeitos destas alterações no perímetro de consolidação foram os seguintes:

Rubricas	Brumado	Cementos Antequera	Semapa	N.M.P.	NPC "Andaluzia"	Cementos El Monte	Outras aquisições	Alienação Macrobetão	Total	
Imobilizações incorpóreas	55,2	-	-	-	-	185,8	6,7	43,4	(1,1)	290,0
Imobilizações corpóreas	9.205,5	-	-	-	18.453,8	166.069,5	16.840,1	3.296,9	(320,9)	213.544,9
Investimentos financeiros	-	(4.816,6)	(18.661,7)	1.543,4	944,0	-	103,1	6,0	-	(20.881,8)
Provisão p/Inv.financeiros	-	-	1.572,4	-	-	-	-	-	-	1.572,4
Existências	2.454,1	-	-	-	2.304,3	6.150,5	2.151,1	60,3	-	13.120,3
Dívidas de terceiros	-	-	(518,9)	-	3.818,2	-	7.210,2	1.769,5	(535,3)	11.743,7
Dívidas a terceiros	(1.337,2)	-	-	-	(13.998,7)	-	(7.884,2)	(4.314,8)	933,2	(26.601,7)
Provisões p/ riscos e encargos	-	-	-	-	(983,8)	-	(58,2)	-	-	(1.042,0)
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(4,0)	(4,0)
Valor líquido	10.377,6	(4.816,6)	(17.608,2)	1.543,4	10.537,8	172.405,8	18.368,8	861,3	71,9	191.741,8
Diferença de aquisição	82.892,6	4.816,6	73.336,9	3.209,8	104.234,2	17.594,2	14.492,6	1.971,2	(182,5)	302.365,6
Mais valia obtida	-	-	-	-	-	-	-	-	(430,1)	(430,1)
Fornecedores de imobilizado	(28.221,0)	-	-	-	-	(190.000,0)	-	-	-	(218.221,0)
Valor líquido cx. pago / (recebido)	65.049,2	-	55.728,7	4.753,2	114.772,0	-	32.861,4	2.832,5	(540,7)	275.456,3
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	5.647,0	-	138,6	84,8	(101,5)	5.768,9
Património líquido adquirido/ (alienado)	93.270,2	-	55.728,7	4.753,2	120.419,0	190.000,0	33.000,0	2.917,3	(642,2)	499.446,2

Nota 15. Consistência na Aplicação de Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo (Nota 23) foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação. Nos casos em que estas últimas utilizam critérios diferentes dos do Grupo, com efeitos materialmente relevantes, foram feitos os necessários ajustamentos de uniformização.

Nota 18. Método de Relevação das Participações em Associadas

As partes de capital detidas em empresas associadas, excepto as referidas na Nota 4, estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as diferenças para o valor contabilístico (custo de aquisição) mencionadas em rubricas apropriadas, como abaixo se discrimina.

Associadas	Custo de aquisição	Diferença de aquisição	Ganhos e perdas em empresas associadas	Ajustamentos de partes capital	Resultados transitados	Valor de balanço (Nota 27)
Grupo Cimentos Madeira	748,2	-	1.114,4	1.889,5	1.524,5	5.276,6
Scoreco	114,0	-	(168,5)	(11,9)	7,2	(59,2)
Prescor	257,2	-	(12,1)	(0,8)	(90,7)	153,6
Nuno Mesquita Pires	4.753,2	(3.209,8)	-	-	-	1.543,4
Cortezo	1,8	-	1,1	3,6	5,7	12,2
Keefers	1.003,4	-	(533,9)	(626,4)	132,7	(24,2)
Semapa	116.879,7	(73.336,9)	3.146,8	(54,3)	(1.053,6)	45.581,7
Cementos Antequera	6.161,1	(4.816,6)	212,5	-	-	1.557,0
TOTAL	129.918,6	(81.363,3)	3.760,3	1.199,7	525,8	54.041,1



Nota 21. Compromissos Financeiros

Decorrente da aprovação, pelo Instituto de Seguros de Portugal, de um pedido de alterações ao plano de pensões complementares de reforma e sobrevivência de que são beneficiários os trabalhadores activos e reformados da Cimpor Indústria, passaram a coexistir dois planos de pensões aplicáveis aos respectivos empregados, em função da sua data de admissão para o quadro efectivo, conforme se indica:

- Os empregados com data de admissão no quadro efectivo anterior a 31 de Dezembro de 1998 são abrangidos pelo plano de pensões não contributivo de benefício definido (a menos que tenham optado, até 31 de Dezembro de 2002, por transitar para o outro plano);
- Os empregados admitidos no quadro efectivo após 1 de Janeiro de 1999 são abrangidos por um plano de contribuição definida, com possibilidade de contribuição por parte dos participantes.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos foram transferidas para o Fundo de Pensões CIMPOR, cuja entidade gestora é uma entidade independente e especializada, sendo apuradas semestralmente com base em estudos actuariais, elaborados por peritos independentes (o último estudo disponível reporta-se a 31 de Dezembro de 2002).

Os estudos reportados a 31 de Dezembro de 2002 e 2001 utilizaram a metodologia denominada por “Projected Unit Credit” e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa técnica actuarial	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV80

De acordo com os referidos estudos actuariais, os custos com complementos de pensões de reforma dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 podem ser detalhados como segue:

	2002	2001
Custo dos serviços correntes	636,9	666,0
Custo dos juros sobre o passivo	3.255,1	3.268,5
Retorno real dos activos do plano	1.658,0	1.056,4
Ganhos e perdas actuariais	11.236,8	4.213,4
TOTAL DO AGREGADO	16.786,8	9.204,3



Conforme referido anteriormente, as responsabilidades pelo pagamento dos benefícios sociais supra descritos foi transferida para um fundo de pensões autónomo, para o qual a Empresa (e, indirectamente, as empresas relacionadas com empregados vinculados) faz contribuições regulares, tendentes a cobrir essas responsabilidades. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o diferencial entre o respectivo valor actual e o valor de mercado dos activos do fundo era o seguinte:

	2002	2001
Empregados reformados:		
Valor actual das pensões em pagamento	61.923,6	51.933,9
Empregados no activo:		
Valor actual das responsabilidades com serviços passados	14.865,1	14.575,0
	76.788,7	66.508,9
Valor de mercado dos activos do fundo	51.177,2	53.048,1
Responsabilidades não financiadas	25.611,5	13.460,8

Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades não cobertas pelos activos do Fundo de Pensões CIMPOR, no montante de 25.611,5 milhares de euros, encontram-se evidenciadas em rubrica específica de "Acréscimos de custos" (Nota 53).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram registados custos relacionados com responsabilidades no âmbito do regime de contribuição definida, no montante de 423,1 milhares de euros.

Cimpor Indústria - Benefícios complementares (Assistência na doença)

A Cimpor Indústria mantém para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e de Segurança Social, participando, ao abrigo do disposto no respectivo regulamento de Benefícios Complementares, em vigor desde 1 de Outubro de 1995, nas despesas de saúde dos empregados a ela vinculados (trabalhadores no activo, pré-reformados, reformados e respectivos familiares elegíveis). O referido regulamento configura um plano de benefícios definidos, para o qual não se encontra constituído qualquer fundo destinado a financiar as referidas responsabilidades.

A gestão dos cuidados de saúde contemplados no Regulamento assenta num esquema de adiantamentos e reembolsos geridos directamente pela Cimpor Indústria.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, e por forma a harmonizar totalmente esta situação com os normativos contabilísticos aplicáveis, foi efectuado um estudo conducente à determinação destas responsabilidades, utilizando métodos actuariais baseados nos dados estatísticos existentes (Nota 23).

O estudo realizado assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:



Taxa técnica de juro	5,00%
Taxa de desconto	5,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos	5,00%
Idade normal de reforma	65 anos
Agregado familiar médio:	
Activos	2
Não activos	2
Custo per capita	285 Euros

Em 31 de Dezembro de 2002 encontra-se constituída uma provisão para outros riscos e encargos, no montante de 10.814,9 milhares de euros (Notas 45 e 46), decomposto como segue:

- Responsabilidades com serviços passados dos empregados já reformados, no montante de 5.527,1 milhares de euros;
- Responsabilidades com serviços passados, em 1 de Janeiro de 2002, dos empregados no activo, no montante de 4.456,6 milhares de euros;
- Custos com serviços prestados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, relativos às seguintes naturezas:

Custo dos serviços correntes	230,9
Custo dos juros	519,7
Ganhos e perdas actuariais	456,4
	1.207,0
Benefícios pagos durante o exercício	(375,8)
	831,2

Esta provisão foi registada por contrapartida de custos extraordinários (Nota 45), excepto no que respeita aos custos com os serviços prestados no exercício de 2002, registados em “Custos com o pessoal”.

Responsabilidades por pensões e benefícios complementares em outras empresas

Existem noutras empresas do Grupo planos de benefícios de reforma, relativos a complemento de pensões e benefícios complementares de assistência na doença. As responsabilidades inerentes a estes planos são anualmente determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades independentes, sendo reconhecido no período o custo determinado por esses estudos.

Em 31 de Dezembro de 2002, a situação agregada destes planos pode ser apresentada do seguinte modo:

Valor actual das responsabilidades projectadas	3.116,5
Responsabilidades não financiadas	1.478,0
Custo do exercício	283,6



As responsabilidades não financiadas encontram-se registadas nas rubricas “Provisões para outros riscos e encargos” (Nota 46) e “Acréscimos de custos”, pelos montantes de 888,1 milhares de euros e 589,9 milhares de euros, respectivamente.

Outros compromissos

De referir a existência, no âmbito do Grupo, de compromissos financeiros referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas, dos quais se destaca o montante de 8.396,4 milhares de euros, assumido na área de negócios de Portugal e o montante de 43.766,0 milhares de euros, assumido na área de negócios do Egipto.

Todos os compromissos financeiros, incluindo as letras descontadas, estão relevados no Balanço em rubricas apropriadas.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS,S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

Nota 22. Responsabilidades por Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2002, as empresas do grupo tinham prestado perante terceiros fianças e garantias bancárias no montante de 83.356,2 milhares de euros.

Nota 23. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da CNC.

Complementarmente, o Grupo tem vindo a aplicar a Norma Internacional de Contabilidade nº. 25 - Contabilização dos Investimentos Financeiros.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas do Grupo referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração de resultados na rubrica de “Interesses Minoritários” (Nota 55).



A consolidação das entidades referidas na Nota 5 efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método, foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que o Grupo nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções na referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as diferenças de consolidação, as quais são amortizadas no período estimado de recuperação dos investimentos realizados (que varia entre cinco e vinte anos), e as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas em três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.

b) *Imobilizações corpóreas*

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em vigor em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os subsídios ao investimento são apresentados em proveitos diferidos e reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados ao longo da sua vida útil estimada, do que resultam taxas compreendidas nos limites previstos na legislação fiscal portuguesa. Excepto para os equipamentos adquiridos após 31 de Dezembro de 1988 em Portugal, aos quais se aplicam as taxas degressivas, são utilizadas as quotas constantes. Em ambos os métodos são calculadas dotações anuais no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento.

As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	2 - 14
Outras imobilizações corpóreas	2 - 10



Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são amortizados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações a bens de várias categorias são amortizadas de acordo com o acréscimo de vida útil que se estima venha a decorrer das referidas benfeitorias e beneficiações.

c) *Investimentos financeiros*

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Notas 3 e 18) encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, excepto os títulos de dívida pública e outros cotados na Bolsa de Valores, os quais se encontram registados ao valor de mercado.

d) *Locação financeira*

Os activos imobilizados adquiridos sob contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, estão reflectidos no balanço consolidado, sendo amortizados de acordo com as taxas referidas na alínea b) anterior. As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros.

e) *Existências*

As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção. O critério de movimentação das saídas é o do custo médio.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, a diferença é expressa na provisão para depreciação de existências, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

f) *Provisões*

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.



g) *Activos e passivos em moedas estrangeiras*

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial":

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na NIC nº21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na NIC nº 39.

h) *Conversão das demonstrações financeiras*

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de conversão cambial", sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos .

De forma consistente com exercícios anteriores, na área de negócios de Moçambique os saldos das rubricas de imobilizado e de capital próprio são mantidos ao câmbio histórico em dólares americanos, sendo as diferenças cambiais apuradas na conversão dos activos e passivos monetários registadas como resultado financeiro do período.

i) *Títulos negociáveis*

São relevados ao valor de mercado.

j) *Responsabilidades por complemento de pensões de reforma*

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19, emanada da Comissão de Normalização Contabilística em 21 de Maio de 1997. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a



determinar o montante das diferenças a registar no passivo. Os custos com pensões são registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, conforme previsto pela referida directriz, com base nos valores determinados pelo estudo actuarial (Nota 21).

k) *Assistência na doença*

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº19. O valor presente das obrigações de benefícios definidos encontram-se, na sua totalidade, expressos na rubrica de “Provisões para riscos e encargos”.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

l) *Imposto sobre o rendimento*

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, para cada um dos universos fiscais determinados.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

De referir que a empresa já aplicava critérios similares em exercícios anteriores, baseando-se na Norma Internacional de Contabilidade Nº 12, pelo que as demonstrações financeiras não incorporam qualquer ajustamento decorrente da implementação da Directriz Contabilística nº 28.

m) *Reservas de reavaliação*

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados na medida em que os activos reavaliados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, estes valores não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

n) *Reconstituição ambiental*

Face às disposições legais em vigor em Portugal, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, têm vindo a ser constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são constituídas durante o período de exploração, tendo por base as conclusões dos estudos de recuperação paisagística.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas ou, caso as mesmas não sejam suficientes, ao reconhecimento nesse mesmo período dos custos incorridos.

o) *Especialização de exercícios*

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Nota 24. Cotações

As cotações utilizadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

	2002	2001
USD	1,0487	0,8813
MAD	10,6705	10,2271
BRL	3,7124	2,0464
TND	1,4003	1,2945
MZM	24164,60	20169,21
EGP	4,8555	4,0363
ZAR	9,0094	-

Nota 25. Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento

As despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento respeitam essencialmente aos custos incorridos com a elaboração de estudos relacionados com o desenvolvimento de novos mercados. São amortizadas em três anos, pelo método de quotas constantes, com início no ano da sua efectivação.



Nota 27. Activo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, tais como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, podem ser resumidos do seguinte modo:

ACTIVO BRUTO

	Saldo inicial	Variações Perímetro (Nota 14)	Efeito câmbial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
Despesas de instalação	5.352,3	84,3	(1.138,5)	-	367,0	(26,7)	3.587,0	8.225,4
Despesas de investimento e desenvolvimento	27.064,3	-	(391,1)	-	494,3	(17,5)	(80,2)	27.069,8
Propriedade industrial e outros direitos	7.948,0	257,8	(2.673,0)	-	513,3	(56,9)	1.122,6	7.111,8
Imobilizações em curso	594,5	-	(30,4)	-	184,6	(0,7)	(666,9)	81,1
Diferenças de consolidação	995.633,9	302.365,6	(37.281,5)	(4.468,1)	1.037,9	-	(829,4)	1.256.458,4
TOTAL	1.036.593,0	302.707,7	(41.514,5)	(4.468,1)	2.597,1	(101,8)	3.133,1	1.298.946,5
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Terrenos e recursos naturais	215.745,9	25.325,8	(34.089,4)	-	4.920,8	(392,4)	1.264,0	212.774,7
Edifícios e outras construções	1.127.470,5	35.679,9	(89.369,0)	-	8.763,0	(1.790,8)	15.222,2	1.095.975,8
Equipamento básico	2.576.528,5	165.661,4	(202.247,4)	-	40.179,6	(13.475,1)	65.346,8	2.631.993,8
Equipamento de transporte	77.288,2	3.124,8	(6.039,6)	-	2.323,7	(4.346,6)	522,6	72.873,1
Ferramentas e utensílios	6.902,9	43,5	(518,2)	-	218,1	(22,4)	294,5	6.918,4
Equipamento administrativo	42.062,5	3.156,0	(4.261,7)	-	866,1	(984,6)	1.754,7	42.593,0
Taras e vasilhame	134,2	-	-	-	-	-	-	134,2
Outras imobilizações corpóreas	6.347,6	828,0	(362,3)	-	428,6	(290,0)	1.439,5	8.391,4
Imobilizações em curso	111.664,1	762,9	(30.931,0)	-	133.303,9	(2.521,8)	(108.445,7)	103.832,4
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	21.481,7	0,5	(7.036,9)	-	16.549,5	(308,6)	16.997,5	47.683,7
TOTAL	4.185.626,1	234.582,8	(374.855,5)	-	207.553,3	(24.132,3)	(5.603,9)	4.223.170,5
INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
Partes de capital em empresas associadas	11.317,4	39.215,7	-	3.532,2	-	-	59,2	54.124,5
Partes de capital em outras empresas associadas	101.429,5	(61.041,5)	(6,0)	7.874,5	-	(149,3)	10.206,0	58.313,2
Empréstimos outras empresas participadas	773,2	-	(346,9)	-	-	-	-	426,3
Títulos e outras aplicações financeiras	20.812,8	944,0	(742,1)	-	1.837,9	(87,8)	(9.454,9)	13.309,9
Outros empréstimos concedidos	118,4	-	-	-	92,0	(40,6)	-	169,8
imobilizações em curso	361,0	-	(27,3)	-	-	-	(333,7)	-
TOTAL	134.812,3	(20.881,8)	(1.122,3)	11.406,7	1.929,9	(277,7)	476,6	126.343,7



AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

	Saldo inicial	Variações Perímetro	Efeito câmbial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
Despesas de instalação	2.986,8	42,0	(971,9)	-	2.030,0	(26,7)	2.351,3	6.411,5
Despesas de investimento e desenvolvimento	26.694,7	-	(372,0)	-	403,6	(11,7)	(80,2)	26.634,4
Propriedade industrial e outros direitos	3.421,4	10,1	(1.195,8)	-	1.137,6	(54,3)	(77,3)	3.241,7
Diferenças de consolidação	230.692,8	-	(882,1)	-	71.142,1	-	(829,4)	300.123,4
TOTAL	263.795,7	52,1	(3.421,8)	-	74.713,3	(92,7)	1.364,4	336.411,0
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Terrenos e recursos naturais	28.846,1	-	(961,3)	-	2.600,8	(57,8)	13,4	30.441,2
Edifícios e outras construções	772.047,9	3.076,2	(32.727,7)	-	32.940,0	(706,3)	2.764,3	777.394,4
Equipamento básico	2.003.029,7	15.668,3	(100.302,7)	-	100.584,5	(8.705,8)	429,5	2.010.703,5
Equipamento de transporte	61.832,1	1.365,8	(4.375,9)	-	5.490,3	(3.143,2)	(168,1)	61.001,0
Ferramentas e utensílios	5.020,0	35,0	(334,0)	-	611,8	(16,6)	62,5	5.378,7
Equipamento administrativo	30.446,8	886,4	(2.325,8)	-	4.227,2	(851,5)	(373,1)	32.010,0
Taras e vasilhame	115,8	-	-	-	0,4	-	-	116,2
Outras imobilizações corpóreas	4.596,5	6,2	(182,2)	-	681,2	(179,8)	1.072,6	5.994,5
TOTAL	2.905.934,9	21.037,9	(141.209,6)	-	147.136,2	(13.661,0)	3.801,1	2.923.039,5
INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
Partes de capital em empresas associadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes de capital em outras empresas associadas	1.849,0	(1.572,4)	-	-	3.434,1	-	343,3	4.054,0
Empréstimos outras empresas participadas	753,3	-	(313,5)	-	-	(103,2)	-	336,6
Títulos e outras aplicações financeiras	6.167,3	-	(25,1)	(1.421,6)	801,9	-	(343,3)	5.179,2
TOTAL	8.769,6	(1.572,4)	(338,6)	(1.421,6)	4.236,0	(103,2)	-	9.569,8

Conforme referido na Nota 10, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi efectuada uma amortização extraordinária de diferenças de consolidação afecta à área de negócios de Marrocos, no montante de 12.131,4 milhares de euros, registada como custo extraordinário (Nota 45).

Nota 33. Dívidas a Terceiros a Longo Prazo

Não existem dívidas para com terceiros que tenham um prazo de vencimento superior a cinco anos.



Nota 36. Relato por Segmentos

O Grupo Cimpor desenvolve a sua actividade em diversos mercados geográficos. A principal informação, em 31 de Dezembro de 2002, relativa a cada um destes mercados é a seguinte:

SEGMENTOS GEOGRÁFICOS

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	Outros	Eliminações	Consolidado
RÉDITOS									
Vendas externas	654.214,3	176.157,7	255.367,5	73.849,4	57.592,2	49.299,7	50.725,7	-	1.317.206,5
Vendas inter-segmentais	17.687,9	1.803,5	-	-	-	-	3.389,9	(22.881,3)	-
Réditos totais	671.902,2	177.961,2	255.367,5	73.849,4	57.592,2	49.299,7	54.115,6	(22.881,3)	1.317.206,5
Resultados operacionais									
externos	163.772,1	40.530,8	79.151,0	(14.768,7)	(2.418,8)	13.212,4	4.366,4	-	283.845,2
Resultados operacionais inter-segmentais	14.801,9	(1.832,3)	(6.796,8)	(294,3)	(1.902,9)	(3.060,9)	(914,7)	-	-
Resultados operacionais totais	178.574,0	38.698,5	72.354,2	(15.063,0)	(4.321,7)	10.151,5	3.451,7	-	283.845,2
Resultados financeiros									
externos	13.540,8	(18.222,0)	(1.120,1)	46,3	(982,1)	638,7	(20.991,6)	-	(27.090,0)
Resultados financeiros inter-segmentais	(14.986,2)	(4.149,3)	(2.977,0)	-	-	-	22.112,5	-	-
Resultados financeiros totais	(1.445,4)	(22.371,3)	(4.097,1)	46,3	(982,1)	638,7	1.120,9	-	(27.090,0)
Ganhos-perdas em associadas	3.546,7	213,6	-	-	-	-	-	-	3.760,3
Impostos s/ os lucros	(7.393,2)	146,6	(26.714,5)	3.227,0	(2.359,3)	(5.227,3)	(2.325,5)	-	(40.646,2)
Resultados de actividades ordinárias	173.282,1	16.687,4	41.542,6	(11.789,7)	(7.663,1)	5.562,9	2.247,1	-	219.869,3
Resultados Extraordinários									
externos	(50.633,0)	14.113,6	4.588,9	(2.465,1)	6.497,7	(10.402,6)	68,1	-	(38.232,4)
Resultados extraordinários Inter-segmentais	194.964,8	-	-	-	-	-	-	(194.964,8)	-
Resultados extraordinários totais	144.331,8	14.113,6	4.588,9	(2.465,1)	6.497,7	(10.402,6)	68,1	(194.964,8)	(38.232,4)
Interesses minoritários	2.943,6	(446,9)	925,8	(124,2)	-	3.956,8	(2.181,4)	-	5.073,7
Resultado Líquido	314.670,3	31.247,9	45.205,7	(14.130,6)	(1.165,4)	(8.796,5)	4.496,6	(194.964,8)	176.563,2
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Activos do segmento	808.461,4	663.475,9	841.522,7	487.372,2	193.115,6	92.484,8	251.426,6	-	3.337.859,2
Activos inter-segmentais	1.283.890,2	216.198,9	-	1.312,9	-	62,7	929.296,0	(2.430.760,7)	-
Investimento em associadas (Equity)	52.555,3	1.569,2	-	-	-	-	-	-	54.124,5
Passivos do segmento	436.642,4	649.373,8	69.260,2	130.642,5	40.852,3	19.738,5	953.322,5	-	2.299.832,2
Passivos inter-segmentais	900.718,7	868.827,7	49.856,4	406.870,4	4.335,3	865,1	4.322,3	(2.235.795,9)	-
Dispêndios de capital fixo	144.225,1	358.375,2	146.515,1	46.200,9	13.346,2	12.094,3	6.098,6	-	726.855,4
Amortizações	74.088,9	14.797,8	56.230,3	30.703,4	13.094,1	11.857,2	8.946,4	-	209.718,1
Outros gastos não desembolsados (provisões)	9.719,8	2.527,8	856,9	1.276,6	1.742,5	491,4	1.227,6	-	17.842,6



Na generalidade dos mercados geográficos, a actividade desenvolvida enquadra-se, essencialmente, em três áreas de negócio. Por segmento de negócio, a principal informação, em 31 de Dezembro de 2002, é a seguinte:

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Segmentos de negócio	Vendas externas	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	1.038.921,2	2.803.267,6	690.639,2
Betões e agregados	255.135,0	160.450,0	23.502,4
Outros	23.150,3	374.141,6	12.713,8
TOTAL	1.317.206,5	3.337.859,2	726.855,4

Nota 38. Impostos Diferidos

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o rendimento (Nota 23, alínea I).

A conciliação do encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, face ao resultado antes de imposto, pode ser apresentada do seguinte modo:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	222.283,1	
Diferenças permanentes	103.309,5	
Menos valias na alienação de participações	(300.381,7)	
	25.210,9	
Encargo normal de imposto		8.319,6
Benefícios fiscais, diferenças de taxas e outros		(16.335,5)
Contingências fiscais		39.965,3
Regularização de impostos diferidos		545,4
Ajustamentos de liquidações de impostos e correcções a estimativas		8.151,4
Encargo do período		40.646,2

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a amortização de goodwill, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial e o acréscimo de provisões para riscos fiscais, as quais tem um carácter de diferença permanente.

A composição do encargo de imposto do período pode ser apresentada do seguinte modo:

Imposto corrente	31.893,6
Imposto diferido por constituição ou reversão de diferenças temporárias no período	(39.909,5)
Ajustamentos de liquidações de impostos e correcções a estimativas	8.151,4
Correcções a impostos diferidos	545,4
Contingências fiscais (Notas 46 e 58)	39.965,3
Encargo do período	40.646,2



Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação dos normativos dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Imposto s/rendimento	Variação perímetro	Efeito cambial	Saldo final
Impostos diferidos activos:					
Reavaliações e ajustes às imobilizações	65.949,9	(2.634,7)	7,2	(8.974,0)	54.348,4
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	4.520,7	3.819,0	-	(2,2)	8.337,5
Provisões para riscos e encargos	5.442,4	3.818,3	-	(674,2)	8.586,5
Provisões para depreciação de existências	4.243,6	(1.047,6)	-	(161)	3.035,0
Outras provisões	1.985,1	1.309,1	(518,9)	(15,5)	2.759,8
Outros	6.055,8	3.910,8	28,8	1.477,1	11.472,5
Prejuízos reportáveis	14.886,6	27.273,3	-	11.351,0	53.510,9
	103.084,1	36.448,2	(482,9)	3.001,2	142.050,6
Impostos diferidos passivos:					
Reavaliações e ajustes às imobilizações	126.040,3	(8.356,5)	3.790,4	(18.648,5)	102.825,7
Investimentos financeiros	7.351,6	2.646,2	-	-	9.997,8
Reinvestimento de mais-valias	2.787,0	(1.825,0)	-	-	962,0
Outros	(177,3)	4.619,4	-	(1.463,0)	2.979,1
	136.001,6	(2.915,9)	3.790,4	(20.111,5)	116.764,6
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	(32.917,5)	39.364,1	(4.273,3)	23.112,7	25.286,0

Estima-se que os impostos diferidos que irão ser revertidos a médio e longo prazo, ascendam, aproximadamente, a 81.000,0 milhares de euros de impostos diferidos activos e a 106.000,0 milhares de euros de impostos diferidos passivos.

Nota 39. Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram, em milhares de euros:

	Remunerações
Conselho de Administração	1.763,4
Conselho Fiscal	55,6
TOTAL	1.993,0



Nota 41. Reavaliações - Diplomas Legais

As imobilizações corpóreas das empresas incluídas na consolidação, sediadas em Portugal, foram reavaliadas, ao longo de vários exercícios, ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

Nota 42. Quadro das Reavaliações

O efeito das reavaliações de activos imobilizados, líquidos de amortizações, efectuadas pelas empresas incluídas na consolidação é o seguinte:

Imobilizações	Custo histórico	Reavaliação	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	165.257,3	17.076,2	182.333,5
Edifícios e outras construções	258.823,1	59.758,3	318.581,4
Equipamento básico	620.341,4	948,9	621.290,3
Equipamento de transporte	11.872,1	-	11.872,1
Ferramentas e utensílios	1.539,7	-	1.539,7
Equipamento administrativo	10.552,5	30,5	10.583,0
Taras e vasilhame	18,0	-	18,0
Outras imobilizações corpóreas	2.396,9	-	2.396,9
TOTAL	1.070.801,0	77.813,9	1.148.614,9

A diferença entre o saldo da rubrica “Reservas de reavaliação” e o valor supra indicado (4.226,6 milhares de euros) corresponde à parcela daquele valor entretanto incorporada em capital.



Nota 44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
CUSTOS E PERDAS		
Juros suportados	60.206,1	63.474,6
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 18)	714,5	122,6
Amortizações de investimentos em imóveis	40,1	40,1
Provisões para aplicações financeiras	1.837,3	1.716,3
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14.082,9	32.224,0
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.192,3	3.736,0
Perdas na alienação de aplicações tesouraria	39,6	-
Outros custos e perdas financeiros	11.752,1	7.416,9
	<u>91.864,9</u>	<u>108.730,5</u>
Resultados financeiros	(23.329,7)	(56.265,2)
TOTAL	68.535,2	52.465,3
PROVEITOS E GANHOS		
Juros obtidos	19.527,3	14.273,4
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 18)	4.474,8	1.239,9
Rendimentos de imóveis	317,7	369,3
Rendimentos de participações de capital	2.908,7	1.366,9
Diferenças de câmbio favoráveis	20.137,5	23.394,7
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.085,9	827,4
Ganhos na alienação de aplicações tesouraria	12.196,7	9.105,8
Outros proveitos e ganhos financeiros	7.886,6	1.887,9
	<u>68.535,2</u>	<u>52.465,3</u>

Nota 45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
CUSTOS E PERDAS		
Donativos	718,6	1.091,8
Dívidas incobráveis	1.003,2	3.161,8
Perdas em existências	58,5	351,9
Perdas em imobilizações	1.011,7	1.449,2
Multas e penalidades	107,7	80,2
Aumentos de amortizações e provisões	73.634,9	13.630,0
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.242,3	773,5
Outros custos e perdas extraordinários	19.651,0	22.228,0
	<u>99.427,9</u>	<u>42.766,4</u>
Resultados extraordinários	(38.232,5)	(5.176,5)
TOTAL	61.195,4	37.589,9
PROVEITOS E GANHOS		
Restituição de impostos	1,9	44,8
Recuperação de dívidas	127,0	1.327,6
Ganhos em existências	89,0	311,6
Ganhos em imobilizações	9.771,0	4.356,4
Benefícios de penalidades contratuais	17,9	9,4
Reduções de amortizações e provisões	35.082,5	26.260,1
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.883,5	861,2
Outros proveitos e ganhos extraordinários	14.222,6	4.418,8
	<u>61.195,4</u>	<u>37.589,9</u>



Os aumentos de amortizações e provisões são explicados essencialmente por:

- (i) O efeito da amortização extraordinária do goodwill (Nota 10);
- (ii) A constituição/reforço de um conjunto de provisões para investimentos financeiros e saldos a receber de recuperabilidade duvidosa na área de negócios de Moçambique;
- (iii) A constituição de provisões para riscos fiscais na área de negócios de Portugal (Nota 58) e outras;
- (iv) O reforço de provisões para responsabilidades com assistência médica (Nota 21) e pagamento de pensões na área de negócios de Portugal.

Nas reduções de amortizações e provisões estão registados os efeitos da utilização e redução de várias provisões que tinham sido constituídas em anos anteriores, para fazer face a responsabilidades com reestruturações, riscos de cobranças duvidosas, riscos fiscais e litígios diversos.

Nota 46. Movimentos em Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Provisões	Saldo inicial	Variação perímetro	Efeito câmbial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	-	-	-	1.187,4	-	-	1.187,4
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	54.481,2	45,8	(1.576,4)	15.387,0	8.006,8	5.940,0	66.270,8
Provisões para riscos e encargos	55.807,7	1.042,0	(8.521,8)	99.278,8	19.377,2	(9.496,2)	118.733,3
Provisões para depreciação de existências	20.861,4	453,9	(929,7)	2.212,6	5.951,6	(4.706,1)	11.940,5
Provisões para investimentos financeiros	8.769,6	(1.572,4)	(338,6)	4.236,0	1.524,8	-	9.569,8
TOTAL	139.919,9	(30,7)	(11.366,5)	122.301,8	34.860,4	(8.262,3)	207.701,8

Na coluna de “Transferências” está reflectido o efeito de diversas transferências efectuadas entre as rubricas de provisões e outras rubricas do balanço.

A provisão para riscos e encargos é composta por:

Responsabilidades por benefícios de reforma	11.703,0
Provisões para impostos	66.425,3
Provisões para outros riscos e encargos	40.605,0
TOTAL	118.733,3



Os aumentos nas provisões foram efectuados por contrapartida de:

Provisões do exercício	17.842,6
Custos extraordinários (Aumento de amortizações e provisões)	61.503,5
Imposto sobre o rendimento do exercício	39.965,3
Custos com o pessoal	831,2
Provisões para aplicações financeiras	1.837,3
Outros	321,9
	122.301,8

Nota 50. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital totalmente subscrito e realizado estava representado por 134.400.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada uma, estando representado por duas categorias de acções:

Categorias	%	N.º de Accões
Acções privatizadas não cotadas	10,05	13.505.502
Acções privatizadas e cotadas	89,95	120.894.498

Nota 51. Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aplicação resultados	Movimento acções próprias	Reserva conversão cambial	Reclass. reserva reavaliações (1)	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000,0	-	-	-	-	-	-	672.000,0
Acç. próprias	(16.798,8)	-	(2.624,1)	-	-	178,4	-	(19.244,5)
Dif. de consolidação	(13.541,4)	-	-	-	-	-	-	(13.541,4)
Ajust. part. cap. f. assoc	815,8	-	-	-	-	383,9	-	1.199,7
Reservas reavaliação	93.720,0	-	-	-	(20.132,7)	-	-	73.587,3
Reserva legal	51.400,0	6.900,0	-	-	-	-	-	58.300,0
Res. convers. cambial	(136.489,4)	-	-	(217.113,9)	-	-	-	(353.603,3)
Outras reservas	173.534,4	-	89,2	-	-	320,6	-	173.944,2
Result. transitados	128.606,6	32.225,5	-	-	20.132,7	(593,2)	-	180.371,6
Res. líq. do exercício	137.828,6	(137.828,6)	-	-	-	-	176.563,2	176.563,2
TOTAL	1.091.075,8	(98.703,1)	(2.534,9)	(217.113,9)	-	289,7	176.563,2	949.576,8

(1) Montante da reserva de reavaliação realizada no exercício, por uso ou alienação dos bens a que respeita.

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do



capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Da aplicação de resultados do exercício de 2001, 93.386,6 milhares de euros foram distribuídos como dividendos e 5.316,5 milhares de euros pagos a título de gratificações a empregados.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 160.702 acções a diversos colaboradores do Grupo, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções, que geraram um incremento em Outras reservas no montante de 89,2 milhares de euros. No âmbito da gestão corrente da carteira de acções próprias, efectuaram-se aquisições de acções no montante de 5.336,4 milhares de euros. No final do exercício, a Cimpor detinha um total de 1.196.911 acções próprias.

Nota 52. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	12.263,5	9.292,5
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1.509,2	6.756,6
Impostos sobre o Valor Acrescentado	42.094,6	15.717,6
Contribuições para a Segurança Social	-	2.674,9
Outros	787,6	2.254,9
	56.654,9	36.696,5

Nota 53. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo da rubrica de “Acréscimos de custos” inclui 26.201,4 milhares de euros correspondente ao valor a pagar aos fundos de pensões (Nota 21), sendo o restante o resultado da especialização de outros custos no exercício.

Nota 54. Títulos Negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Activo bruto	Provisões	Activo líquido
Aplicações de tesouraria em EUR	245.204,0	1.187,4	244.016,6
Aplicações de tesouraria em BRL	53.689,9	-	53.689,9
Aplicações de tesouraria em USD	10.173,3	-	10.173,3
Aplicações de tesouraria em MAD	16.803,3	-	16.803,3
	325.870,5	1.187,4	324.683,1



Nota 55. Interesses Minoritários

Os Interesses minoritários relevados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e na demonstração consolidada de resultados do exercício findo naquela data correspondem à participação de terceiros nos capitais e resultados das seguintes empresas:

	Balanço	Resultados
Grupo Címpor Internacional	42,5	35,8
Grupo Cimentaçor	2.485,4	1.120,5
Grupo Címpor Betão	17.437,4	2.038,8
Grupo Corporación Noroeste	11.766,8	(436,2)
Cement Trading Activities	397,4	(226,3)
Cimentos de Moçambique	20.733,8	(2.176,0)
Premap	15,9	(48,3)
Asment de Temara	25.497,3	3.963,8
Companhia de Cimentos Brasil	2.337,6	925,8
Amreyah Cement Company	7.736,1	(124,2)
TOTAL	88.450,2	5.073,7

Nota 56. Empréstimos

Os empréstimos, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, podem ser apresentados como segue:

	2002	2001
MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos por obrigações	9.849,1	-
Dívidas a instituições de crédito	949.084,9	659.283,5
Outros empréstimos obtidos	9.630,8	9.159,6
	968.564,8	668.443,1
CURTO PRAZO		
Empréstimos por obrigações	-	7.721,2
Dívidas a instituições de crédito	552.072,1	561.355,7
Outros empréstimos obtidos	304,8	1.563,4
	552.376,9	570.640,3
TOTAL	1.520.941,7	1.239.083,4



As dívidas a instituições de crédito consistem essencialmente em:

MÉDIO E LONGO PRAZO

Tipo de Empréstimo	Moeda	Taxa de Juro	Valor
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,40%	283.509,7
Syndicated Loan	USD	Libor + 0,40%	71.517,1
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,675%	250.000,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,60%	50.000,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,50%	48.000,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,75%	150.000,0
Crédito Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	26.773,8
Crédito Bilateral	USD	Libor + 1%	11.919,5
Linha Crédito	EUR	Euribor 6m + 0,575%	3.750,0
Linha Crédito	EUR	Euribor 3m + 0,35%	7.899,2
Linha Crédito	EUR	Euribor 3m + 0,25%	11.543,3
Linha Crédito	EUR	Euribor + 0,35%	8.000,0
Outros	-	-	26.172,3
			949.084,9

CURTO PRAZO

Tipo de Empréstimo	Moeda	Taxa de Juro	Valor
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,40%	189.006,5
Syndicated Loan	USD	Libor + 0,40%	47.678,1
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,40%	135.000,0
Papel Comercial (*)	EUR	Euribor + 0,25%	106.000,0
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,40%	15.014,1
Crédito Bilateral	USD	Libor + 6m + 0,75%	10.471,3
Crédito Bilateral	USD	Libor + 1%	5.721,4
Descobertos	-	-	28.040,1
Outros	-	-	15.140,6
			552.072,1

(*) Refere-se a dois programas, um de 125 milhões de euros, de que são emitentes a Cimpor Indústria, S.A. e a Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e um outro de 250 milhões de euros de que é emitente a Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Ambos os programas são em regime de renovação anual, com maturidades, respectivamente, em Fevereiro de 2003 e em Abril de 2003.



Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valores em divisas	Valores em euros
EUR	-	1.297.225,5
USD	137.596,9	131.207,1
EGP	160.335,4	33.021,4
MZM	725.087.741,6	30.006,2
BRL	51.101,8	13.765,2
ZAR	74.936,9	8.317,6
MAD	41.056,3	3.847,6
TND	4.972,7	3.551,1
		1.520.941,7

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso definido:

Ano	Montante
2004	409.355,5
2005	453.693,0
2006	37.509,2
2007	43.005,0
2008	12.501,5
2009	12.500,6
	968.564,8

Os principais condicionalismos financeiros relacionados com os empréstimos existentes em 31 de Dezembro de 2002 são como segue:

Notações de *Rating*

Vários instrumentos de financiamento, nomeadamente os créditos sindicados e os empréstimos bilaterais de maior dimensão prevêem a indexação do respectivo spread à evolução da notação de *rating* da Standard & Poor's, reflectindo assim a valorização do risco destas operações para as instituições financeiras.

Controlo de Empresas Participadas

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por sub-holdings não prevê nos seus contratos o controlo da maioria do seu capital por parte da CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, SA. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Holding para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.



A 31 de Dezembro de 2002, as cartas de conforto prestadas pela Holding ascendiam a 224.086,5 milhares de euros.

Financial Covenants

No mesmo tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites previamente negociados (*financial covenants*).

Nos principais financiamentos, os rácios financeiros sobre os quais existem compromissos são:

- Dívida Líquida / EBITDA
- EBITDA / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros)
- Dívida Líquida / Capitais Permanentes

Em 31 de Dezembro de 2002, os referidos rácios encontravam-se dentro dos compromissos estabelecidos.

Negative Pledge

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *Negative Pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superior a 50 milhões de euros) prevêem normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

Cross Default

A existência de cláusulas de *cross default* é igualmente uma prática corrente nos contratos de financiamento, estando presentes também na grande maioria dos instrumentos de financiamento do Grupo CIMPOR.

Nota 58. Imposto sobre o Rendimento

A Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontra-se sujeita a Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente (Notas 23, alínea l) e 38).

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90% e localizadas em Portugal encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos os dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.



De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e, para a Segurança Social, de cinco anos (dez anos até 2000, inclusive), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 1998, surgiram correcções aos impostos liquidados, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações de imobilizado corpóreo.

O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto (a ser devido) é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

Por forma a que as demonstrações financeiras reflectam a contingência destas situações, registou-se no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, na rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos", o montante de 55.902,4 milhares de euros, dos quais 39.965,3 milhares de euros (Nota 38) correspondem à correcção dos referidos acréscimos, por contrapartida da rubrica de "Imposto sobre o rendimento" (incluindo uma estimativa das correcções para os anos ainda não revistos, 1999 a 2002), correspondendo o restante a outras correcções e juros, contabilizados na rubrica de custos extraordinários "Aumentos de amortizações e provisões" (Nota 45).

Nota 59. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR desenvolvida no Relatório de Gestão (Consolidado), em 31 de Dezembro de 2002 estava contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivativos destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* provisionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

**Riscos de taxa de juro**

Em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo tem contratados os seguintes derivados de taxa de juro com instituições financeiras, com o objectivo de controlar o nível dos encargos financeiros futuros, privilegiando estruturas com a componente de taxa fixa:

Montante	Tipo de Operação	% de cobertura	Maturidade	Objectivo
EUR 150.000.000	Range Accrual	53%	2005	Cobertura parcial da Tranche B do Empréstimo Sindicado
EUR 100.000.000				
EUR 150.000.000	Range Accrual	-53%	2005	Anulação da cobertura parcial da Tranche B do Empréstimo Sindicado
EUR 100.000.000				Anulação da cobertura parcial da Tranche B do Empréstimo Sindicado
EUR 250.000.000	Swaption	53%	2009	Nova cobertura parcial da Tranche B do Empréstimo Sindicado
EUR 250.000.000	Venda de Floor sobre 10Y USD CMS	53%	2009	Nova cobertura parcial da Tranche B do Empréstimo Sindicado
USD 125.000.000	Range Barrier c/ KI cambial	100%	2005	Cobertura total da Tranche A do Empréstimo Sindicado
EUR 50.000.000	Lowered Coupon Swap	100%	2007 e 2009	Cobertura total do Empréstimo do BNP Paribas para compra da Andaluzia

Riscos de taxa de câmbio

Por outro lado, existia um conjunto de operações destinadas à cobertura do risco de taxa de câmbio inerente a operações de serviço da dívida em moeda estrangeira e de fluxos financeiros no Grupo, a saber:

Montante	Tipo de Operação	% de cobertura	Maturidade	Objectivo
USD 25.000.000	Long EUR Put/USD Call	20%	29-Jun-03	Cobertura taxa de câmbio
USD 25.000.000	Short EUR Call/USD Put	20%	29-Jun-03	Cobertura taxa de câmbio
USD 25.000.000	Long EUR Call/USD Put	20%	29-Jul-03	Cobertura taxa de câmbio
USD 25.000.000	Short EUR Call/USD Put	20%	29-Jul-03	Cobertura taxa de câmbio
USD 25.000.000	Short EUR Call/USD Put	20%	27-Jan-04	Cobertura taxa de câmbio
USD 25.000.000	Short EUR Call/USD Put	20%	27-Jul-04	Cobertura taxa de câmbio
USD 25.000.000	Short EUR Call/USD Put	20%	27-Jan-05	Cobertura taxa de câmbio
USD 25.000.000	Short EUR Call/USD Put	20%	27-Jul-05	Cobertura taxa de câmbio
EUR 20.000.000	Cross-Currency Swap	100%	Jun-05	Cobertura de capital e juros referentes ao 5º FRN concedido pela CFL
USD 5.340.278	Compra de USD / Venda de BRL em Swap	23%	02-Mai-03	Pagamentos de juros e capital à CFL em 2003



Fair value dos Instrumentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2002, o *fair value* dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	<i>Fair value</i>
Instrumentos financeiros de cobertura de risco:	
Taxa de juro	(34.368,4)
Taxa de câmbio	(2.319,4)

Para os instrumentos cujas condições contratadas são fixas e dessa forma passíveis de determinação dos respectivos valores, procedeu-se ao registo contabilístico dos respectivos efeitos.

Nota 60. Plano de Opções de Compra de Acções

A Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., realizada em Maio de 2002, aprovou a venda de acções próprias no âmbito da execução de um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* definido pelo Conselho de Administração para o ano de 2002 e do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo*, que viria a ser regulamentado pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Todos os aspectos relacionados com a atribuição das referidas opções e respectivo exercício encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão.

Nota 61. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2002 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Consolidado.



LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS CONHECIDAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Accionistas	N.º de acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto (1)
TEIXEIRA DUARTE, SGPS, S.A. (2)	42.263.318	31,45%	31,73%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	100	0,00%	0,00%
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	26.848.422	19,98%	20,16%
Por si	13.505.502	10,05%	10,14%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	9.220	0,01%	0,01%
Através da sociedade de si dependente Tedal, SGPS, S.A.	13.333.900	9,92%	10,01%
Por si	13.333.700	9,92%	10,01%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	200	0,00%	0,00%
TDP, SGPS, S.A.	15.424.016	11,48%	11,58%
LAFARGE	13.433.100	9,99%	10,08%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	100	0,00%	0,00%
Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda. dominada pela sociedade Lafarge Asland, S.A. por si controlada	13.433.000	9,99%	10,08%
HOLCIM, LTD	13.227.185	9,84%	9,93%
Através da sociedade Holcim Investments (Belgium), S.A. detida a 100% pela sociedade Holderfin BV integralmente por si detida	13.227.185	9,84%	9,93%
CARTERA LUSITANIA, S.A.	12.964.708	9,65%	9,73%
Através da sociedade de si dependente Libergeste, SGPS, Lda	12.964.708	9,65%	9,73%
SECIL - COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A.	12.091.940	9,00%	9,08%
Através da sociedade integralmente por si detida Secilpar, SL Sociedad Unipersonal	12.091.940	9,00%	9,08%
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	6.068.007	4,51%	4,56%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	550	0,00%	0,00%
Através da sociedade integralmente por si detida BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Ld	6.067.457	4,51%	4,56%
PENSÕESGERE – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	5.633.587	4,19%	4,23%
Através de fundos de pensões por si geridos	5.633.587	4,19%	4,23%
SEGUROS E PENSÕES GERE, SGPS, S.A.	4.040.847	3,01%	3,03%
Através das sociedades integralmente por si detidas:			
Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	3.194.464	2,38%	2,40%
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	644.310	0,48%	0,48%
Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	142.383	0,11%	0,11%
Autogere – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	44.189	0,03%	0,03%
Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S.A.	14.960	0,01%	0,01%
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	541	0,00%	0,00%
CEMENTOS MOLINS, S.A.	3.548.931	2,64%	2,66%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	390	0,00%	0,00%
Através da sociedade de si dependente Cemolins Internacional, S.L.	3.548.541	2,64%	2,66%
CREDIT AGRICOLE LAZARD FINANCIAL PRODUCTS BANK	2.680.000	1,99%	2,01%

(1) Considerando 1.196.911 acções próprias a 31/12/02.

(2) Em cumprimento de ordem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para imputação destas participações, nos termos conjugados dos artigos 16º, 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

Nota: Participações Sociais Qualificadas apresentadas conforme comunicadas oficialmente à sociedade, com excepção das participações dos accionistas Libergeste, SGPS, Lda., fundos geridos pela sociedade Pensõesgeres – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. cujas posições reportam à lista de presenças da AG de 14/05/02.

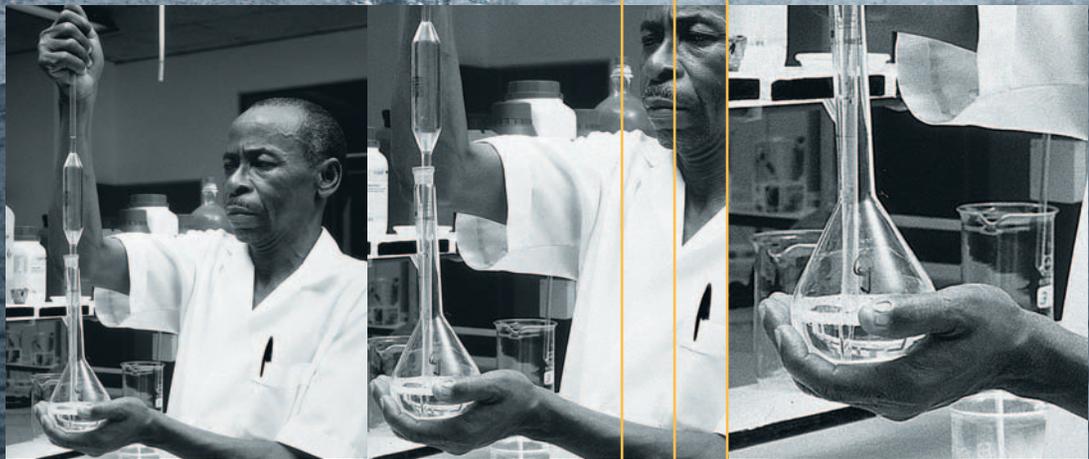

VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA SOCIEDADE E DETIDOS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS Conselho de Administração

Accionistas	Acções	N.º TÍTULOS		MOVIMENTOS EM 2002			Data
		31-12-01	31-12-02	Aquisições	Alienações	R.U.	
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	-		550	-	17,50	17-Mai-02
			550				
Luís Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	-		100	-	17,50	17-Mai-02
			100				
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	-		100	-	17,50	17-Mai-02
			100				
Jean Carlos Angulo (Eng ^o)	Cimpor	-		290	-	17,50	17-Mai-02
			290				
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng ^o)	Cimpor	100		490	-	17,50	17-Mai-02
				1.800	-	18,50	01-Ago-02
				960	-	16,00	02-Dez-02
			3.350				
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng ^o)	Cimpor	-		460	-	17,50	17-Mai-02
				1.600	-	18,50	01-Ago-02
			2.060				
Manuel Luís Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	-		460	-	17,50	17-Mai-02
				1.600	-	18,50	01-Ago-02
			2.060				
Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte (Dr.) (1)	Cimpor	-		500	-	17,50	17-Mai-02
				6.220	-	21,32	20-Mai-02
				2.400	-	18,50	01-Ago-02
			9.120				
João Salvador dos Santos Matias (Dr.) (2)	Cimpor	-		100	-	17,50	17-Mai-02
			100				
Manuel Ferreira (Dr.) (3)	Cimpor	-		100	-	17,50	17-Mai-02
			100				

Nota:

Todas as aquisições realizadas nos dias 17 de Maio de 2002 e 1 de Agosto de 2002 foram efectuadas no âmbito dos Planos de "Aquisição de Acções pelos Colaboradores – Ano 2002" e de "Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo", respectivamente.

- (1) Nos termos do artº 447º do CSC o Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte informou esta sociedade que a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., de que é administrador, era titular de 13.505.502 acções e que a TDP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. de que a sua cónjuge é administradora, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 15.424.016 da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..
- (2) Nos termos do artº 447º do CSC o Dr. João Salvador dos Santos Matias informou esta sociedade que a Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de que é administrador, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 13.333.700 acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..
- (3) Nos termos do artº 447º do CSC o Dr. Manuel Ferreira informou esta sociedade que a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., de que é administrador, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 13.505.502 acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e que a Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. de que é administrador, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 13.333.700 acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..





Relatório e Contas Consolidados
2002

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
Relatório de Auditoria



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sobre as Contas Consolidadas do Exercício de 2002

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”) e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2002, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1 — Actuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa e das suas principais participadas especialmente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das actas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade que julgou adequada nas circunstâncias.

No âmbito da sua acção, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares com a Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões mensais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira, com especial ênfase na evolução das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

Relativamente às empresas que integram o perímetro de consolidação localizadas em Portugal, apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis. Em relação às empresas sediadas no estrangeiro apreciamos os relatórios dos seus auditores sobre a forma como foram efectuados os respectivos trabalhos de auditoria e as respectivas conclusões.

2 — Relatório Consolidado de Gestão

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos ao longo de 2002, bem como os



principais acontecimentos posteriores, com relevância para a compreensão da situação actual da Empresa e suas participadas (“Grupo Cimpor”) satisfazendo os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

A actividade do Grupo Cimpor, em que a produção e comercialização de cimento assume especial destaque, tem hoje uma implementação a nível nacional e internacional, actuando em oito países, e é em muitos casos líder nacional ou regional.

A evolução do Grupo tem-se caracterizado por um crescimento empresarial, conseguido através da internacionalização das suas operações, acompanhando a tendência crescente para a globalização e aumento da dimensão das empresas, a operar neste sector de actividade.

O Relatório de Gestão evidencia uma melhoria de alguns indicadores de natureza económica e financeira, nomeadamente a nível da capacidade produtiva, volume de negócios e rendibilidade dos capitais. Acompanhando a tendência do mercado, acentuada no segundo semestre de 2002, assistiu-se a uma evolução negativa em termos de capitalização bolsista.

Relativamente às perspectivas para o ano de 2003, o Conselho de Administração manifesta algumas incertezas quanto à capacidade de manter os níveis de actividade, tendo em conta a conjuntura económica global, nomeadamente no que diz respeito ao sector da construção civil e obras públicas.

3 — Demonstrações Financeiras Consolidadas

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaborados pelo Conselho de Administração. Nesta análise notámos a aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação com os geralmente aceites em Portugal, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

4 — Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos dos artigos 451.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas, também por ele emitido, com o qual manifesta a sua concordância.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspectos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afectem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve oportunidade de contactar. Expressa ainda



o pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Adelino Duarte e do Sr. Dr. Miguel Mautempo, cuja prestação de serviços ao Grupo Cimpor, e em particular a colaboração com este Conselho, ao longo dos últimos anos foi sempre exemplo de dedicação e profissionalismo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte:

Parecer

O Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, relativos ao exercício de 2002, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis reunindo as condições para serem aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 24 de Abril de 2003

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Presidente

Freire, Loureiro e Associados – SROC

Representada por Carlos Pereira Freire

Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar

Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Contas Consolidadas

1 — Introdução

Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 3.337.859 milhares de Euros e capitais próprios de 949.577 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 176.563 milhares Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — Âmbito

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas,



baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 – Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 24 de Abril de 2003

Freire, Loureiro e Associados – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Contas Consolidadas

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração
da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

- 1 —** Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria sobre aquelas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2 —** A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
- 3 —** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 24 de Abril de 2003

Deloitte & Touche





Relatório e Contas Consolidados
2002

IV. — Informação Complementar



Principais Empresas Operacionais – Dados Síntese



Portugal

Cimpor-Indústria de Cimentos, S.A.**Sede Social**

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 500 782 946

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José Leonel da Silva Neto

Contacto

José Leonel da Silva Neto
E-mail – SNeto@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, sacos de papel, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Cimentaçor– Cimentos dos Açores Lda.**Sede Social**

Canada das Murtas
Pico da Pedra
RIBEIRA GRANDE
Telef: 29 620 17 30
Fax: 29 620 17 48
NIPC: 512 017 360

Gerência

José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
José Esteves de Melo Campos
Luís Filipe Henriques Bonina

Contacto

Luís Filipe Henriques Bonina
E-mail – LBonina@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Recepção de cimento, clínquer, gesso, moagem ensilagem, ensacamento e distribuição de cimento na Região Autónoma dos Açores.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	144.084
Dívida Financeira	40.000
Capitais Empregues	34.051
Activo Fixo	170.106
Activo Circulante	4.626
Volume de Negócios	436.812
Resultados Operacionais	157.966
Resultados Líquidos	97.803

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	9.484
Dívida Financeira	290
Capitais Empregues	7.382
Activo Fixo	5.960
Activo Circulante	5.792
Volume de Negócios	30.921
Resultados Operacionais	4.995
Resultados Líquidos	4.453



 **Portugal**

Cimpor Betão
-Indústria de Betão Pronto, S.A.

Sede Social

Av. Almirante Gago Coutinho
Portela de Sintra
2710-418 SINTRA
Telef: 21 910 55 40
Fax: 21 924 38 56
NIPC: 503 095 850

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
Armindo Oliveira das Neves
Alfredo Manuel Ramos Vaz da Silva
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

Joaquim Manuel Batista Lino
E-mail – jlino@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Betão Liz, S.A.

Sede Social

Rua Quinta do Paizinho
Edifício Bepor
Bloco 2 - 1º Esq.
2795-632 CARNAXIDE
Telef: 21 424 75 00
Fax: 21 424 75 99
NIPC: 500 045 267

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins – *Presidente*
Ernesto Loureiro Campos
José Augusto Brás Chaves
Joaquim Dias Cardoso
Gonçalo Allen Serras Pereira

Contacto

Jorge Manuel A. Esteves dos Reis
E-mail – JEReis@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	27.136
Dívida Financeira	1.720
Capitais Empregues	26.785
Activo Fixo	12.810
Activo Circulante	32.080
Volume de Negócios	94.417
Resultados Operacionais	6.288
Resultados Líquidos	6.137

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	37.867
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	22.953
Activo Fixo	11.656
Activo Circulante	23.421
Volume de Negócios	83.295
Resultados Operacionais	4.716
Resultados Líquidos	4.176



Portugal

Jomatel-Empresa de Materiais de Construção, S.A.**Sede Social**

Tapada da Quinta de Cima
Estrada de Albarraque
Linhó
2710-297 SINTRA
Telef.: 21 923 90 00
Fax: 21 923 90 29
NIPC: 500 153 469

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos – *Presidente*
João Fernando Simões Mouro
José Augusto Brás Chaves

Contacto

João Fernando Simões Mouro
E-mail – jmouro@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Fornecedora de Britas do Carregado, S.A.**Sede Social**

Rua Vaz Monteiro, 192 R/c Esq.
2580-505 CARREGADO
Telef: 26 385 84 00
Fax. 26 385 84 19
NIPC: 500 118 213

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos – *Presidente*
Armindo Oliveira das Neves
António Lacerda de Faria
Gonçalo Allen Serras Pereira
Rui Nobre Rodrigues

Contacto

Joaquim Bento Gonçalves
E-mail – jbgoncalves@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de pedreiras, produção e comercialização de britas, areias e outros materiais de construção.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	9.348
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	7.210
Activo Fixo	4.083
Activo Circulante	8.112
Volume de Negócios	25.359
Resultados Operacionais	1.031
Resultados Líquidos	926

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	5.686
Dívida Financeira	993
Capitais Empregues	7.720
Activo Fixo	5.863
Activo Circulante	6.275
Volume de Negócios	19.470
Resultados Operacionais	1.071
Resultados Líquidos	948



Portugal

Agrepor Agregados Extracção de Inertes, S.A.

Sede Social

Sangardão, Furadouro
Apartado 11
3151-999 CONDEIXA-A-NOVA
Telef.: 23 994 96 20
Fax. 23 994 91 09
NIPC: 501 755 098

Conselho de Administração

Ernesto Loureiro Campos – *Presidente*
Armando Oliveira das Neves
António Lacerda de Faria
José Augusto Brás Chaves
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques

Contacto

António Lacerda de Faria
E-mail – Lfaria@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de pedreiras e extracção e comercialização de britas.

Ciarga – Argamassas Secas, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax. 21 356 13 81
NIPC: 503 418 706

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves – *Presidente*
José António Sócrates da Costa Mota Martins
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques

Contacto

Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
E-mail – Pmmarques@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de argamassas secas e distribuição de equipamentos próprios para a utilização e aplicação destes produtos.

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	10.867
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	18.080
Activo Fixo	13.837
Activo Circulante	11.099
Volume de Negócios	30.271
Resultados Operacionais	3.207
Resultados Líquidos	2.747

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	3.273
Dívida Financeira	4.687
Capitais Empregues	12.645
Activo Fixo	11.863
Activo Circulante	3.555
Volume de Negócios	5.515
Resultados Operacionais	-1.406
Resultados Líquidos	-1.096



Portugal

Sacopor – Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.**Sede Social**

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax. 21 356 13 81
NIPC: 502 642 459

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
José Leonel da Silva Neto
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes

Contacto

José Carlos Costa Azevedo
E-mail – Cazevedo@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção e comercialização de sacos e outras embalagens de papel.

Transviária – Gestão de Transportes, S.A.**Sede Social**

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 940 86 00
Fax. 21 940 87 33
NIPC: 502 868 791

Conselho de Administração

José Leonel da Silva Neto – *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José António Sócrates da Costa Mota Martins

Contacto

Rui Manuel Ranito dos Santos
E-mail – RSantos@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Transporte de mercadorias, aluguer de veículos e equipamentos de transporte.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	3.740
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	3.660
Activo Fixo	1.931
Activo Circulante	5.988
Volume de Negócios	12.925
Resultados Operacionais	3.047
Resultados Líquidos	2.104

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	921
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	353
Activo Fixo	1.063
Activo Circulante	3.898
Volume de Negócios	19.194
Resultados Operacionais	291
Resultados Líquidos	220



 **Espanha**

Cementos Cosmos, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 48 32 57
NIPC: A-28.013.704

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Ângelo Rocha Soares Gomes – *Presidente*
Angel Longarela Pena – *Administrador Delegado*
Antonio Vega Guerrero – *Vogal*
Manuel Gómez Alvarez – *Vogal*

Contacto

Angel Longarela Pena
E-mail – Alongarela@corponor.es

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Prebetong Galicia, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 48 32 57
NIPC: A-36.605.616

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Ângelo Rocha Soares Gomes – *Presidente*
Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
Manuel Gómez Alvarez – *Vogal*
Antonio Vega Guerrero – *Vogal*
Angel Longarela Pena – *Vogal*

Contacto

Julio César Paredes Seoane
E-mail – jparedes@corponor.es

Domínio de Actividade

Fabrico, comercialização de betão pronto.

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	87.558
Dívida Financeira	1.247
Capitais Empregues	78.678
Activo Fixo	67.488
Activo Circulante	26.249
Volume de Negócios	105.427
Resultados Operacionais	41.646
Resultados Líquidos	37.718

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	14.519
Dívida Financeira	96
Capitais Empregues	14.687
Activo Fixo	6.620
Activo Circulante	12.691
Volume de Negócios	29.998
Resultados Operacionais	1.036
Resultados Líquidos	1.958



Espanha

Hormigones Miño, S.L.**Sede Social**

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 48 32 57
NIPC: B-27.021.401

Conselho de Administração

— Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Antonio Vega Guerrero – *Presidente*
— Corporación Noroeste de Hormigones y Aridos,
S.L., representada por:
Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
— Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Manuel Gómez Alvarez – *Vogal*

Contacto

Julio César Paredes Seoane
E-mail – jparedes@corponor.es

Domínio de Actividade

Indústria e comércio de betão pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Prebetong Lugo, S.A.**Sede Social**

Avenida Benigno Rivera s/n
Poligono del Ceao
27 003 LUGO
Telef:34 982 20 91 21
Fax. 34 982 20 92 72
NIPC: A-27.003.250

Conselho de Administração

— Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Antonio Vega Guerrero – *Presidente*
— Prebetong Galicia, S.A., representada por:
Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
— Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Julio Paredes – *Vogal*
Rafael Serrano García – *Vogal*
— Sermaconsa, representada por:
Ângelo Rocha Soares Gomes – *Vogal*

Contacto

Manuel Gómez Alvarez
E-mail – Mgomez@corponor.es

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto, argamassas e seus derivados.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	13.281
Dívida Financeira	112
Capitais Empregues	13.203
Activo Fixo	7.974
Activo Circulante	9.487
Volume de Negócios	22.606
Resultados Operacionais	-276
Resultados Líquidos	-102

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	7.961
Dívida Financeira	70
Capitais Empregues	7.946
Activo Fixo	4.064
Activo Circulante	5.506
Volume de Negócios	10.924
Resultados Operacionais	262
Resultados Líquidos	623



Espanha

Canteras Prebetong, S.L.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 48 32 57
NIPC: B-36.816.163

Conselho de Administração

Ângelo Rocha Soares Gomes – *Presidente*
Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
Angel Longarela Pena – *Vogal*
Antonio Vega Guerrero – *Vogal*

Contacto

Manuel Gómez Alvarez
E-mail – Mgomez@corponor.es

Domínio de Actividade

Extracção e comercialização de calcário, granito e rochas afins.

Morteros Noroeste, S.L.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax. 34 986 48 32 57
NIPC: B-36.877.926

Administradores Gerais Solidários

— Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Ângelo Rocha Soares Gomes – *Administrador General solidario*
— Cementos Cosmos, S.A., representada por:
Angel Longarela Pena – *Administrador General solidario*

Contacto

Angel Longarela Pena
E-mail – Alongarela@corponor.es

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de argamassas e seus derivados.

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	4.832
Dívida Financeira	13
Capitais Empregues	1.698
Activo Fixo	1.956
Activo Circulante	1.079
Volume de Negócios	4.459
Resultados Operacionais	424
Resultados Líquidos	413

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	4.945
Dívida Financeira	68
Capitais Empregues	4.065
Activo Fixo	3.298
Activo Circulante	1.681
Volume de Negócios	6.415
Resultados Operacionais	1.136
Resultados Líquidos	1.173



Espanha

Cementos de Andalucia, S.A.

Sede Social

Agrupación Córdoba,15
14014 Córdoba
Telef: 34 957 013 000
Fax. 34 957 262 628
NIPC: ESA14635387

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins – *Presidente*
Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
José Augusto Brás Chaves – *Vogal*
António Vega Guerrero – *Vogal*
José Leonel da Silva Neto – *Vogal*
Ángelo Rocha Soares Gomes – *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabricação e comercialização de cimento.

Cementos El Monte, S.A.

Sede Social

Muelle Ingeniero Juan Gonzalo, s/n
21810 Palos de la Frontera – Huelva
Telef: 34 959 369 320
Fax. 34 959 369 837
NIPC: ESA21292271

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves – *Presidente*
Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
Fernando Gonzalez Marañon – *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Moagem de clínquer para produção e comercialização de cimento.



Marrocos

Asment de Temara, S.A.

Sede Social

Route Principale de Casablanca
AIN ATTIG
TEMARA
MARROCOS
Telef: 212 37 74 07 77
Fax. 212 37 74 15 70
NIPC:03 375 420

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Álvaro João Serra Nazaré
Brahim Laraqui – *Administrador Director Geral*
— CIMPOR INVERSIONES, S.L., representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins
— La Sociéte des Ciments Français, representada por:
Mohamed Chaibi
— PROCIMAR, representada por:
Jean-Paul Méric

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré
E-mail – SNazare@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	67.776
Dívida Financeira	1.689
Capitais Empregues	54.376
Activo Fixo	52.639
Activo Circulante	15.577
Volume de Negócios	48.427
Resultados Operacionais	13.367
Resultados Líquidos	10.598

Tunísia

C.J.O. – Sociéte des Ciments de Jbel Oust

Sede Social

3, Rue de Touraine – Cité Jardins
Le Belvédère
Tunis 1002
TUNÍSIA
Telef: 216 1 841 732
Fax. 216 1 783 094

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins – *Presidente*
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Álvaro João Serra Nazaré
Eduardo Guedes Duarte
Abelkader N'Ciri – *Administrador Director Geral*

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré
E-mail – SNazare@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	90.918
Dívida Financeira	3.551
Capitais Empregues	95.826
Activo Fixo	113.669
Activo Circulante	22.424
Volume de Negócios	57.592
Resultados Operacionais	-688
Resultados Líquidos	2.469

**Egipto****Amreyah Cement Company, S.A.E.****Sede Social**

El Gharbaneyat – Borg el Arab
ALEXANDRIA
EGIPTO
Telef.: 203 374 12 70
Fax: 203 374 12 75

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins – *Presidente*
— PENROD, representada por:
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Álvaro João Serra Nazaré
José António Teixeira de Freitas
Alexandre Garcês Lencastre
— CIMPOR INVERSIONES, S.L., representada por:
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Eduardo Guedes Duarte

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré
E-mail – SNazare@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias-primas na República Árabe do Egipto ou no estrangeiro.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	203.155
Dívida Financeira	31.434
Capitais Empregues	151.563
Activo Fixo	213.337
Activo Circulante	20.322
Volume de Negócios	73.849
Resultados Operacionais	-6.709
Resultados Líquidos	-5.812

**Brasil****Companhia de Cimentos do Brasil****Sede Social**

Av^a. Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco E, 8^o andar
Jardim São Luiz – CEP 05805-000
São Paulo
BRASIL
Telef: 55 11 3741 35 81
Fax. 55 11 3741 32 95
CNPJ: 10.919.934/0001-85

Conselho de Administração

Eliezer Batista da Silva – *Presidente*
Raphael Hermeto de Almeida Magalhães – *Vice-Presidente*
Fernando dos Santos Plaza – *Membro*
Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Membro*

Direcção

Fernando dos Santos Plaza – *Director Superintendente*
Luiz Carlos Romero Fernandes – *Director de Relações com os Investidores*
João Pedro Neto de Avelar Ghira – *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira – *Director*

Contacto

Fernando dos Santos Plaza
E-mail – fernando.plaza@cimpor.com.br

Domínio de Actividade

A industrialização e comercialização de betão, cimentos, argamassas, cal, produtos calcários de qualquer natureza, seus decorrentes e quaisquer correlatos e artefactos de fibro-cimento e de materiais de construção; a extracção, beneficiamento, industrialização e comercialização de minerais; o fabrico e prestação de serviços de betonagem; a administração de bens próprios; a prestação de serviços de consultadoria gerencial; a participação em outras sociedades, nacionais e estrangeiras, como sócio ou accionista.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	133.881
Dívida Financeira	13.032
Capitais Empregues	147.701
Activo Fixo	141.834
Activo Circulante	43.877
Volume de Negócios	183.007
Resultados Operacionais	68.522
Resultados Líquidos	37.251



Companhia Paraíba de Cimento Portland - CIMEPAR

Sede Social

Fazenda da Graça, s/n
Ilha do Bispo
Cidade de João Pessoa
CEP 58011-290
Estado de Paraíba
BRASIL
Telf: 55 83 241 12 99
Fax: 55 83 241 62 67
CNPJ: 10.804.300/0001-87

Direcção

Fernando dos Santos Plaza – *Director Presidente*
Luiz Carlos Romero Fernandes – *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira – *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira – *Director*

Contacto

Fernando dos Santos Plaza
E-mail – fernando.plaza@cimpor.com.br

Domínio de Actividade

Indústria e comércio de cimento, cal e seus subprodutos; a exploração de indústrias mineiras e vegetais necessárias aos seus fins e a eles pertinentes; a exploração de actividades agrícolas; a importação e exportação; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou accionista.

Companhia de Cimento ATOL

Sede Social

Fazenda São Sebastião, s/n
Município de São Miguel dos Campos
Estado de Alagoas
CEP 57240-000
BRASIL
Telef: 55 82 271 12 05
Fax: 55 82 271 16 70
CNPJ: 09.934.407/0001-60

Direcção

Fernando dos Santos Plaza – *Director Presidente*
Luiz Carlos Romero Fernandes – *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira – *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira – *Director*

Contacto

Fernando dos Santos Plaza
E-mail – fernando.plaza@cimpor.com.br

Domínio de Actividade

Mineração em geral, o beneficiamento e a industrialização de calcário, argila, caulino e associados, a fabricação e a comercialização de cimentos de qualquer tipo, podendo importar e exportar o que for necessário ou conveniente ao exercício ou expansão das suas actividades, assim como a participação em outras sociedades, qualquer que seja o seu objecto ou localização, no país ou no exterior.

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	76.092
Dívida Financeira	0
Capitais Empregues	33.056
Activo Fixo	34.704
Activo Circulante	4.687
Volume de Negócios	44.209
Resultados Operacionais	22.890
Resultados Líquidos	27.080

Principais Valores em 2002	(mEur)
Capitais Próprios	59.422
Dívida Financeira	733
Capitais Empregues	19.859
Activo Fixo	23.050
Activo Circulante	5.850
Volume de Negócios	28.152
Resultados Operacionais	12.549
Resultados Líquidos	10.156

**Moçambique****Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.****Sede Social**

Avª. Fernão Magalhães, 34-2º, nº1
 MAPUTO
 Telef: 258 1 307 440
 Fax. 258 1 307 458

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Presidente*
 Luiz Carlos Romero Fernandes
 António Moreira dos Santos Andrade
 Francisco Ilídio da Rocha Diniz
 Piet Klaus Strauss
 Vitória Dias Diogo
 Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Contacto

Francisco Ilídio da Rocha Diniz
 E-mail – IDiniz@mz.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

**África do Sul****NPC – Natal Portland Cement (Pty), Lda.****Sede Social**

199 Coedmore Road, Bellair
 Durban
 South Africa
 Telef.: 20 399 12 70
 Fax: 20 399 12 75
 NIPC: 1960/001051/07

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Presidente*
 Luiz Carlos Romero Fernandes
 Fernando dos Santos Plaza
 António Moreira dos Santos Andrade
 Piet Klaus Strauss

Contacto

Piet Klaus Strauss
 E-mail – Pieter.strauss@npc-eagle.co.za

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer, escórias e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias-primas na República da África do Sul ou no estrangeiro.

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	42.314
Dívida Financeira	29.982
Capitais Empregues	74.191
Activo Fixo	63.388
Activo Circulante	16.595
Volume de Negócios	34.577
Resultados Operacionais	296
Resultados Líquidos	-4.441

Principais Valores em 2002 (mEur)

Capitais Próprios	22.289
Dívida Financeira	8.318
Capitais Empregues	21.037
Activo Fixo	20.925
Activo Circulante	7.352
Volume de Negócios	13.499
Resultados Operacionais	4.664
Resultados Líquidos	3.368







Relatório e Contas Holding
2002

I. — Holding



RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., faz ampla referência a todos os aspectos relativos não só ao Governo da Sociedade como, também, à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

1.

Síntese da Actividade

O Volume de Negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, em 2002, em aproximadamente 11,3 milhões de euros (mais 9,9% que no ano anterior).

Os Resultados Líquidos do exercício elevaram-se a 176,6 milhões de euros, ultrapassando em 28,1% o valor registado em 2001.

2.

Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor, informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora à Segurança Social;
- No início do exercício, a CIMPOR detinha em carteira 1.047.176 acções próprias, tendo alienado, durante o ano, a diversos colaboradores do Grupo, um total de 160.702 acções, ao preço médio de 16,76 euros, ao abrigo de um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* definido pelo Conselho de Administração para o ano de 2002 e do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo*, regulamentado pela Comissão de Fixação de Remunerações, tendo adquirido, durante o ano, no âmbito da gestão corrente da sua carteira de acções próprias, um total de 310.437 acções, ao preço médio de 17,19 euros, a CIMPOR, no final de 2002, detinha em carteira 1.196.911 acções próprias, representativas de 0,89% do seu capital social;
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores.

3.

Eventos Subsequentes

Merecem relevo os seguintes factos passados após o termo do exercício de 2002:

- Em 20 de Dezembro de 2002, foi convocada, a pedido do Conselho de Administração, uma Assembleia Geral de accionistas para o dia 31 de Janeiro de 2003, a fim de deliberar sobre a alteração do Contrato de Sociedade, nos seguintes termos:



- a) Modificação dos artigos 4º e 7º;
- b) Aditamento de um novo artigo 12º-A;
- c) Modificação do n.º 2 do artigo 14º;
- d) Modificação do n.º 2 do artigo 18º;
- e) Eliminação do capítulo VI – Disposições Transitórias, e supressão do artigo 22º do contrato social.

A requerimento, apresentado em tempo, da accionista SECILPAR, S.L., e ao abrigo do artigo 378º do Código das Sociedades Comerciais, foram aditados à ordem de trabalhos da referida Assembleia Geral os seguintes pontos:

- Ponto dois: Deliberar sobre a revogação dos n.ºs 5 a 8, 10, 12-b) e 13 do artigo 7º e do artigo 8º do contrato de sociedade.
- Ponto três: Deliberar sobre o aditamento de um novo artigo 10º-A ao actual contrato de sociedade.
- Ponto quatro: Deliberar sobre a alteração ao n.º 4 e aditamento dos n.ºs 5 e 6 ao artigo 12º do actual contrato de sociedade.
- Ponto cinco: Deliberar sobre o aditamento de três novos números ao corpo do artigo 13º do actual contrato de sociedade.
- Ponto seis: Deliberar sobre o aditamento de um n.º 3 ao artigo 15º do actual contrato de sociedade.
- Ponto sete: Deliberar sobre o aditamento de uma nova secção V ao capítulo III e de um artigo 19º-A ao actual contrato de sociedade.

As propostas de alteração dos Estatutos da Sociedade apresentadas pelo Conselho de Administração e incluídas no ponto um da ordem de trabalhos viriam a ser todas aprovadas, enquanto as propostas apresentadas pela accionista SECILPAR, S.L., no âmbito dos restantes pontos da agenda, não o foram.

No seguimento das deliberações tomadas na referida Assembleia Geral, foi entretanto outorgada a escritura de alteração do valor nominal das acções e do número de acções emitidas, tendo sido igualmente já efectuados os registos comerciais de todas as alterações introduzidas no Contrato de Sociedade.

No passado dia 11 de Abril, e na sequência dos referidos actos, a CIMPOR procedeu junto da Interbolsa – Central de Valores Mobiliários ao *stock split* do seu capital social – o qual passou a estar representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um euro – mediante a atribuição a cada accionista de cinco novas acções por cada acção (com o valor nominal de cinco euros) anteriormente detida.

— Em Janeiro de 2003, foi constituída uma nova sociedade de direito egípcio, denominada CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E., destinada à realização de estudos e à prestação de todo o tipo de serviços (designadamente de natureza técnica, financeira, económica,



comercial e administrativa), com um capital social de EGP 2.500.000, repartido pelas seguintes sociedades:

- CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (45%);
- AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E. (45%); e
- CIMPOR EGYPT FOR CEMENT, S.A.E. (10%).
- Em 7 de Fevereiro de 2003, a Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., aumentou o respectivo capital social de 680.000 milhões de meticais para 1.000.000 milhões de meticais, através da emissão, ao par, de 32 milhões de novas acções com o valor nominal de 10.000 meticais cada. Na sequência deste aumento de capital, com subscrição reservada aos accionistas, a CIMPOR Internacional passou a deter cerca de 65,4% do capital da Cimentos de Moçambique.

4. Perspectivas para 2003

Apesar das expectativas existentes para o mercado português apontarem no sentido de algum decréscimo do nível de actividade, a presença internacional da CIMPOR e o conjunto das aquisições efectuadas em 2002 permitem encarar o ano de 2003 com algum optimismo.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2002 cifrou-se em 176.563.152,48 euros.

No respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos anteriormente enunciada, propõe-se a seguinte aplicação do valor dos resultados líquidos:

- um montante de 8.900.000 euros, correspondente a 5% do lucro líquido, para reforço da Reserva Legal;
- um total de 107.520.000,00 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,16 euros por acção (mais 14,3% que no ano transacto, considerando o *stock split* entretanto efectuado);
- mantendo critérios seguidos em anos anteriores, e conforme previsto na alínea d) do artigo 20º dos Estatutos, uma quantia de 1.650.000 euros para atribuição de gratificações aos Colaboradores que, no final de Dezembro, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.;
- a importância sobranete para Resultados Transitados.



Em resumo, e fazendo referência às diferentes alíneas do artigo 20º dos Estatutos:

	(euros)
Reserva Legal (alínea c))	8.900.000,00
Remunerações e Gratificações (alínea d))	1.650.000,00
Dividendos (alínea f))	107.520.000,00
Resultados Transitados (alínea g))	58.493.152,48
TOTAL	176.563.152,48

Lisboa, 23 de Abril de 2003

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

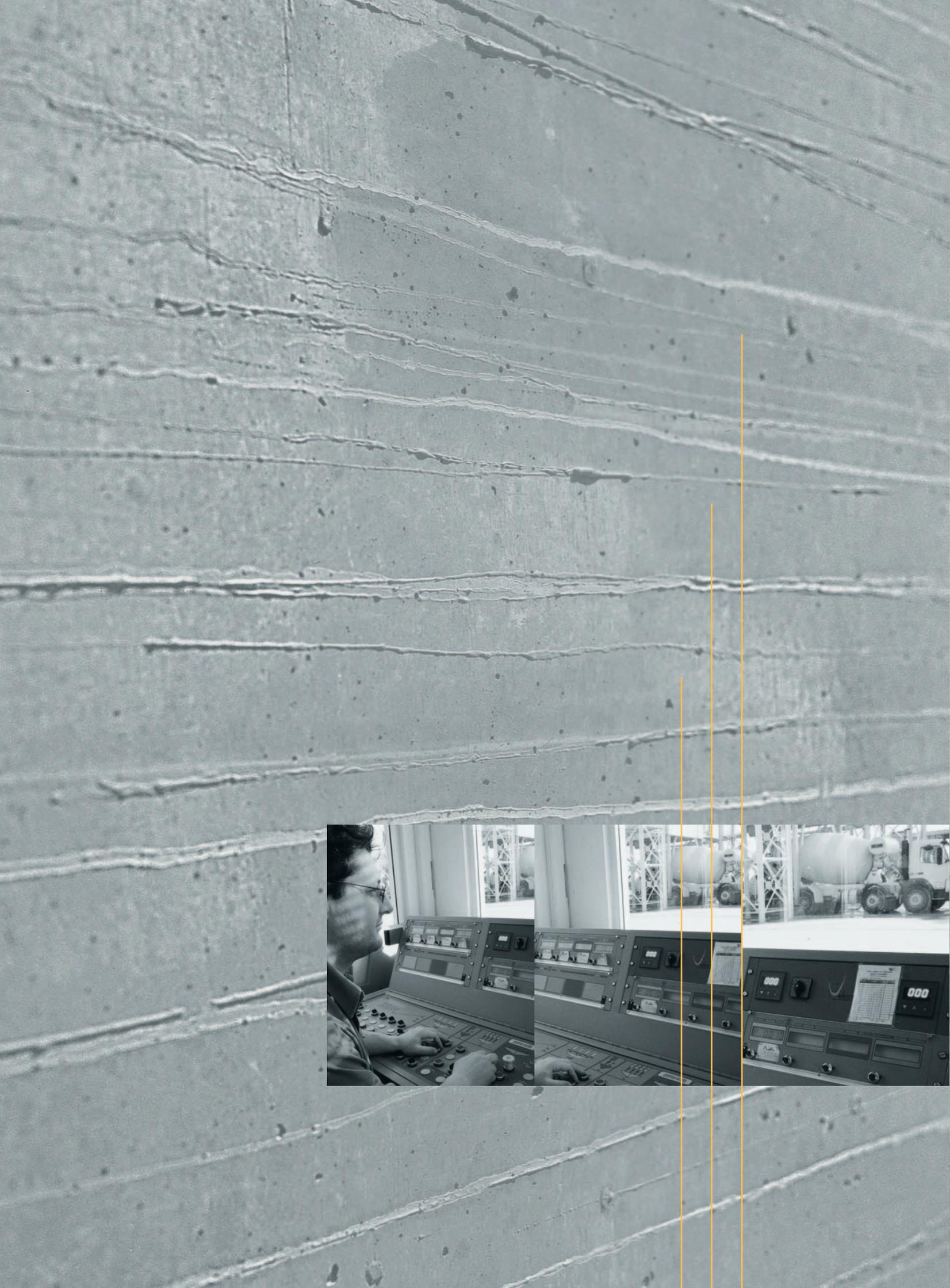
Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. José Alfredo de Almeida Honório,
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I do Relatório e Contas Consolidados do Exercício de 2002.





Relatório e Contas Holding
2002

II. — Documentos de Prestação de Contas



Balanços

em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(milhares de euros)

	NOTAS	2002		2001	
		ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROV. ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de instalação	10	155,5	155,5	-	-
Despesas de investigação e desenv.	10	12.801,2	12.801,2	-	24,9
		12.956,7	12.956,7	-	24,9
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e recursos naturais	10	2.409,4	-	2.409,4	2.409,4
Edifícios e outras construções	10	8.657,6	4.520,9	4.136,7	4.288,6
Equipamento básico	10	5.211,2	4.999,1	212,1	272,5
Equipamento de transporte	10	688,0	567,5	120,5	289,8
Equipamento administrativo	10	5.601,1	5.110,8	490,3	615,0
Imobilizações em curso	10	76,2	-	76,2	69,5
		22.643,5	15.198,3	7.445,2	7.944,8
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes capital emp. do grupo	10 e 16	697.668,7	-	697.668,7	1.373.593,0
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	406.863,8	-	406.863,8	484.882,3
Títulos e outras ap. financeiras	10 e 34	4.124,2	4.050,9	73,3	73,5
		1.108.656,7	4.050,9	1.104.605,8	1.858.548,8
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	6.731,1	6.731,1	-	-
Empresas do grupo	16	124.830,4	-	124.830,4	6.868,0
Outros accionistas	23 e 34	282,9	282,9	-	-
Outros devedores	23 e 34	753,0	327,7	425,3	716,0
		132.597,4	7.341,7	125.255,7	7.584,0
CIRCULANTE					
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Empresas do grupo	16	65.478,2	-	65.478,2	11.783,2
Adiantamentos a fornecedores		387,5	-	387,5	12,0
Adiantamentos a fornecedores imob.		2,6	-	2,6	2,7
Estado e outros entes públicos	48	1.069,8	-	1.069,8	42.925,5
Outros devedores	51	683.136,2	-	683.136,2	375,6
		750.074,3	-	750.074,3	55.099,0
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos bancários		1.344,7		1.344,7	681,6
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos	49	1.169,8		1.169,8	-
Custos diferidos	49	170,1		170,1	368,7
Activos por impostos diferidos	6	53.078,1		53.078,1	2.431,2
		54.418,0		54.418,0	2.799,9
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			28.155,0		
TOTAL DE PROVISÕES			11.392,6		
TOTAL DO ACTIVO		2.082.691,3	39.547,6	2.043.143,7	1.932.683,0



CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(milhares de euros)

		2002	2001
	NOTAS		
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	40	672.000,0	672.000,0
Acções próprias:			
Valor nominal	40	(5.984,6)	(5.249,6)
Descontos e prémios	40	(13.259,9)	(11.549,2)
Ajustamentos de partes de capital em empresas filiais e associadas	40	(109.510,8)	34.414,0
Reservas de reavaliação	40	2.021,9	2.064,0
Reserva legal	40	58.300,0	51.400,0
Outras reservas	40	173.944,2	174.033,5
Resultados transitados	40	(4.497,1)	36.134,5
Resultado líquido do exercício	40	176.563,2	137.828,6
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		949.576,9	1.091.075,8
PASSIVO			
PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS	34	59.985,1	31.663,3
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Dívidas a instit. de crédito	50	23.123,5	1.247,0
Outros empréstimos obtidos		748,2	-
		23.871,7	1.247,0
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Dívidas a instit. de crédito	50	948.289,8	120.805,4
Adiantamentos por conta de vendas		-	0,4
Fornecedores c/c		903,2	334,3
Fornecedores - fact. em rec. e conf.		-	3,7
Empresas do grupo	16	44.338,8	309.504,4
Outros accionistas		0,1	0,1
Fornecedores do imobil. - c/c		7,2	368.017,2
Estado e outros entes públicos	48	967,4	5.419,5
Outros credores		96,9	441,6
		994.603,4	804.526,6
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de custos	49	14.662,9	3.709,9
Passivos por impostos diferidos	6	443,7	460,4
		15.106,6	4.170,3
TOTAL DO PASSIVO		1.093.566,8	841.607,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		2.043.143,7	1.932.683,0

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiinho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. José Alfredo de Almeida Honório,
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I do Relatório e Contas Consolidados do Exercício de 2002.



Demonstrações

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(milhares de euros)

		2002		2001	
		NOTAS			
CUSTOS E PERDAS					
	Fornecimentos e serviços externos		7.103,7		4.821,9
	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	7.114,7		7.467,6	
	Encargos sociais:				
	Pensões	119,8		148,0	
	Outros	3.602,2	10.836,7	3.249,6	10.865,2
	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	491,6		668,2
	Impostos		487,2		140,2
	Outros custos e perdas operacionais		59,5		221,7
	(A)		18.978,7		16.577,0
	Perdas em empresas do grupo e associadas	45	74.533,6		29.785,8
	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do grupo		23.153,4		35.625,8
	Outros	45	29.008,5	126.695,5	15.603,8
	(C)			145.674,2	97.592,4
	Custos e perdas extraordinários	46		134.260,4	746,0
	(E)			279.934,6	98.338,4
	Imposto s/rendimento do exercício	6		(50.186,8)	(29.743,9)
	(G)			229.747,8	68.594,5
	Resultado líquido do exercício		176.563,2		137.828,6
			406.311,0		206.423,1
PROVEITOS E GANHOS					
	Prestações de serviços	16 e 44	11.344,0		10.322,0
	Proveitos suplementares	16	1.857,6		533,5
	(B)		13.201,6		10.855,5
	Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	136.136,0		179.217,7
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo		3.425,8		8.557,0
	Outros	45	29.921,6	169.483,4	6.794,9
	(D)			182.685,0	205.425,1
	Proveitos e ganhos extraordinários	46		223.626,0	998,0
	(F)			406.311,0	206.423,1
	RESULTADOS OPERACIONAIS:	(B)-(A) =	(5.777,1)		(5.721,5)
	RESULTADOS FINANCEIROS:	(D)-(C-A) =	42.787,9		113.554,2
	RESULTADOS CORRENTES:	(D)-(C) =	37.010,8		107.832,7
	RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS:	(F)-(E) =	126.376,4		108.084,7
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(F)-(G) =	176.563,2		137.828,6

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira

Dr. José Alfredo de Almeida Honório,
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I do Relatório e Contas Consolidados do Exercício de 2002.



Demonstrações

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(milhares de euros)

	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2002	2001
Vendas e prestações de serviços	44	11.344,0	10.322,0
RESULTADOS BRUTOS		11.344,0	10.322,0
Outros proveitos e ganhos operacionais		2.441,6	1.504,5
Custos administrativos		(18.432,0)	(16.355,3)
Outros custos e perdas operacionais		(16.791,0)	(302,2)
RESULTADOS OPERACIONAIS		(21.437,4)	(4.831,0)
Custo líquido de financiamento		(46.596,5)	(45.628,9)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	45,46	166.730,8	149.431,9
Ganhos (perdas) em outros investimentos		16.538,9	3.801,4
Resultados financeiros não frequentes		11.140,6	5.311,3
RESULTADOS CORRENTES		126.376,4	108.084,7
Impostos sobre os resultados correntes	6	50.186,8	29.743,9
RESULTADOS LÍQUIDOS		176.563,2	137.828,6
RESULTADOS POR ACÇÃO (EUROS)		1,32	1,03

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.



Demonstrações

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

		DEZ 2002	DEZ 2001
	NOTAS		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		116,8	159,8
Pagamentos a fornecedores		(6.411,4)	(4.793,2)
Pagamentos ao pessoal		(12.399,1)	(11.695,4)
Fluxo gerado pelas operações		(18.693,7)	(16.328,8)
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		30.490,6	11.320,7
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		12.325,9	9.927,6
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		24.122,8	4.919,5
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		60,4	81,7
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(244,9)	(80,4)
Fluxos das actividades operacionais (1)		23.938,3	4.920,8
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	1	108.819,7	67.828,4
Imobilizações corpóreas		9,7	77,0
Juros e proveitos similares		18.765,6	5.622,0
Dividendos	2	102.352,0	147.268,9
		229.947,0	220.796,3
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	3	(598.714,9)	(2.330,1)
Imobilizações corpóreas		(49,9)	(281,1)
		(598.764,8)	(2.611,2)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(368.817,8)	218.185,1
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos	4	1.042.236,2	326.148,3
Venda de acções próprias		2.712,3	10.967,4
Empréstimos de empresas do grupo	5	205.804,4	8.500,0
		1.250.752,9	345.615,7
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos	4	(198.995,0)	(333.701,6)
Juros e custos similares		(40.910,3)	(50.732,3)
Dividendos		(86.807,6)	(83.663,4)
Pagamento IRC/ISD s/dividendos		(6.579,0)	(6.945,5)
Aquisição de acções próprias		(5.336,4)	-
Empréstimos a Empresas do Grupo	5	(566.582,0)	(93.300,0)
		(905.210,3)	(568.342,8)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		345.542,6	(222.727,1)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		663,1	378,8
Caixa e seus equivalentes no início do período		681,6	302,8
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.344,7	681,6

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.



Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002

(valores expressos em milhares de euros)

1. Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

a) Reembolso de investimentos financeiros:

	Saldos em aberto	Valores recebidos no exercício
Kandmad - Prestação de Serviços e Comércio, S.A. Prestações acessórias de capital	-	62.050,0
Cimpor Finance, Limited Prestações acessórias de capital	39.166,6	20.770,3
Cimpor Egypt for Cement Reembolso do investimento	406.863,8	720,7
		83.541,0

b) Alienações de filiais e outras participações financeiras:

	Saldos das transacções	Valores recebidos no exercício
Cimpor Brasil, Lda.	10.409,6	10.409,6
Amreyah Cimpor Cement Company	7.813,3	7.813,3
Companhia de Cimentos do Brasil, S.A.R.	290.149,4	5.149,4
Société des Ciments de Jbel Oust	90.725,2	1.478,0
Companhia de Cimento Atol, S. A.	308.400,0	400,0
Cimpor Egypt for Cement	28,4	28,4
		25.278,7
		108.819,7

2. Dividendos recebidos

	Valores recebidos no exercício
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	80.000,0
Corporación Noroeste	17.836,1
Cimpor Finance, Limited	3.461,4
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	1.054,5
	102.352,0



3. Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

a) Prestações acessórias de capital:

	Saldos em aberto	Valores pagos no exercício
Kandmad – Prestação de Serviços e Comércio, S.A.	-	(62.050,0)
Cimpor Internacional, SGPS, S. A.	54.000,0	(34.048,1)
Cimpor Finance, Limited	39.166,6	(7.740,0)
Cimpor Financial Operations, B.V.	3.099,2	(795,7)
		(104.633,8)

b) Aquisições de filiais e outras participações financeiras:

	Saldos das transacções	Valores pagos no exercício
Companhia de Cimento Atol, S. A. Pagto. da dívida registada em fornecedores de imobilizado	-	(367.314,5)
Cimpor Inversiones, S.L. Constituição e aumento de capital (1)	297.500,0	(125.133,7)
Cimpor Reinsurance, S. A. Realização de capital	1.163,8	(1.163,8)
Amreyah Cimpor Cement Company Constituição e aumento de capital	432,7	(432,7)
Cement Services Company S.A.E. Constituição do capital	24,4	(24,4)
Cimpor Egypt for Cement Subscrição de capital	7,7	(7,7)
Kandmad - Prestação de Serviços e Comércio, S.A. Aquisição de capital	4,3	(4,3)
		(494.081,1)
		(598.714,9)

(1) O aumento do capital na Cimpor Inversiones, S.L., inclui o montante de 172.366,3 milhares de euros, realizado por permuta com as acções da filial Corporación Noroeste, S.A.

4. Empréstimos de financiamento

	Moeda	Valores dos empréstimos	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício
CGD – Papel comercial	EUR	66.000,0	156.650,0	196.150,0
DBI – Papel comercial	EUR	752.000,0	752.000,0	-
DBI – Papel comercial	USD	119.195,0	127.838,0	-
BTM	EUR	5.000,0	5.000,0	-
BPI	USD	10.471,3	-	-
BPI	EUR	1.246,9	-	623,5
Outros empréstimos	EUR	748,2	748,2	-
Descobertos bancários	EUR	-	-	2.221,5
			1.042.236,2	198.995,0



Relativamente ao Papel comercial emitido em USD, a diferença entre o valor total do empréstimo e o valor recebido no exercício corresponde à actualização da dívida ao câmbio de 31 de Dezembro de 2002.

5. Empréstimos concedidos e obtidos relativos a empresas do grupo

	Valores recebidos no exercício
Corporación Noroeste	120.000,0
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	39.800,0
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	37.100,0
Cimpor Portugal, SGPS, S. A.	6.000,0
Cement Trading Activities, S. A.	2.000,0
Kandmad – Prestação de Serviços e Comércio, S. A.	904,4
	205.804,4

	Valores pagos no exercício
Cimpor Financial Operations, B.V.	291.277,6
Cimpor Inversiones, S.L.	119.900,0
Corporación Noroeste	100.000,0
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	34.800,0
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	15.700,0
Cement Trading Activities, S. A.	4.000,0
Kandmad – Prestação de Serviços e Comércio, S. A.	904,4
	566.582,0

6. Outras informações

- a) — Considerou-se no movimento Líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efectuados por conta do grupo fiscal.
- b) — Para a necessária compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, acrescenta-se que a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. tem como política apoiar financeiramente as empresas do grupo CIMPOR, para que tenham uma correcta cobertura financeira das suas necessidades, cujos movimentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras da empresa.



Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

(valores expressos em milhares de euros)

Nota Introdutória

A Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul ("Grupo Cimpor").

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo Cimpor procedeu a uma reorganização da sua estrutura de participações, tendo constituído uma sociedade de direito espanhol, Cimpor Inversiones, S.L., para a qual transferiu o controlo maioritário de todas as empresas do Grupo sediadas em Espanha, Marrocos, Tunísia, Egipto e Brasil. Esta nova Holding para a área internacional detém também a totalidade do capital votante da empresa adquirida, em 2002, na África do Sul.

O objectivo da referida reorganização é o de se conseguir uma gestão mais coordenada das participações, promovendo a sua integração numa cultura empresarial comum e potenciar os benefícios decorrentes do aproveitamento de sinergias operacionais e de uma melhor afectação de recursos.

Em resultado desta reorganização, as participações do Grupo Cimpor passaram a estar distribuídas pelas seguintes Sub-Holdings; (i) Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações das sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; (ii) Cimpor Inversiones S.L., que detém as participações das sociedades sediadas no estrangeiro (à excepção de Moçambique); (iii) Cimpor Internacional, SGPS, S.A., que detém as participações das sociedades sediadas em Moçambique e (iv) Cimpor Investimentos, SGPS, S.A., que concentra as participações não relacionadas com a actividade cimenteira.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

3. Principais Critérios Contabilísticos e Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (incluindo interesses minoritários) em, aproximadamente, 1.295.000 milhares de euros e os proveitos em, aproximadamente, 1.071.000 milhares de euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas são os a seguir discriminados.

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.



b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados ao longo da sua vida útil estimada, do que resultam taxas compreendidas nos limites previstos na legislação fiscal portuguesa, utilizando-se o método das quotas constantes. As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	7 – 16
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 14

c) Investimentos financeiros

Participações financeiras em empresas do grupo e associadas

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas estão registadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método:

- as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é ajustado ao valor proporcional da participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial;
- as participações são ajustadas pelo valor proporcional da participação nos resultados líquidos das empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício;
- os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Dado que os critérios valorimétricos das filiais e associadas não são necessariamente iguais aos utilizados pela Empresa, sempre que daí resultem valores significativos são efectuados os necessários ajustamentos de homogeneização.

Trespases (*Goodwill*) de aquisição

De acordo com os princípios e critérios contabilísticos aplicáveis às aquisições de partes de capital, os trespases representam as diferenças entre o preço de aquisição dessas partes de capital e a proporção dos capitais próprios adquiridos, após terem sido considerados os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas. Os trespases apurados na aquisição de acréscimos de participação em filiais são amortizados durante o período de vida útil remanescente definido à data de aquisição inicial. Os trespases são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Outros investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, quando aplicável.

d) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas":

- diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;



— diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na NIC nº21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na NIC nº 39.

e) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo têm assumidas responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência e responsabilidades decorrentes de regimes de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e de segurança social. Estas responsabilidades são registadas nessas empresas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19, emanada da Comissão de Normalização Contabilística em 21 de Maio de 1997. Esta Directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo a registar nesse período.

Os efeitos dos registos contabilísticos nas referidas empresas dessas responsabilidades e dos correspondentes custos encontram-se reflectidos na rubrica de "Investimentos financeiros – Partes de capital em empresas do grupo", por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Empresa tem ao seu serviço empregados com vínculo contratual à Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. ("Cimpor Indústria"), os quais beneficiam do sistema de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência em vigor naquela empresa participada. Os respectivos custos com pensões são suportados pela Empresa e registados como custo com o pessoal.

f) Impostos sobre o rendimento

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, para cada um dos universos fiscais determinados.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

De referir que a empresa já aplicava critérios similares em exercícios anteriores, baseando-se na Norma Internacional de Contabilidade nº 12, pelo que as demonstrações financeiras não incorporam qualquer ajustamento decorrente da implementação da Directriz Contabilística nº 28.

g) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados à medida em que os activos imobilizados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

h) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

i) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças



entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

4. Câmbios

As cotações utilizadas para actualização das dívidas activas e passivas em moeda estrangeira, em 31 de Dezembro de 2002 e 31 de Dezembro de 2001, foram as seguintes:

Divisa	2002	2001
USD	1,0487	0,8813
MAD	10,6705	10,2271
CHF	1,4524	1,4829
BRL	3,7124	2,0464
TND	1,4003	1,2945
MZM	24.164,6	20.169,21
GBP	0,6505	0,6085
EGP	4,8555	4,0363
ZAR	9,0094	-

6. Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, localizadas em Portugal e sujeitas ao regime geral de IRC, encontram-se ao abrigo do regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos os dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e, para a Segurança Social, de cinco anos (dez anos até 2000, inclusive), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 1998, surgiram correcções aos impostos liquidados, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações do imobilizado corpóreo. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

Por forma a que as demonstrações financeiras reflectam a contingência destas situações, registou-se, no exercício, na rubrica de “Provisões para outros riscos e encargos”, o montante de 55.902,4 milhares de euros, dos quais 39.965,3 milhares de euros (Nota 34) correspondem à correcção dos referidos acréscimos, por contrapartida da rubrica de “Imposto sobre o rendimento” (incluindo uma estimativa para os anos ainda não revistos, 1999 a 2002), correspondendo o restante a outras correcções e juros, contabilizados na rubrica de custos extraordinários “Aumentos de amortizações e provisões” (Nota 46).



O imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 corresponde essencialmente a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	126.376,4	
Efeito da alienação das participações	(363.659,2)	
Diferenças permanentes	(44.190,8)	
	(281.473,6)	
Encargo normal de imposto		(92.886,3)
Deduções à colecta		17,3
Ajustamentos de liquidações de impostos, correcções de estimativas e outros		5.992,3
Contingências fiscais		39.965,3
Ajustamento do imposto corrente do consolidado fiscal		(3.275,4)
		(50.186,8)

O encargo normal de imposto inclui um crédito de imposto diferido de 38.155,6 milhares de euros, essencialmente em resultado da constituição de um imposto diferido activo pelos prejuízos fiscais reportáveis.

O remanescente, 54.730,7 milhares de euros, adicionado do ajustamento do imposto corrente do consolidado fiscal, 3.275,4, milhares de euros, corresponde ao imposto corrente do período, o qual se encontra reportado como um saldo a receber de Empresas do Grupo (Nota 16).

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial e a amortização de trespasses.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Constituição/(reversão)			
	Saldo inicial	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Provisões	2.431,2	(109,1)	-	2.322,1
Prejuízos fiscais reportáveis	-	38.248,0	12.508,0	50.756,0
	2.431,2	38.138,9	12.508,0	53.078,1
Passivos por impostos diferidos:				
Reavaliações de imobilizações corpóreas	460,4	(16,7)	-	443,7
	1.970,8	38.155,6	12.508,0	52.634,4

O activo por impostos diferidos registado em capitais próprios, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, na rubrica de "Ajustamentos de partes de capital" (nota 40), no montante de 12.508,0 milhares de euros, resulta das diferenças de câmbio desfavoráveis provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo, expressos em moeda estrangeira, e que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Nota 3d).

7. Número médio de Pessoal

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa teve ao seu serviço, em regime de cedência pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., em média, 130 empregados.



10. Movimentos ocorridos no Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO

	Saldo inicial	Aumentos	Reavaliações e ajustamentos	Alienações e reduções	Transferências e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	155,5	-	-	-	-	155,5
Despesas de investigação e desenvolvimento	12.801,2	-	-	-	-	12.801,2
	12.956,7	-	-	-	-	12.956,7
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Terrenos e recursos naturais	2.409,4	-	-	-	-	2.409,4
Edifícios e outras construções	8.657,6	-	-	-	-	8.657,6
Equipamento básico	5.211,2	-	-	-	-	5.211,2
Equipamento transporte	744,8	11,2	-	(68,0)	-	688,0
Equipamento administrativo	5.791,2	-	-	(9,1)	(181,0)	5.601,1
Imobilizações em curso	69,4	6,8	-	-	-	76,2
	22.883,6	18,0	-	(77,1)	(181,0)	22.643,5
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de capital em empresas do grupo	1.373.593,0	341.284,0	(176.965,8)	(840.242,5)	-	697.668,7
Empréstimos a empresas do grupo	484.882,3	-	(77.297,8)	(720,7)	-	406.863,8
Títulos e outras aplicações financeiras	4.124,4	432,7	-	(432,9)	-	4.124,2
	1.862.599,7	341.716,7	(254.263,6)	(841.396,1)	-	1.108.656,7

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de instalação	155,5	-	-	-	155,5
Despesas de investigação e desenvolvimento	12.776,3	24,9	-	-	12.801,2
	12.931,8	24,9	-	-	12.956,7
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Edifícios e outras construções	4.368,9	152,0	-	-	4.520,9
Equipamento básico	4.938,7	60,4	-	-	4.999,1
Equipamento transporte	455,0	129,6	(17,1)	-	567,5
Equipamento administrativo	5.176,2	124,7	(9,1)	(181,0)	5.110,8
	14.938,8	466,7	(26,2)	(181,0)	15.198,3
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Títulos e outras aplicações financeiras	4.050,9	-	-	-	4.050,9



Os aumentos de partes de capital em empresas do grupo são explicados essencialmente pelo seguinte:

SUBSCRIÇÃO E REALIZAÇÃO DE CAPITAL DA:		
Cimpor Inversiones		297.500,0
Cimpor Reinsurance		1.163,8
Cement Services Company		24,4
Cimpor Egypt for Cement		7,7
Kandmad		4,3
PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES:		
Cimpor Internacional		34.048,1
Cimpor Finance		7.740,0
Cimpor Financial Operations, BV		795,7
		341.284,0

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas associadas tem o seguinte impacto:

	Ganhos/ (perdas) (Nota 45)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Provisões reforço/ (redução) (Nota 34)	Total
Cimpor Inversiones, S.L.	(72.121,7)	(173.237,6)	(17.836,1)	20.373,8	(242.821,6)
Cimpor Finance Limited	3.842,9	(8.031,6)	(3.461,4)	-	(7.650,1)
Cimpor Reinsurance, S.A.	1.201,5	-	-	-	1.201,5
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	105.058,6	(1.813,4)	(80.000,0)	-	23.245,2
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	4.926,1	(1.396,9)	(1.054,5)	-	2.474,7
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	20.534,1	17.178,7	-	-	37.712,8
Kandmad - Prest. Serv. e Com. de Imp. e Exp., Lda.	572,8	6.247,2	-	-	6.820,0
Cimpor Egypt for Cement	(706,5)	-	-	2.909,4	2.202,9
Cimpor Financial Operations, B.V.	(670,7)	4.203,6	-	(3.497,1)	35,8
Cement Trading Activities - Comércio Internacional, S.A.	(1.034,7)	847,7	-	-	(187,0)
	61.602,4	(156.002,3)	(102.352,0)	19.786,1	(176.965,8)

Conforme referido na Nota Introdutória, no âmbito da reorganização da sua estrutura de participações, a Empresa procedeu, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, à alienação à Cimpor Inversiones das participações detidas na Companhia de Cimentos do Brasil, Cimpor Brasil, Companhia de Cimentos Atol, Corporación Noroeste, Société de Ciments de Jbel Oust e Cimpor Egypt for Cement.

Decorrente desta alienação, os resultados apropriados nessas participações foram relevados, através da aplicação do método da equivalência patrimonial, na Cimpor Inversiones. Adicionalmente, as mais-valias apuradas na alienação, no valor de 105.128,4 milhares de euros, encontram-se deduzidas no resultado dessa participação (Notas 45 e 46).

O montante de 17.836,1 milhares de euros corresponde aos dividendos recebidos da Corporación Noroeste.



O montante de 77.297,8 milhares de euros, relativo a empréstimos a empresas do grupo (Nota 16), incluído na coluna de “Reavaliações e ajustamentos”, corresponde ao efeito cambial na actualização do empréstimo à Cimpor Egypt for Cement, denominado em dólares americanos. Pelo facto deste empréstimo constituir uma extensão do investimento financeiro (Nota 3 d), a referida diferença foi registada na rubrica de “Ajustamentos de partes de capital” (Nota 40).

12. Reavaliação do Activo Imobilizado Corpóreo e dos Investimentos Financeiros

A Empresa procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

13. Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2002, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	359,3	2.050,1	2.409,4
Edifícios e outras construções	806,6	3.330,1	4.136,7
Equipamento básico	200,7	11,4	212,1
Equipamento de transporte	120,5	-	120,5
Equipamento administrativo	470,2	20,1	490,3
	1.957,3	5.411,7	7.369,0

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 443,7 milhares de euros (Nota 6).



16. Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2002, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

	Capital	%	Capital próprio	Resultado exercício	Valor de balanço
PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO:					
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	87.500.000	100,00	96.625,1	82.130,1	96.562,6
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	75.318.860	100,00	79.207,6	3.904,9	80.542,7
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	125.000.000	100,00	353.222,6	112.352,7	348.067,6
Cimpor Finance Limited (USD)	2.000.000	100,00	50.473,2	7.736,4	50.473,2
Cimpor Financial Operations, B.V.	18.500	100,00	893,2	(782,5)	831,5
Cement Trading Activities - Comércio Internacional, S.A.	500.000	40,00	3.069,4	(2.383,1)	1.442,4
Cimpor Egypt For Cement (EGP)	1.000.000	5,00	107,4	(108,6)	-
Kandmad - Prest. Serv. Comércio Importação Exportação, Lda.	5.000	85,00	10.856,0	10.851,0	6.824,3
Cimpor Reinsurance, S.A.	1.225.000	95,00	3.266,7	2.041,7	2.365,2
Cimpor Inversiones, S.L.	350.000.000	85,00	348.746,3	(1.253,7)	110.534,7
Cement Services Company (EGP)	250.000	45,00			24,4
					<u>697.668,7</u>
EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO:					
Cimpor Egypt For Cement (EGP)					<u>406.863,8</u>
TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS:					
Ambelis, S.A.	997.596	2,00			19,9
APOR – Agência p/Modernização do Porto, S.A.	997.596	2,00			12,0
Nefele – C ^a .Ind.Sienitos Nefelínicos, S.A.	4.988	10,00			0,5
Companhia Cimentos de Moçambique, S.A.	1.995.192	86,02			4.049,8
Sociedade Algodoeira do Ambriz, S.A.	59.856	0,99			0,6
Edel – Empresa Editorial Electrónica, Lda.	1.798	1,10			s/s
ICDS – Ind. Con. D. Services					41,3
					<u>4.124,2</u>
TOTAL DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS					1.108.656,7

Nota

O capital social das empresas está expresso nas moedas dos países respectivos.

O capital próprio e o resultado do exercício correspondem aos valores evidenciados nas demonstrações financeiras das empresas.

O valor de balanço corresponde à parte proporcional detida nos patrimónios das empresas, após os ajustamentos de uniformização de critérios valorimétricos, incluindo o valor líquido dos trespasses de aquisição.



Os principais saldos com empresas do grupo, em 31 de Dezembro de 2002, bem como as transacções efectuadas com as referidas empresas, no exercício findo naquela data, podem ser resumidos como segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Transacções	
	Empresas do grupo	Empréstimos concedidos	Empresas do grupo	Empréstimos obtidos	Prestações de serviços	Proveitos suplementares
Amreyah Cement Company, S.A.E.	5,9	-	-	-	-	0,2
Asment de Témará, S.A.	433,3	-	-	-	433,3	-
Companhia de Cimentos do Brasil	143,7	-	-	-	-	-
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	-	-	-	-	-	0,2
Cimpor Betão -Indústria Betão Pronto, S.A.	285,8	-	-	-	948,5	0,7
Cimpor Brasil, Lda	4,5	-	-	-	-	4,5
Cimpor Financial Operations, B.V.	-	-	-	-	-	5,0
Cimpor Egypt for Cement, S.A.E.	10,9	-	-	-	-	-
Cimpor Finance Limited	53,7	-	-	-	-	-
Cimpor Imobiliária, S.A.	9,0	-	-	-	-	17,9
Cimpor Indústria Cimentos, S.A.	1.513,4	-	438,8	-	8.900,4	1.241,9
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	6.877,2	-	-	-	59,9	3,6
Cimpor Inversiones, SL	35,6	119.900,0	-	-	-	35,6
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	3,2	-	-	17.900,0	29,9	0,2
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	58.994,4	-	-	6.000,0	972,0	510,7
Corporación Noroeste, S.A.	16,2	-	-	20.000,0	-	21,2
CTA - Comercio In., S.A.	-	2.000,0	-	-	-	-
Imopar, SARL	11,5	-	-	-	-	-
Premap - Préfabricados de Maputo, SARL	7,3	-	-	-	-	-
Outras empresas	3,0	-	-	-	-	3,4
	68.408,6	121.900,0	438,8	43.900,0	11.344,0	1.845,1

O saldo a receber evidenciado na participada Cimpor Portugal, SGPS, S.A., inclui um valor de 58.006,1 milhares de euros respeitante aos saldos de imposto sobre o rendimento apurados nas empresas incluídas no regime especial de tributação dos grupos de sociedades (Nota 6), que irão ser regularizados no exercício de 2003.

23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2002, existiam dívidas de cobrança duvidosa de clientes e outros devedores, no montante de 7.341,7 milhares de euros, as quais se encontravam totalmente provisionadas (Nota 34).

25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2002, o valor dos créditos sobre o pessoal ascendia a 456,0 milhares de euros relativos a empréstimos concedidos. Os valores a pagar naquela data totalizavam 52,8 milhares de euros.

31. Compromissos Financeiros

Pensões de reforma e assistência na doença

Conforme mencionado na nota 3 e), algumas das empresas participadas mantêm com os seus empregados regimes complementares de reforma e de assistência na doença.



As responsabilidades inerentes aos mesmos encontram-se devidamente reflectidas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, através da aplicação dos correspondentes normativos contabilísticos.

Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades com serviços passados perante empregados no activo e reformados ascendem a 90.720,1 milhares de euros, dos quais 52.815,7 milhares de euros estão financiados em fundos de pensões constituídos para o efeito.

As responsabilidades não financiadas, no montante de 37.904,4 milhares de euros, encontram-se registadas no passivo das respectivas empresas.

O custo total do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 com pensões de reforma e assistência na doença ascende a 18.204,9 milhares de euros.

Decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, todos estes efeitos estão reflectidos nos resultados financeiros da empresa e no valor dos investimentos financeiros.

Outros compromissos – investimentos

De referir a existência, em algumas empresas participadas, de compromissos financeiros referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas, dos quais se destacam o montante de 8.396,4 milhares de euros, assumido na área de negócios de Portugal, e o montante de 43.766,0 milhares de euros, assumido na área de negócios do Egipto.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

Outros compromissos – cartas de conforto

As cartas de conforto prestadas, relativamente a operações de financiamento das empresas do grupo, são as seguintes:

Corporación Noroeste, S.A.	44.040,5
Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	23.271,6
Ciarga – Argamassas Secas, S.A.	7.494,0
Companhia de Cimentos do Brasil	63.406,2
Société les Ciments de Jbel Oust, S.A.	8.094,9
Companhia de Cimentos Atol	1.192,0
Amreyah Cement Company, S.A.E.	46.338,8
Amreyah Cimpor Cement, S.A.E.	24.888,1
Cimpor Egypt Cement, S.A.E.	1.544,6

32. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades da Empresa por garantias prestadas totalizam 68.776,8 milhares de euros e referem-se a fianças e garantias bancárias.



34. Movimentos Ocorridos nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para:				
Clientes de cobrança duvidosa	6.970,4	-	(239,3)	6.731,1
Outros devedores	894,9	-	(284,3)	610,6
Outros riscos e encargos	31.663,3	11,6	(27.592,2)	4.082,7
Contingências fiscais (Nota 6)	-	55.902,4	-	55.902,4
Investimentos financeiros	4.050,9	-	-	4.050,9
	43.579,5	55.914,0	(28.115,8)	71.377,7

As provisões para outros riscos e encargos incluem 2.909,4 milhares de euros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo as responsabilidades da Empresa em participadas com capitais próprios negativos (Cimpor Egypt for Cement).

As provisões para contingências fiscais encontram-se explicadas na Nota 6.

As reduções de provisões resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial às participadas com capitais próprios negativos e da redução, por contrapartida de proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46), de diversas provisões para saldos a receber de terceiros.

O reforço de provisões verificado no exercício de 2002 foi registado nas seguintes rubricas das demonstrações financeiras:

Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 6)	39.965,3
Aumentos de amortizações e provisões (Nota 46)	15.948,7
	55.914,0

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado estava representado por 134 400 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada uma, estando representado por duas categorias de acções:

	%	N.º de Acções
Acções privatizadas não cotadas	10,05	13 505 502
Acções privatizadas e cotadas	89,95	120 894 498

**37. Identificação das Pessoas Colectivas com mais de 20% do Capital Subscrito**

Accionistas	N.º de Acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto (1)
TEIXEIRA DUARTE, SGPS, S.A. (2)	42.263.318	31,45	31,73
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	100	0,00%	0,00%
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	26.848.422	19,98	20,16
Por si	13.505.502	10,05	10,14
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	9.220	0,01	0,01
Através da sociedade de si dependente Tedal, SGPS, S.A.	13.333.900	9,92	10,01
Por si	13.333.700	9,92	10,01
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	200	0,00	0,00
TDP, SGPS, S.A.	15.424.016	11,48	11,58

(1) Considerando 1.196.911 acções próprias a 31/12/02.

(2) Em cumprimento de ordem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, para imputação destas participações, nos termos conjugados dos artigos 16º, 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

39. Reservas de Reavaliação

No exercício em análise, e em conformidade com o critério definido, procedeu-se à transferência para a rubrica “Resultados transitados” do valor correspondente aos bens alienados ou amortizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, no montante de 42,1 milhares de euros (em termos acumulados: 2.639,2 milhares de euros).

Movimentos ocorridos nas Rubricas de Capital Próprio

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação resultados	Movimento de acções próprias	Reclass. res. reav.	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000,0	-	-	-	-	-	672.000,0
Acções próprias	(16.798,8)	-	(2.624,1)	-	178,4	-	(19.244,5)
Ajust. part. cap. emp. grupo	34.414,0	-	-	-	(143.924,8)	-	(109.510,8)
Reservas reavaliação	2.064,0	-	-	(42,1)	-	-	2.021,9
Reserva legal	51.400,0	6.900,0	-	-	-	-	58.300,0
Outras reservas	174.033,5	-	89,2	-	(178,5)	-	173.944,2
Resultados transitados	36.134,5	35.498,6	-	42,1	(76.172,3)	-	(4.497,1)
Res. líq. do exercício	137.828,6	(137.828,6)	-	-	-	176.563,2	176.563,2
TOTAL	1.091.075,8	(95.430,0)	(2.534,9)	-	(220.097,2)	176.563,2	949.576,9



Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

As outras reservas são disponíveis para distribuição.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 14 de Maio de 2002, o resultado líquido do exercício de 2001 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	94.080,0
Gratificações a empregados	1.350,0
Resultados transitados	35.498,6
Reserva legal	6.900,0
	137.828,6

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 160.702 acções a diversos colaboradores do grupo, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções, que geraram um incremento em outras reservas no montante de 89,2 milhares de euros. No âmbito da gestão corrente da carteira de acções próprias, efectuaram-se aquisições de acções no montante de 5.336,4 milhares de euros. No final do exercício, a Empresa detinha um total de 1.196.911 acções próprias.

As “Outras variações” incluem uma redução patrimonial de 217.113,9 milhares de euros em investimentos financeiros, em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial às participadas com demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, decorrente das desvalorizações cambiais ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

43. Órgãos Sociais – Remunerações

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram como segue:

Conselho de Administração	1.763,4
Conselho Fiscal	55,6

44. Prestações de Serviços

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 decorrem na totalidade dos contratos de prestação de serviços de administração e gestão celebrados com empresas participadas (Nota 16).



45. Demonstrações dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
CUSTOS E PERDAS		
Juros suportados	45.313,2	43.703,5
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	74.533,6	29.785,8
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.565,4	5.600,7
Outros custos e perdas financeiros	1.283,3	1.925,4
	126.695,5	81.015,4
Resultados financeiros	42.787,9	113.554,2
	169.483,4	194.569,6
PROVEITOS E GANHOS		
Juros obtidos	16.535,2	3.801,1
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	136.136,0	179.217,7
Diferenças de câmbio favoráveis	16.808,6	11.550,5
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,3
Outros proveitos e ganhos financeiros	3,6	-
	169.483,4	194.569,6

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
CUSTOS E PERDAS		
Donativos	244,7	80,0
Dívidas incobráveis	87,2	579,6
Perdas em imobilizações	117.928,9	86,0
Multas e penalidades	0,2	0,2
Aumentos de amortizações e provisões (Nota 34)	15.948,7	-
Outros custos e perdas extraordinários	50,7	0,2
	134.260,4	746,0
Resultados extraordinários	89.365,6	252,0
	223.626,0	998,0
PROVEITOS E GANHOS		
Reduções de amortizações e provisões (Nota 34)	523,6	739,4
Recuperação de dívidas	2,1	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,9	148,6
Ganhos em imobilizações	223.039,9	27,1
Outros proveitos e ganhos extraordinários	59,5	82,9
	223.626,0	998,0

Os ganhos e as perdas em imobilizações correspondem, essencialmente, às mais e menos valias apuradas na alienação de participações financeiras à Cimpor Inversiones (Nota 10).

Pelo facto da Cimpor Inversiones ser detida na totalidade pela Empresa (directa e indirectamente através da Cimpor Internacional), a mais valia líquida de 105.128,4 milhares de euros, apurada nas referidas alienações, foi anulada através da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 10 e 45).



48. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.037,8	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	32,0	137,1
Imposto sobre o valor acrescentado	-	697,0
Contribuições para a segurança social	-	133,3
	1.069,8	967,4

49. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	
Juros a receber	1.169,8
CUSTOS DIFERIDOS	
Juros diferidos	63,0
Outros custos diferidos	107,1
	170,1
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	
Remunerações, subsídio de férias e respectivos encargos	1.240,6
Juros a liquidar	9.211,8
Encargos com operações financeiras	3.627,6
Honorários	375,0
Outros acréscimos de custos	207,9
	14.662,9

50. Empréstimos

Os empréstimos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 podem ser apresentados como segue:

	2002	2001
MÉDIO E LONGO PRAZO		
Dívidas a instituições de crédito	23.123,5	1.247,0
Outros empréstimos obtidos	748,2	-
	23.871,7	1.247,0
CURTO PRAZO		
Papel comercial	937.195,0	105.500,0
Dívidas a instituições de crédito	11.094,8	13.083,8
Outros empréstimos obtidos	-	2.221,6
	948.289,8	120.805,4
TOTAL	972.161,5	122.052,4



As Dívidas a instituições de crédito e o Papel comercial consistem em:

Médio e longo prazo

Tipo de empréstimo	Moeda	Taxa de juro	Valor
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,675%	12.500,0
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,60%	5.000,0
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,75%	5.000,0
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,325%	623,5
			<u>23.123,5</u>

Curto prazo

Tipo de empréstimo	Moeda	Taxa de juro	Valor
Papel comercial	EUR	Euribor + 0,25%	66.000,0
Papel comercial	EUR	Euribor + 0,54%	293.500,0
Papel comercial	EUR	Euribor + 0,675%	124.000,0
Papel comercial	EUR	Euribor + 0,40%	334.500,0
Papel comercial	USD	Libor + 0,40%	119.195,0
			<u>937.195,0</u>
Empréstimo bancário	USD	Libor + 0,75%	10.471,3
Empréstimo bancário	EUR	Euribor + 0,325%	623,5
			<u>11.094,8</u>
			<u>948.289,8</u>

As quatro últimas emissões de Papel comercial acima referidas foram colocadas directamente junto da Cimpor Financial Operations BV e totalizam 871.195 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valores em divisas	Valores em euros
EUR	-	842.495,2
USD	135.981,3	129.666,3
		<u>972.161,5</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso definido:

Ano	Montante
2004	5.623,5
2005	17.500,0
2006	748,2
	<u>23.871,7</u>



51. Outros Devedores

O saldo desta rubrica inclui 682.247,2 milhares de euros, a receber da Cimpor Inversiones, pela alienação das participações (Nota 10 e Nota 1b) do Anexo à demonstração dos fluxos de caixa).

52. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR desenvolvida no Relatório de Gestão (Consolidado), em 31 de Dezembro de 2002 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivativos destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos cash-flows previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

A identificação dos instrumentos contratados no Grupo, os seus objectivos e respectivos Fair Values encontram-se expostos na Nota 59 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

53. Plano de Opções de Compra de Acções

A Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., realizada em Maio de 2002, aprovou a venda de acções próprias no âmbito da execução de um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* definido pelo Conselho de Administração para o ano de 2002 e do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo*, que viria a ser regulamentado pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Todos os aspectos relacionados com a atribuição das referidas opções e respectivo exercício encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão.

54. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2002 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão.

55. Informações exigidas por Diplomas Legais

**55.1 Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais**

De acordo com o prescrito no n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, com as acções pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Accionistas	Acções	N.º TÍTULOS		MOVIMENTOS EM 2002			
		31-12-01	31-12-02	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	-	550	550	-	17,50	17-Mai-02
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	-	100	100	-	17,50	17-Mai-02
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	-	100	100	-	17,50	17-Mai-02
Jean Carlos Angulo (Eng.º)	Cimpor	-	290	290	-	17,50	17-Mai-02
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.º)	Cimpor	100		490	-	17,50	17-Mai-02
				1.800	-	18,50	01-Ago-02
				960	-	16,00	02-Dez-02
			3.350				
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng.º)	Cimpor	-	460	460	-	17,50	17-Mai-02
				1.600	-	18,50	01-Ago-02
			2.060				
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	-	460	460	-	17,50	17-Mai-02
				1.600	-	18,50	01-Ago-02
			2.060				
Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte (Dr.) (1)	Cimpor	-		500	-	17,50	17-Mai-02
				6.220	-	21,32	20-Mai-02
		-		2.400	-	18,50	01-Ago-02
			9.120				
João Salvador dos Santos Matias (Dr.) (2)	Cimpor	-	100	100	-	17,50	17-Mai-02
			100				
Manuel Ferreira (Dr.) (3)	Cimpor	-		100	-	17,50	17-Mai-02
			100				

Nota

Todas as aquisições realizadas nos dias 17 de Maio de 2002 e 1 de Agosto de 2002 foram efectuadas no âmbito dos Planos de "Aquisição de Acções pelos Colaboradores – Ano 2002" e de "Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor para Administradores e Quadros Dirigentes do Grupo", respectivamente.

- (1) Nos termos do art.º 447.º do CSC o Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte informou esta sociedade que a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., de que é administrador, era titular de 13.505.502 acções e que a TDP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. de que a sua cónjuge é administradora, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 15.424.016 da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..
- (2) Nos termos do art.º 447.º do CSC o Dr. João Salvador dos Santos Matias informou esta sociedade que a Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de que é administrador, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 13.333.700 acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..
- (3) Nos termos do art.º 447.º do CSC o Dr. Manuel Ferreira informou esta sociedade que a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., de que é administrador, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 13.505.502 acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e que a Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. de que é administrador, era titular, em 31 de Dezembro de 2002, de 13.333.700 acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..

**55.2 Artº 5º do Decreto-Lei 318/94, de 24 de Dezembro**

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas tiveram a seguinte evolução (Nota 16):

Empresas	Saldo inicial	Aumentos	Reembolsos	Reavaliações e Ajustamentos	Saldo final
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	5.000,0	34.800,0	39.800,0	-	-
Cimpor Inversiones, S.L.	-	119.900,0	-	-	119.900,0
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	3.500,0	15.700,0	19.200,0	-	-
Cement Trading Activities, S.A.	-	4.000,0	2.000,0	-	2.000,0
TOTAL	8.500,0	174.400,0	61.000,0	-	121.900,0





Relatório e Contas Holding
2002

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
Relatório de Auditoria



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sobre as Contas Individuais do Exercício de 2002

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”) e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2002, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa, especialmente através da apreciação dos documentos, registos contabilísticos, documentação de suporte, e apreciação das actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária nas circunstâncias, tendo mantido contactos, com o Conselho de Administração e com os demais responsáveis pela gestão, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos e informações consideradas necessárias.

No âmbito das nossas funções, analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais. De igual modo, analisámos as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, nomeadamente quanto aos princípios contabilísticos usados na sua preparação e respectiva aderência aos geralmente aceites em Portugal, bem como à observância dos preceitos legais e estatutários.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e evidencia o montante disponível para distribuição.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade, somos do parecer que os supracitados documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, reunindo as condições para serem aprovados pelos Accionistas.



O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pela disponibilidade manifestada. Expressa ainda o pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Adelino Duarte e do Sr. Dr. Miguel Mautempo, cuja prestação de serviços ao Grupo Cimpor, e em particular a colaboração com este Conselho, ao longo dos últimos anos foi sempre exemplo de dedicação e profissionalismo.

Lisboa, 24 de Abril 2003

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Presidente

Freire, Loureiro e Associados – SROC

Representada por Carlos Pereira Freire

Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar

Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

1 — Introdução

Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 2.043.144 milhares de Euros e capitais próprios de 949.577 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 176.563 milhares de Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado ; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — Âmbito

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua



divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — Ênfase

As demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos, excluindo interesses minoritários em, aproximadamente, 1.295.000 milhares de Euros e 1.206.000 milhares de Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos totais em, aproximadamente, 1.071.000 milhares de Euros.

Lisboa, 24 de Abril de 2003

Freire, Loureiro e Associados – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Contas Individuais

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração
da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

- 1 —** Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
- 2 —** A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
- 3 —** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, para os fins descritos no parágrafo 4 *infra*, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
- 4 —** As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e registo comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística n.º 9, através do qual são considerados no resultado líquido e no capital próprio os efeitos da consolidação dos resul-



tados e capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos e passivos, proveitos e custos, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a elaborar e aprovar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos (excluindo os interesses minoritários) em, aproximadamente 1.295.000 milhares de Euros e 1.206.000 milhares de Euros, respectivamente, e em aumentar os proveitos em, aproximadamente, 1.071.000 milhares de Euros.

Lisboa, 24 de Abril de 2003

Deloitte & Touche





CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

www.cimpor.pt

CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa

www.cimpor.pt

